

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ROSELI BONFANTE

**O PROCESSO DE ESCOLHA PROFISSIONAL DE JOVENS DA CLASSE QUE VIVE DO
TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DO CAMPUS RIO DO SUL DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE**

BLUMENAU

2020

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS BLUMENAU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

ROSELI BONFANTE

**O PROCESSO DE ESCOLHA PROFISSIONAL DE JOVENS DA CLASSE QUE VIVE DO
TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DO CAMPUS RIO DO SUL DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Blumenau do Instituto Federal Catarinense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Dra. Inge R. F. Suhr

BLUMENAU

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática do ICMC/USP, cedido ao IFC e
adaptado pela CTI - Araquari e pelas bibliotecas do Campus de Araquari e Concórdia.

B695p Bonfante, Roseli
O processo de escolha profissional de jovens da
classe que vive do trabalho: um estudo a partir do
campus Rio do Sul do Instituto Federal Catarinense /
Roseli Bonfante; orientadora Inge Renate Frose Suhr.
-- Blumenau, 2020.
126 p.

Dissertação (mestrado) - Instituto Federal
Catarinense, campus Blumenau, Mestrado Profissional
em Educação Profissional e Tecnológica, Blumenau, 2020.

Inclui referências.

1. Educação profissional. 2. Orientação
profissional. 3. Trabalho. 4. Sujeito sócio-histórico.
5. Ensino médio. I. Suhr, Inge Renate Frose. II.
Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional
em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 23862/2020 - CCPGEPT (11.01.18.63)

Nº do Protocolo: 23348.007076/2020-92

Blumenau-SC, 04 de dezembro de 2020.

ROSELI BONFANTE

**O PROCESSO DE ESCOLHA PROFISSIONAL DE JOVENS DA CLASSE QUE VIVE DO
TRABALHO: UM ESTUDO A PARTIR DO CAMPUS RIO DO SUL DO INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

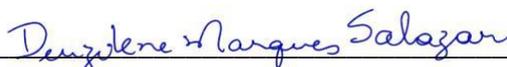
Aprovado em 03 de dezembro de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Inge Renate Frose Suhr

Instituto Federal Catarinense

Orientadora



Prof^a Dr^a. Deuzilene Marques Salazar

Instituto Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a. Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 04/12/2020 11:02)

INGE RENATE FROSE SUHR

PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

CCPGEPT (11.01.18.63)

Matrícula: 2333140

(Assinado digitalmente em 04/12/2020 11:43)

JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PRODIN/REI (11.01.18.74)

Matrícula: 1811291

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:
23862, ano: **2020**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **04/12/2020** e o código de verificação:
6ed72cd48a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 23863/2020 - CCPGEPT (11.01.18.63)

Nº do Protocolo: 23348.007078/2020-81

Blumenau-SC, 04 de dezembro de 2020.

ROSELI BONFANTE

METODOLOGIA DO PROCESSO REFLEXIVO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO PARA JOVENS DO ENSINO MÉDIO

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 03 de dezembro de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Inge Renate Frose Suhr

Instituto Federal Catarinense

Orientadora



Prof^a Dr^a. Deuzilene Marques Salazar

Instituto Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a. Jamile Delagnelo Fagundes da Silva

Instituto Federal Catarinense

(Assinado digitalmente em 04/12/2020 11:04)
INGE RENATE FROSE SUHR
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
CCPGEPT (11.01.18.63)
Matrícula: 2333140

(Assinado digitalmente em 04/12/2020 11:43)
JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PRODIN/REI (11.01.18.74)
Matrícula: 1811291

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número:

23863, ano: **2020**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **04/12/2020** e o código de verificação:
935b1c7516

Aos meus filhos, João Vitor, Lucas e Leonardo, com
a esperança de que encontrem e ajudem a construir
um mundo onde haja oportunidade para todos.

AGRADECIMENTOS

O momento de agradecer é, sem dúvidas, o momento de rememorar todo o percurso do mestrado. Um longo, por vezes difícil, mas engrandecedor percurso.

Um dos maiores agradecimentos a ser feito é, certamente, à minha orientadora Inge. Ela me acolheu em momentos decisivos desta trajetória, no início e no fim. Me deu coragem para seguir e para ir além. A ela, minha eterna gratidão.

Agradecer à minha família, meu esposo e meus filhos, pela tolerância à ausência e ao cansaço que por vezes permeava nossos momentos em razão de todo tempo e dedicação que um mestrado exige.

Aos amigos que encontrei neste caminho, em especial: Talita, Henrique, Vinícius e João, com os quais aprendi tantas coisas lindas e dividi momentos inesquecíveis, que ficarão para sempre em minha memória.

No momento em que escrevo estas palavras, as últimas deste artigo, uma pontada de saudade já brota em meu coração acompanhada de uma sensação de dever cumprido e de que tudo valeu a pena.

Não importa a hora que acordo.
O dia já foi devorado momentos antes.
A noite está enclausurada na escuridão destes tempos,
Ainda assim resta o sonho,
O qual escrevo-o
Toda manhã, quase clandestino ou subserviente.
Sonho é uma pedra projetada contra a vidraça do futuro.
Mas antes que eu pudesse pegá-la foi mastigada em seu intemperismo
geológico.
Para que eu não tivesse mais passado para buscá-la.
Agora, sabendo que pouco ou nada me sobra, este monstro inventou
de queimar meus papéis
num claro objetivo de atacar a palavra.
Chega a ser divertido vê-lo,
todo desengonçado, sua inteligência animalesca movendo ações
inúteis,
é incompreensível a Ele, por exemplo, que pedra e vidraça tenham
origem na mesma palavra.

(Henrique Pitt, 2020)

RESUMO

Esta pesquisa buscou compreender como os jovens da classe que vive do trabalho elaboram suas escolhas profissionais e, a partir dos dados coletados, propor uma metodologia reflexiva acerca do mundo do trabalho e das escolhas profissionais. Tal metodologia assumiu o formato de manual, a ser utilizado por profissionais da Educação que atuam no Ensino Médio Integrado (EMI), com o objetivo de orientar as escolhas profissionais dos estudantes. Esta pesquisa está inserida na linha de pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica e no macro projeto Propostas Metodológicas e Recursos Didáticos em Espaços Formais e não Formais de Ensino da Educação Profissional e Tecnológica. Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa embasou-se na concepção sócio-histórica de homem e de mundo, a qual tem suas proposições teóricas e metodológicas fundamentadas no materialismo histórico-dialético. A coleta de dados realizou-se por meio de entrevistas semiestruturadas com estudantes do Curso Técnico de Agropecuária, integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Rio do Sul. Foram investigados os fatores que influenciaram na decisão quanto à escolha do IFC para cursar o Ensino Médio Integrado. Duas hipóteses orientaram os questionamentos desta pesquisa. A primeira, de que a condição econômica dos jovens seria um determinante em suas escolhas profissionais, o que, na realidade estudada não se confirmou, embora muitos entrevistados revelem que contam com o empenho extra dos pais em buscar recursos financeiros e a intenção de trabalhar para complementar a renda para poderem estudar. Pressupôs-se ainda que os jovens da classe que vive do trabalho tenderiam a não seguir para um curso superior, dadas as condições concretas em que vivem. A pesquisa revelou, porém, que a maioria dos jovens entrevistados pretende seguir a outros níveis de ensino. Quanto à segunda hipótese, de que estes jovens fazem suas escolhas dentre as profissões que estão em seu universo vivencial, ela se confirmou, pois um número significativo deles relatou o desejo de seguir em profissões que estão diretamente relacionadas com a profissão dos pais e mães, como agricultores, técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e madeireiros. A pesquisa revelou ainda que os jovens estão submergidos em crenças liberais que pouco ou nada representam sua realidade, justificando inclusive o desejo de cursar o ensino superior e a crença de que com esforço isso se tornará possível. A partir dos posicionamentos dos estudantes revelados nas entrevistas, elaborou-se um roteiro a ser utilizado por profissionais da educação para orientar o processo reflexivo sobre o mundo do trabalho e sobre a escolha profissional pelos jovens, principalmente os do terceiro ano do EMI. O Produto Educacional (PE), ou manual, resultado dessa pesquisa, foi encaminhado digitalmente aos docentes e técnicos em assuntos educacionais da área de ensino do local em que foi realizada a coleta de dados, tendo em vista os limites impostos pela pandemia do Coronavírus (COVID-19). Após o período em que o manual esteve disponível para leitura, os profissionais o avaliaram por meio de formulário eletrônico no Google Formulários. Apesar do baixo índice de retorno, as avaliações foram bastante positivas, indicando que ele traz em si potencial de auxiliar o processo de escolha profissional para os estudantes da classe que vive do trabalho.

Palavras-Chave: Mundo do trabalho. Orientação profissional. Educação Profissional e Tecnológica. Escolha profissional. Ensino Médio Integrado.

ABSTRACT

This research aimed to understand how young people in the class who live from work elaborate their professional choices and, based on the data collected, propose a reflective methodology about the world of work and professional choices. This methodology took the form of a manual, to be used by education professionals working in Integrated High School, with the objective of guiding students' professional choices. This research is inserted in the Educational Practices in Professional and Technological Education line of research and in the Methodological Proposals and Didactic Resources in Formal and Non-Formal Spaces for Teaching Professional and Technological Education macro project. From an epistemological point of view, the research was based on the socio-historical conception of man and world, which has its theoretical and methodological propositions based on historical-dialectical materialism. Data collection was carried out through semi-structured interviews with students of the Agriculture technician course, integrated to high school at the Instituto Federal Catarinense (IFC) - Campus Rio do Sul. The factors that influenced the decision regarding the choice of the IFC to attend Integrated High School were investigated. Two hypotheses guided the questions of this research. The first, that the economic condition of young people would be a determining factor in their professional choices, which, in reality, has not been confirmed, although many interviewees reveal that they have the extra effort of parents to seek financial resources and the intention to work to supplement their income so they can study. It was also assumed that young people in the class who live off work would tend not to go to higher education, given the concrete conditions in which they live. The survey revealed, however, that the majority of young people interviewed intend to move to other levels of education. As for the second hypothesis, that these young people make their choices among the professions that are in their experiential universe, it was confirmed, since a significant number of them reported the desire to continue in professions that are directly related to the profession of fathers and mothers, such as farmers, agricultural technicians, agronomists and loggers. The research also revealed that young people are immersed in liberal beliefs that represent little or nothing of their reality, justifying even the desire to attend higher education and the belief that with effort this will become possible. Based on the students' positions revealed in the interviews, a script was developed to be used by education professionals to guide the reflective process on the world of work and on the professional choice of young people, especially those in the third year of integrated high school. The Educational Product (PE), or manual, the result of this research, was digitally sent to teachers and technicians in educational matters in the area of education of the place where the data collection was carried out, in view of the limits imposed by the Coronavirus pandemic (COVID-19). After the period in which the manual was available for reading, professionals evaluated it using an electronic form on Google Forms. Despite the low rate of return, the evaluations were quite positive, indicating that it has the potential to help the process of professional choice for students in the class who live from work.

Keywords: World of work. Professional Orientation. Professional and Technological Education. Professional choice. Integrated High School.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Motivos que influenciaram a escolha pelo Instituto Federal Catarinense.....	41
Gráfico 2 – Resultado da pergunta referente à função	123
Gráfico 3 – Resultado da pergunta 1	123
Gráfico 4 – Resultado da pergunta 2	124
Gráfico 5 – Resultado da pergunta 3	124
Gráfico 6 – Resultado da pergunta 4	125
Gráfico 7 – Resultado da pergunta 5	125
Gráfico 8 – Resultado da pergunta 6	126
Gráfico 9 – Resultado da pergunta 7	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONSUPER – Conselho Superior

EMI – Ensino Médio Integrado

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IFC – Instituto Federal Catarinense

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

ISOP – Instituto de Seleção e Orientação Profissional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OMS – Organização Mundial da Saúde

PE - Produto Educacional

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	19
2 O HOMEM E O TRABALHO	22
2.1 O SENTIDO DO TRABALHO PARA OS JOVENS DA CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO	25
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: O MESMO PONTO DE PARTIDA, DOIS CAMINHOS DISTINTOS E O REENCONTRO NECESSÁRIO	28
2.3 ABORDAGEM SÓCIO HISTÓRICA: JUVENTUDE E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	33
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS	36
3.1 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	37
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES).....	38
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS, DE SEUS PAIS E LÓCUS DA PESQUISA ...	38
4.2 A ESCOLHA PELO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, OFERECIDO PELO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	40
4.3 CONTINUIDADE DOS ESTUDOS.....	42
4.4 DETERMINANTES DAS ESCOLHAS PROFISSIONAIS.....	42
4.5 MUNDO DO TRABALHO E SUCESSO PROFISSIONAL	44
5 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MANUAL	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	58
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA ...	109
APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO	111
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	114
APÊNDICE E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ.....	117
APÊNDICE F – PARECER DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO COMITÊ DE ÉTICA	119
APÊNDICE G – PERGUNTAS E RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO	123

APRESENTAÇÃO

Historicamente, os filhos de trabalhadores brasileiros vivenciaram (e ainda vivenciam) uma luta constante para serem reconhecidos em sua construção profissional, sendo-lhes relegado, quase que invariavelmente, o trabalho manual ou com pouco conteúdo intelectual, precarizados no que se refere às condições de realização e à remuneração. Soma-se a isso um processo de exclusão dos jovens dos níveis mais elevados de ensino, contribuindo para a manutenção e ampliação do exército de reserva, o que, para Antunes (2018) é essencial para que a roda do capitalismo continue a girar.

Estes jovens são condicionados pela ideologia dominante a pensar que são livres para escolher o tipo de trabalho e/ou profissão que desempenharão, que com dedicação poderão alcançar o sucesso profissional, pois este seria resultado de esforço e competência individual. São levados também a crer que são dotados de potencialidades vocacionais inatas que se revelam naturalmente, direcionando cada sujeito ao lugar que deverá ocupar na sociedade.

De modo oposto ao manifestado no parágrafo anterior, a abordagem sócio histórica, que fundamenta esta pesquisa e Produto Educacional (PE), entende que a constituição do ser humano é histórica e não natural. Isso significa que cada pessoa é um sujeito histórico, com características que vão se constituindo a partir das relações que se estabelecem no tempo e no espaço histórico em que vive, desenvolvendo suas potencialidades, mas sempre circunscritas por determinantes sociais e econômicos. Nessa concepção não há uma vocação *a priori*, há uma construção do sujeito que, dependendo da realidade em quem vive, poderá ou não desenvolver determinadas habilidades.

As teorias e práticas de orientação profissional hegemônicas têm colaborado para manter e reforçar os pressupostos individualistas, adequados à manutenção da sociedade capitalista. Tais teorias tendem a compreender o dilema da escolha profissional como condicionado à descoberta, pelo jovem, de uma vocação inata. Pouco ou nada se considera acerca da complexa constituição do sujeito, resultado de múltiplas determinações, que são, em última instância, conformadas pela condição de classe.

Por não levarem em conta as determinações maiores da vida humana, os processos de orientação profissional tendem a atingir prioritariamente os jovens das classes médias, dando pouca importância à escolha profissional dos jovens da classe que vive do trabalho¹.

1 Para Antunes (2018), o conceito de classe que vive do trabalho engloba a totalidade de assalariados, pessoas que vivem da sua força de trabalho em troca de salário, seja na indústria, agricultura e nos serviços, nas interconexões entre estes setores como agroindústria, serviços industriais e na indústria dos serviços, etc.

Furtivamente, os processos de orientação profissional sinalizam que esses jovens não terão o direito de escolher a profissão, denotando que a estes cabe aceitar postos de trabalho mais simples, para os quais a formação profissional específica não é necessária.

Com a intenção defender o direito dos jovens oriundos da classe que vive do trabalho refletirem sobre o mundo do trabalho, compreendendo sua constituição e, com base nisso, planejar – conscientes dos limites e possibilidades existentes – o futuro profissional, é que se constituíram essa pesquisa e o Produto Educacional dela resultante.

Busca-se romper com um processo de orientação profissional que atende a uma parcela restrita de jovens, defendendo a possibilidade e a necessidade de ofertar para os jovens da classe que vive do trabalho um processo reflexivo sobre escolha profissional. Tal defesa se inspira no espírito vivo e revolucionário de Paulo Freire, que enfatizava a necessidade de se “propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação” (FREIRE, 2019. p. 120).

Tradicionalmente, desde o período colonial, os jovens da classe que vive do trabalho foram encaminhados à educação profissional, pois segundo a ideologia dominante, precisavam apenas *aprender a fazer* para tornar-se mão de obra assalariada. A suposta *vocação* ou inclinação para uma ou outra área de ocupação profissional não tem sido pensada para a população menos favorecida.

Ainda que a orientação profissional atualmente esteja predominantemente voltada para as classes mais favorecidas, teve sua origem na Europa como uma prática com jovens da classe que vive do trabalho, porém com objetivos diretamente ligados ao aumento da eficiência industrial. No Brasil, surge como prática de seleção em razão da regulamentação dos cursos destinados à profissionalização para o comércio, indústria e agricultura, com a tarefa de preciso escolher os melhores para a execução dos serviços. Não era objetivo à época auxiliar estes jovens a encontrar sua *vocação*, mas sim, colocar *o homem certo no lugar certo* com vistas a uma maior produtividade (ANTUNES, 1991 apud ABADE, 2005).

À medida que a orientação profissional vai incorporando aspectos da psicologia que se referem a condições psíquicas, autoconhecimento, amadurecimento, vocação e inclinações profissionais, vai também se afastando dos jovens da classe que vive do trabalho e se tornando uma prática predominantemente para jovens economicamente mais favorecidos, ficando subentendido que estes podem descobrir e seguir uma vocação inata.

Desta forma, a orientação profissional vem corroborando com a estrutura econômica e social vigente, fazendo recair sobre os jovens da classe que vive do trabalho uma concepção de trabalho e educação que reafirma os lugares sociais destes sujeitos na dinâmica do capital.

Diante do exposto, por meio do Produto Educacional resultante desta pesquisa pretende-se um regresso da orientação profissional, agora numa nova concepção, à sua origem, a educação profissional, esta também numa nova compreensão. Uma orientação profissional sob uma nova perspectiva, como processo reflexivo sobre o mundo do trabalho, que toma como referência uma nova concepção de homem e de mundo. Uma perspectiva mais justa e democrática, pois busca contribuir para romper com a dualidade estrutural na educação que oferece formações distintas para os jovens a partir de sua classe. Uma perspectiva que assume um compromisso com a realidade de um imenso contingente de jovens que precisam e merecem ser vistos para além de sua força de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O número de jovens que chega ao ensino médio no Brasil ainda é pequeno, e ainda menor é o número dos que conseguem concluir esta etapa de ensino. Os jovens que conseguem permanecer na escola até o final do ensino médio e têm a chance de prosseguir para um curso superior se deparam com o desafio de escolher em qual curso ingressar. Para muitos, esta escolha é um processo difícil por vários motivos, desde as limitações impostas por determinantes que dificultam a realização do curso desejado até percepções e crenças acerca do mundo do trabalho e da concepção de sujeito que turvam os aspectos que devem ser observados ao se realizar uma escolha, especialmente as escolhas profissionais.

Pesquisa realizada por Olczyk (2020) demonstra que os professores que atuam no ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica pouco conhecem os aspectos peculiares dos alunos com os quais lidam, o que somado à característica conteudista do ensino médio, permite indagar se a escola vem conseguindo contribuir para que estes jovens consigam refletir sobre este processo de escolha de maneira crítica de forma que possam ter compreensão sobre os determinantes que implicam nesta decisão.

A Constituição de 1988 assegurou o acesso à educação para todos e a expansão e a interiorização dos cursos superiores permitiram que um estrato de jovens da classe que vive do trabalho, que antes estava excluído dos níveis mais avançados de ensino, ampliasse sua formação escolar. Desta forma, a inserção em curso de nível superior e a chance de ingressar no mundo do trabalho em profissões que necessitam de maior qualificação tornou-se algo possível para parcelas antes excluídas.

Contudo, diferente dos estudantes das classes média e alta, que podem concluir todo o ensino fundamental e médio dedicando-se integralmente aos estudos, os jovens da classe que vive do trabalho têm muitas vezes que escolher entre trabalhar ou estudar e tal escolha se dá muitas vezes ainda no ensino médio.

Por isso, a luta em prol da democratização do ensino não deve encerrar-se na ampliação de vagas, mas promover a todos o acesso a bens materiais e culturais, de modo que a diferença não se constitua em desigualdade, e que as escolhas por determinada trajetória educacional e profissional não sejam determinadas pela origem de classe (KUENZER, 2002).

A criação dos Institutos Federais (IFs), ofertando prioritariamente o ensino médio integrado à educação profissional, ocorrida em 2008, se coloca, portanto, como possibilidade para esses jovens, já que podem acessar a uma formação profissional sem abrir mão da

formação propedêutica. E esta, permite a parte desses jovens, sonharem com a continuidade dos estudos em nível superior.

Apesar das contradições e limites inerentes a qualquer instituição, os Institutos Federais intencionam, segundo a lei que os criou, ampliar o acesso democrático ao conhecimento elaborado, que tem por base a ciência e a tecnologia. Para isso, o ponto fundamental dos Institutos Federais é a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EMI) que traz em si a tentativa de fazer frente a dualidade estrutural que caracteriza historicamente esse nível e que coloca de um lado, formação profissional baseada no domínio da prática e de outro, educação propedêutica de caráter científico, que buscam atender às necessidades socialmente definidas pela divisão social e técnica do trabalho (KUENZER, 2010).

Expostos os desafios que permeiam a formação escolar e os dilemas das escolhas profissionais para os jovens da classe que vive do trabalho, assim como as finalidades e objetivos dos Institutos Federais nesta nova perspectiva de educação, foi realizada uma pesquisa qualitativa, aplicada e descritiva, por meio de um estudo de caso que objetivou investigar como os jovens da classe que vive do trabalho realizam suas escolhas profissionais.

A pesquisa foi realizada com jovens do segundo ano de um curso técnico integrado ao ensino médio, buscando atingir os seguintes objetivos: compreender os fatores que influenciam na decisão quanto à escolha do Instituto Federal Catarinense (IFC) para cursar o ensino médio integrado; Entender o papel que o IFC representa nas escolhas profissionais destes estudantes; Verificar como os estudantes do ensino médio integrado elaboram seus projetos profissionais; Elaborar um instrumento de orientação profissional para os estudantes do Instituto Federal Catarinense como Produto Educacional. Para atingir estes objetivos partimos dos seguintes questionamentos: quais fatores influenciaram a escolha dos jovens pelo curso técnico integrado em agropecuária do IFC de Rio do Sul? Estes fatores também estão influenciando quanto à decisão de cursar ou não uma graduação? Qual é o papel que o IFC representa nas escolhas profissionais destes jovens? Quais fatores influenciam as escolhas dos jovens durante e/ou ao final do ensino médio nas decisões sobre seu futuro profissional? Será que possuem conhecimento e informações para decidir de maneira consciente? Quais expectativas têm acerca do mundo do trabalho?²

2 “Mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e

O *locus* desta pesquisa foi o campus Rio do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). Este campus é composto de três unidades de ensino: Unidade Sede Agrária, Unidade Urbana e Unidade Tecnológica, que estão localizadas em diferentes pontos da cidade de Rio do Sul. A Unidade Agrária é onde se localiza o alojamento que abriga os jovens matriculados em cursos técnicos integrados de nível médio que vivem em moradia estudantil, dentre os quais estão 91% dos sujeitos desta pesquisa. O acesso à moradia estudantil é aberto a todos os estudantes que se matriculam em cursos técnicos integrados de nível médio, de acordo com as vagas e as normas previstas em edital público, cuja preferência é dada àqueles com maior vulnerabilidade econômica comprovada. Desta forma, fica claro que os jovens pesquisados pertencem à classe que vive do trabalho, critério de estudo desta pesquisa.

A partir dos resultados encontrados desta pesquisa, a qual revelou ainda o quanto os jovens estão submergidos em crenças liberais que pouco ou nada representam sua realidade, elaborou-se um roteiro para um processo reflexivo sobre o mundo do trabalho poderá ser utilizado pela equipe de docentes e demais profissionais envolvidos com este público para favorecer a reflexão sobre processo de escolha profissional atentando para as várias nuances que caracterizam a vida em sociedade, dentre os quais a formação da subjetividade e o funcionamento do mundo do trabalho.

O roteiro envolve reflexões sobre os interesses e expectativas dos jovens em relação ao trabalho e os determinantes de suas escolhas. Para além das questões individuais, abrange questões históricas, sociais, culturais dos processos produtivos, o papel que cada um desempenha neste processo assim como as relações sociais que se estabelecem em decorrência dele. As temáticas propostas serão abordadas utilizando-se recursos como dinâmicas de grupos, rodas de conversas e atividades práticas que favoreçam a compreensão das questões postas. O referido roteiro ficará disponível para o uso dos setores de apoio ao ensino, responsáveis pela orientação educacional e profissional da instituição foco desta pesquisa.

simultaneamente conformam e regulam tais atividades. É um microcosmo da sociedade, que embora tenha especificidade, é capaz de revelá-la” (FIGARO, 2008, p. 92).

2 O HOMEM E O TRABALHO

Desde os mais antigos tempos o trabalho é uma atividade central para a garantia da sobrevivência de homens e mulheres, assim como para a organização e funcionamento das sociedades (MANFREDI, 2016). Percorreu diferentes configurações, a depender do momento político, econômico e cultural. Passou de uma ação que tinha por objetivo garantir a sobrevivência do indivíduo e sua coletividade para servir à geração de lucro (OZELLA, 2003).

Nas comunidades primitivas os homens apropriavam-se dos meios de produção da existência coletivamente. Prevalencia o modo de produção comunal, tudo era feito em comum, não havia divisão de classes (SAVIANI, 2007). Na maioria das sociedades pré-industriais prevaleceu um sistema de produção de bens materiais dirigidos para necessidades materiais e imateriais limitadas e pouco variáveis, ou seja, uma economia de subsistência (MANFREDI, 2016).

Uma maior complexidade na divisão do trabalho surge com a propriedade privada, o desenvolvimento da agricultura, o aparecimento das cidades, o aperfeiçoamento dos instrumentos e equipamentos e as necessidades das guerras, o que leva ao desenvolvimento da produção artesanal e agricultura mais extensiva e complexa. Tais fatores implicam também na necessidade de extensão e desenvolvimento do comércio, fato que novamente exige uma nova divisão social do trabalho, assim intitulada porque está associada ao surgimento de classes sociais diferenciadas: agricultores, artesãos, comerciantes, guerreiros, senhores feudais e sacerdotes. É neste período histórico que surgem as primeiras noções de profissões e especializações profissionais e a divisão entre trabalho intelectual e manual, dualidade que irá se ampliar com o desenvolvimento da manufatura e indústria e que permanece até os dias atuais (MANFREDI, 2016).

Até o surgimento do capitalismo, o trabalho é indissociável de seus fins e da vida social em seu conjunto. Quem trabalha decide o que, como, quando e em que ritmo fazer. O processo de trabalho é controlado pelo trabalhador, os meios de produção e instrumentos de trabalho, bem como as técnicas para sua elaboração, por serem rudimentares, estão à disposição de todos e dominadas por qualquer um que queira ter acesso, independente de escolaridade ou disponibilidade financeira (MANFREDI, 2016).

O trabalho sofre nova e importante transformação com a priorização da produção de bens para a troca, para os mercados, inicialmente com produtos agrícolas e posteriormente com produtos fabricados em oficinas e fábricas. A partir do final do século XVIII (na Europa) com o aparecimento da grande indústria, surge o trabalhador fabril assalariado, submetido à

exploração para produção da mais valia. Com o avanço da organização da produção segundo o modelo taylorista-fordista o trabalho fabril passa a condicionar o homem à máquina, estabelecendo um ritmo mecânico de tempo e intensidade, ao qual o trabalhador tem que se subordinar.

Ganha força a produção desmembrada em tarefas simples, com foco para a economia de tempo, com rotinas calculadas, padronizadas e monótonas (MANFREDI, 2016), típica da organização taylorista-fordista, e nesta,

“[...] dada a nítida separação entre ação e concepção, a formação do trabalhador tinha o desenvolvimento do conhecimento tácito como estratégia privilegiada. Sua inserção no trabalho dependia da repetição de procedimentos relativamente estáveis, para o que a aprendizagem com os mais experientes bastava. Mesmo a formação escolar, em cursos profissionalizantes, tinha a prática como elemento direcionador” (SUHR, 2014, p. 26).

A partir da década de 1970, quando as sucessivas crises do petróleo desestabilizaram os níveis de acumulação capitalista, este precisou se reinventar, dando origem a uma nova forma de gerenciar o trabalho, tanto no chão de fábrica quanto nos escritórios (BOCK, 2010). A esfera produtiva se realinha para enfrentar a nova competição provocada pela globalização da economia e surge o modelo toyotista ou japonês de gestão da produção, caracterizado pela produção e especialização flexíveis (BOCK, 2010).

A produção flexível, ao invés da qualificação individual, baseada em habilidades físicas, ou mesmo em domínio de determinado conhecimento profissional, passa a exigir polivalência do trabalhador para realizar diferentes tarefas e ocupar diversos postos de trabalho; a organização da produção via automação eletrônica que objetiva adequar os instrumentos de trabalho à demanda; os salários variando de acordo com a produção e o desemprego; a variação do emprego, da jornada e do local de trabalho (BOCK, 2010).

Este modelo, no entanto, não é introduzido em toda a cadeia produtiva. Empresas com tecnologia de ponta e sistemas organizacionais enxutos e modernos passam a terceirizar parte ou a totalidade dos processos industriais para diminuir seus custos, contratando empresas que se organizam nos moldes do modelo fordista (BOCK, 2010).

O que determina a inclusão do trabalhador

“[...] já não é a presença ou a ausência de qualificação, mas as demandas do processo produtivo que combinam diferentes necessidades de ocupação da força de trabalho, a partir da tarefa necessária à realização da mercadoria (...) importa menos a qualificação prévia do que a adaptabilidade, que inclui tanto as competências anteriormente desenvolvidas, cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a competência para aprender e para submeter-se ao novo, o que supõe subjetividades

disciplinadas que lidem adequadamente com a dinamicidade, com a instabilidade, com a fluidez” (KUENZER, 2008, p. 494).

De acordo com Antunes (2006, p. 19),

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços, (...), mas quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, pode-se também constatar que o fordismo periférico e subordinado, que foi aqui estruturado, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram e estão sendo assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro.

O desemprego estrutural é uma das consequências deste novo estágio, assim como a diminuição do operariado tradicional, alterando qualitativamente a forma do trabalho nas indústrias. Assim, ocorrem dois fenômenos contraditórios nos requisitos necessários para o exercício do trabalho: de um lado a intelectualização de uma parte da classe trabalhadora e, por outro, uma grande desqualificação pelo trabalho multifuncional (BOCK, 2010).

Atualmente, com a necessidade de reestruturação produtiva do capital há uma retração do binômio taylorismo/fordismo e com isso a redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado. Em seu lugar novas formas de trabalho vão surgindo, desregulamentado e instável, resultado do desenvolvimento da *lean production* (manufatura enxuta) e da horizontalização do capital produtivo, além das modalidades de flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo e da informatização. Paradoxalmente, há um aumento significativo do proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, nas diversas modalidades de trabalho precarizado: os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre outras formas (ANTUNES, 2004).

Entre as novas tendências no mundo do trabalho contemporâneo estão: o aumento significativo do trabalho feminino, precarizado e desregulamentado e com níveis de remuneração, em média, inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores masculinos; a exclusão dos trabalhadores com idades próximas aos 40 anos, considerados “idosos” pelo capital; a inclusão precoce e criminosa de crianças nas mais diversas atividades produtivas; a expansão do setor de serviços e do terceiro setor; o crescimento do trabalho em domicílio e a transnacionalidade (ANTUNES, 2004).

Sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho relativas aos jovens Antunes (2004, p. 339) destaca que,

“[...] outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectivas de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural”.

No século XXI ao mesmo tempo em que o contingente de trabalhadores se amplia, há uma redução extensa dos empregos, aqueles que conseguem se manter empregados presenciam a dissolução dos direitos sociais e a ruína das conquistas históricas (ANTUNES, 2018).

As diferentes configurações no mundo do trabalho produzem também diferentes concepções e valores sobre este conceito que também são históricas e sociais. A sessão que segue apresenta algumas das crenças que surgiram e foram se modificando ao longo da história relacionada ao trabalho no Brasil, especialmente para jovens da classe que vive do trabalho.

2.1 O SENTIDO DO TRABALHO PARA OS JOVENS DA CLASSE QUE VIVE DO TRABALHO

As diversas configurações do trabalho resultam de um processo histórico, no qual seu desenvolvimento e propagação são simultâneos à evolução dos modos e relações de produção, da organização da sociedade como um todo e das formas de conhecimento humano (NEVES, 2018).

No Brasil o sistema escravocrata deixou marcas profundas na construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana, de modo que todo e qualquer trabalho manual e que exige esforço físico consiste em um trabalho desqualificado, pois estes eram destinados aos escravos (MANFREDI, 2016).

Segundo o discurso dominante na sociedade brasileira atual o trabalho é apresentado como uma atividade nobre, moralizante e que dignifica o homem. Essa representação social pode ser um dos fatores que explicam o crescente número e incentivo aos jovens a ingressarem prematuramente no primeiro emprego (MOURA, 2017).

O discurso que relaciona os jovens da classe que vive do trabalho a transgressões e que vê no trabalho a solução para a remissão da criminalidade é propalado na sociedade brasileira. Essa concepção remonta ao início da industrialização e se fundamentava na ideia que crianças

e adolescentes pobres deveriam trabalhar, pois, o trabalho protegeria do crime e marginalidade (MINAYO-GOMEZ; MEIRELLES, 1997).

Segundo esta linha de pensamento o trabalho possui uma perspectiva moralizante com elementos subjetivos que contribuem para a superação de uma condição de degradação do trabalhador, tornando-o merecedor de respeito e dignidade social, destinando-o a um lugar na sociedade. O valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades sociais. A submissão à disciplina do trabalho se justifica por um reconhecimento social. Nesta perspectiva o sujeito que não trabalha não é reconhecido como um indivíduo moral (MOURA, 2017).

Mas, para além da crença ideológica no aspecto edificante que do trabalho, para a maioria de jovens do nosso país há a necessidade real de colaborar com o orçamento familiar. Em um estudo realizado por Oliveira e Robazzi (2001), a causa determinante para o ingresso em atividades laborais remuneradas dos adolescentes refere-se ao auxílio financeiro à família, tanto para complementação de pagamento das despesas familiares quanto para aquisição de bens de consumo próprio como roupas, calçados e lazer.

O discurso favorável ao ingresso dos jovens no mundo do trabalho além da complementação da renda familiar e do aspecto dignificante aponta também para sua condição de fator de aprendizado e qualificação para sua formação profissional. No entanto, em regra as funções desempenhadas por estes jovens não apresentam o caráter pedagógico de aprendizagem ao qual se propõem, de forma que nada ou quase nada se acrescenta à formação profissional destes jovens (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

O ingresso no mercado de trabalho como caráter formador mascarado de aprendizado, oculta a verdadeira essência da inserção deste jovem no mundo do trabalho, ou seja, do benefício do empregador sobre o empregado, pois o jovem que precisa trabalhar o mais cedo possível e sem experiência aceita as condições impostas pelo empregador que tem a possibilidade de escolher a mão de obra e o quanto quer pagar, sem os encargos exigidos pela legislação brasileira (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001). Para muitos jovens esse ingresso precoce significa, na verdade, sacrificar seu futuro, uma vez que precisam trabalhar e estudar ou em muitos casos abandonar a escola por causa do trabalho (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

O reconhecimento social através do consumo também se revela como o objetivo dos jovens que buscam trabalho remunerado, levando-os a se reconhecerem mais como trabalhadores e consumidores do que como estudantes.

Um estudo realizado por Oliveira et al. (2010) com jovens revelou que sua representação social do trabalho é firmada sobre valores hegemônicos da sociedade como algo bom, essencial e de responsabilidade, relacionado ao desenvolvimento psicossocial, aos benefícios financeiros

e aos ganhos relacionados ao futuro e ao mundo social. Esses elementos demonstram a reprodução de valores construídos pela sociedade capitalista que atribui valores morais à atividade laboral, colocando-a como caminho certo para o sucesso econômico e de desenvolvimento da personalidade dos jovens (OLIVEIRA et al., 2010).

Segundo estudo realizado por Bock (2003), no planejamento para o futuro de jovens de escolas públicas, o trabalho aparece como algo necessário, mesmo que para isso os planos de continuidade dos estudos tenham que ser adiados. Para estes jovens, como não há a reflexão sobre as multideterminações do mundo do trabalho, as situações de fracassos e insatisfações são geralmente explicadas por questões subjetivas, ou seja, esforço e empenho do sujeito (BOCK, 2003). Já para os jovens das escolas particulares o trabalho representa uma consequência lógica da boa formação escolar em todas as etapas (ensino médio, graduação e pós-graduação), o que os torna predestinados ao sucesso profissional (BOCK, 2003).

Outro estudo, realizado por Aguiar (2003) com jovens de camadas populares, revelou que para eles o trabalho não é um tema interessante, prazeroso a ser pensado. Para os jovens pesquisados, o trabalho é algo restritivo e impeditivo para realizar seus sonhos. Os jovens parecem não vislumbrar a possibilidade de escolher uma profissão da qual gostarão e destacam as condições socioeconômicas vividas por eles como o maior impedimento para suas escolhas.

Para Antunes (2018) o jovem vive um dilema, por um lado o discurso de que é preciso estudar e alcançar níveis cada vez maiores de formação escolar, e por outro, um mercado de trabalho que expulsa um número significativo de jovens qualificados, muitos dos quais, pós-graduados.

A dificuldade em ingressar no mundo do trabalho não tem relação apenas com a qualificação, mas com restrições impostas pelo atual estágio do capitalismo. Mesmo com formação em nível superior, não há mais a garantia de colocação no mercado de trabalho. Mas, a ideologia dominante deposita sobre o sujeito a responsabilidade por suas conquistas e fracassos, fazendo recair sobre o próprio sujeito a responsabilidade pelo desemprego (GALDINI; BERZIN, 2003).

Para se contrapor a essa visão alienada e alienante, é imprescindível que os jovens tenham acesso a uma visão da realidade social e suas multideterminações quando planejarem seu futuro profissional, não como um impedimento para suas realizações e desejos profissionais, mas como algo que está diretamente vinculado e que determina, em grande medida, suas escolhas.

A sessão que segue aborda a estreita relação entre a educação e o modelo de desenvolvimento econômico historicamente adotado no país, propalando práticas e discursos

que, em sua essência, são necessários ao funcionamento do capitalismo. Apresenta também como a orientação profissional hegemônica vem assumindo a função ideológica de favorecer a manutenção da sociedade de classes mascarando a realidade e ocultando os determinantes sociais, econômicos e políticos da escolha profissional, isolando o indivíduo e responsabilizando-o por sua condição de sucesso ou fracasso profissional. Ajusta o sujeito à estrutura ocupacional preexistente, reproduzindo a ordem social vigente, seguindo a lógica do capital (BOCK, 2010).

2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: O MESMO PONTO DE PARTIDA, DOIS CAMINHOS DISTINTOS E O REENCONTRO NECESSÁRIO

“A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que ‘fecham’ ou ‘abrem’ os circuitos da história” (Florestan Fernandes, 1997).

As iniciativas sistemáticas que caracterizam a educação profissional começaram a surgir em 1809 com a criação do Colégio das Fábricas, que tinha uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar órfãos, desvalidos e desprovidos de sorte. A aprendizagem dos ofícios até então era realizada assistematicamente na colônia, no próprio fazer dos ajudantes e aprendizes. A educação escolar para as classes favorecidas era bem diferente, com caráter propedêutico e objetivando formar dirigentes (MOURA, 2010).

Esta dualidade vai sublinhar toda a história da educação brasileira, desde o início houve clara distinção entre a educação das elites e das classes trabalhadoras. A educação propedêutica sempre esteve voltada para a formação da elite para o trabalho intelectual (Moura, 2010). Enquanto isso, a educação profissional esteve reservada às classes de baixa renda com o objetivo de formar para o trabalho manual (SCHENKEL, 2012). O contexto de relações de produção agrícola e extrativista, e o trabalho escravo do Brasil colônia, que assinala a composição inicial da nossa sociedade, consolidou o trabalho manual como impróprio às camadas da população economicamente favorecidas (TUPPY, 2007).

A Orientação Profissional surgiu no contexto da educação profissional, também com objetivos diretamente ligados ao aumento da eficiência industrial, pois acreditava-se que a utilização de técnicas de seleção pudesse garantir o homem certo para a função certa. Sua origem na Europa remonta ao início do século XX. Neste primeiro momento, o objetivo da Orientação Profissional era o de identificar e selecionar os trabalhadores que estavam aptos

para a realização de determinadas tarefas na indústria que se encontrava em pleno desenvolvimento (SPARTA, 2003).

No Brasil, da mesma forma que a educação profissional, inicialmente a orientação profissional foi destinada às classes menos favorecidas. Era dirigida aos jovens que frequentavam as escolas profissionais. O primeiro processo de seleção de jovens ocorreu no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo quando foi feita a seleção de alunos para o curso de mecânica prática. Desde então, os processos de seleção para o trabalho tiveram um acelerado desenvolvimento expandindo-se para um grande número de empresas (ABADE, 2005).

No início do século XX, anterior ao surgimento da psicologia enquanto ciência e profissão, a orientação profissional se constitui como uma modalidade estritamente psicométrica. O psicotécnico era o profissional que obtinha o conhecimento sobre a natureza humana e seu objetivo era adaptá-la ao contexto da sociedade urbano-industrial. Este profissional aplicava os testes vocacionais que tinham a finalidade de orientar profissionalmente os jovens para uma escolha congruente com suas aptidões e com vistas a maior eficiência no processo produtivo (ABADE, 2005). Desde o seu surgimento pautou-se pelo modelo da teoria traço-fator, ou seja, era um processo diretivo e o papel do orientador era fazer diagnósticos, prognósticos e indicar a profissão certa para cada indivíduo (SPARTA, 2003). Desta forma, a orientação profissional integrava-se ao ideal de organização e racionalização do trabalho daquele período.

A orientação profissional também se desenvolveu dentro das escolas e vinculou-se inicialmente à orientação educacional. Com a promulgação da Lei Capanema em 1942, a orientação educacional foi incluída nas escolas com o objetivo de auxiliar os alunos em suas escolhas profissionais. Foi neste período que surgiu o ensino médio nos moldes como o conhecemos hoje, quando os cursos de complementação desapareceram e deram lugar aos cursos médios de 2º ciclo, denominados de cursos colegiais, que foram divididos em científico e clássico, ambos voltados para a preparação para o ensino superior. Os cursos de cunho profissionalizante tinham o mesmo nível e duração que o colegial, mas não habilitavam para o ensino superior (Moura, 2010). A vertente profissionalizante, constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, esteve predominantemente centrada no mercado de trabalho, de modo que os concluintes desta etapa escolar pudessem se inserir no mundo do trabalho logo após sua finalização (RAMOS, 2010).

A Lei Orgânica do Ensino Industrial estruturou o ensino industrial, quando as Escolas de Aprendizes Artífices se tornaram as escolas industriais e estabeleceu o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação trabalhista. Também pela reforma educacional de

Capanema instituiu-se em 1942 o Sistema “S”. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (1942) que oferecia ensino técnico industrial voltado às camadas populares e de baixa renda com o objetivo de formar para um ofício, uma vez que o ensino industrial deveria atender “aos interesses das empresas” (BRASIL, 1942). Em 1946 foi criado o SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Neste período, a orientação profissional passou a ser desenvolvida pelo SENAI e SENAC.

Neste momento histórico o caráter dualista da educação foi mais uma vez reforçado, com o ensino secundário e normal para as elites e o ensino profissional para os filhos de operários (MOURA, 2010). E a orientação profissional continuava com características seletivas, com vistas a aumentar a produtividade das indústrias e comércio.

Em 1947 surge o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) com o objetivo de contribuir para o ajustamento entre o trabalhador e o trabalho, o qual seria possível através de um estudo científico de aptidões e vocações do sujeito e dos requisitos psicofisiológicos da função. Assim, a orientação profissional voltou-se principalmente para a implantação de técnicas de seleção e orientação profissional para a classe média alta, buscando orientar a futura elite dirigente. Foi neste instituto que se formaram os primeiros especialistas na área em psicologia (ABADE, 2005). E 1981, o ISOP passou a denominado de Instituto Superior de Estudos Avançados, e foi extinto em 1990 (MELO-SILVA; LASSANCE; SOARES, 2004).

A regulamentação da psicologia enquanto ciência e profissão exerceu uma importante influência nos rumos da orientação profissional no Brasil: alterou os objetivos do ISOP, o qual se tornou um órgão normativo da psicologia e passou a formar especialistas, docentes e pesquisadores em nível de pós-graduação. A orientação profissional tornou-se uma atividade da psicologia clínica e transferiu o processo de intervenção para os consultórios particulares (ABADE, 2005).

Em 1971, com a promulgação da Lei nº 5.692, que alterou a Lei nº 40204/61 e instituiu diretrizes e bases para os ensinos de primeiro e segundo graus, a orientação educacional e o aconselhamento vocacional tornaram-se obrigatórios nas escolas (SPARTA, 2003).

Neste mesmo período a sociedade civil organizada através de entidades educacionais e científicas empreendeu grande mobilização pela incorporação do direito à educação pública, laica, democrática e gratuita na Constituição. Intensos e ricos debates foram realizados em defesa de uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e na defesa por uma educação básica unitária, da educação infantil ao ensino médio, que vinculasse educação à prática social e o trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2010).

Assim, indiferente de ser profissional ou propedêutico, ao ensino médio ficaria a tarefa de resgatar a relação entre conhecimento e práticas de trabalho, ou seja, evidenciar como a ciência se transforma em potência material no processo de produção, possibilitando aos estudantes o domínio das técnicas de produção, formando assim politécnicos e não técnicos especializados (RAMOS, 2010).

O conceito de politecnia refere-se aos “domínios dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno” (SAVIANI, 2003, p. 140). Desta forma pretendia-se romper com a dualidade entre educação básica e técnica em busca de uma formação humana em sua totalidade, integrando ciência e cultura, humanismo e tecnologia.

No início do século XXI (2003-2004) houve novos grandes debates relativos ao ensino médio e à educação profissional, retomando-se a discussão sobre a educação politécnica, compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada a enfrentar a histórica dualidade da educação. Na perspectiva politécnica, a escolha por uma formação profissional somente aconteceria após a conclusão da educação básica, na formação universitária. Entretanto, a avaliação pormenorizada das questões socioeconômicas da maioria dos jovens no Brasil revela as dificuldades de sua implementação, tendo em vista que grande parte dos filhos da classe trabalhadora buscam se inserir no mercado de trabalho muito antes da conclusão da educação básica (MOURA, 2010).

Como possibilidade de enfrentamento da dualidade estrutural do ensino médio passou-se à defesa para uma formação profissional integrada à formação geral em seus múltiplos aspectos humanísticos e científico-tecnológicos (MOURA, 2010). Mesmo tendo clareza que todos deveriam ter a possibilidade de cursar a educação básica de formação geral e, só depois dela rumarem ao trabalho ou à formação superior, os defensores do ensino médio integrado têm clareza que, dadas as condições concretas, muitos jovens precisam trabalhar antes disso. Portanto, entendem o ensino médio integrado à educação profissional como necessidade histórica e como possibilidade de travessia rumo à educação integral³ e possibilidade de inserção menos precarizada dos jovens no trabalho.

De acordo com Ramos (2010), é preciso construir um projeto de ensino médio que transcenda a dualidade entre formação específica e formação geral, que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para o sujeito, sujeito este que tem uma vida, cultura e história. Este projeto deve desenvolver possibilidades formativas que considerem as diversas

³ Educação integral é aqui entendida como aquela que visa superar a dualidade da formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual.

necessidades socioculturais e econômicas dos indivíduos que os constituem, que estes indivíduos sejam reconhecidos não apenas como um projeto de mão de obra, trabalhadores de um futuro incerto, mas como sujeitos de direitos.

A partir de 2008 a proposta de ensino médio integrado a educação profissional ganha um novo impulso com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, com a transformação das antigas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e Centros Federais em Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), contemplando regiões onde antes não havia educação básica profissional e de nível superior, pública, gratuita e federal. Essas mudanças foram resultado de processos políticos, econômicos, históricos e sociais, que culminaram na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação (SCHENKEL, 2012).

Os Institutos Federais surgem como uma autarquia de base educacional humanístico-técnico-científica que buscam romper com a hierarquia entre os saberes práticos e teóricos e dissipar a estratificação dos saberes. De acordo com o Art. 1º da Lei nº 11.892, os Institutos são detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

No que tange à orientação profissional, favorecidas com o fim do regime ditatorial a partir da década de 1980 começaram a surgir críticas às teorias psicológicas que fundamentavam esta prática, especialmente às perspectivas experimentalistas e psicométricas. Ferretti (1988) denuncia para a função ideológica de manutenção da sociedade de classes capitalista que as abordagens em orientação profissional trazem em seus fundamentos e propõem um modelo dentro do processo de ensino aprendizagem possível de superar a ideologia. O objetivo do modelo proposto é o de promover uma reflexão acerca do processo de escolha profissional e o trabalho (SPARTA, 2003).

No mesmo período histórico (início do século XXI) Silvio Bock propôs uma abordagem de orientação profissional que foi denominada por ele de abordagem sócio-histórica. Toma por referência as ideias de Vygostsky e entende o indivíduo na sua relação com a sociedade de maneira dinâmica e dialética, superando visões que o coloquem apenas como um reflexo da sociedade em que vive ou como totalmente autônomo em suas escolhas em relação a ela. (SPARTA, 2003).

É a partir das críticas realizadas por Ferretti à orientação profissional que, de acordo com este autor, assume princípios liberais como a liberdade, igualdade e individualidade apesar das incontestáveis restrições impostas aos sujeitos pelas desigualdades socioeconômicas, e na

abordagem sócio-histórica, a qual busca superar a ideia de uma sociedade pronta e acabada e a crença de um sujeito pré-determinado que esta pesquisa e o consequente Produto Educacional se fundamentam. Na sessão que segue, far-se-á um aprofundamento da abordagem sócio-histórica destacando os elementos centrais no processo de orientação profissional, como a concepção de sujeito, sociedade e juventude a partir desta perspectiva teórica.

2.3 ABORDAGEM SÓCIO HISTÓRICA: JUVENTUDE E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

“O importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando, afinam ou desafinam” (Guimarães Rosa, 1983).

A abordagem sócio-histórica tem suas proposições teóricas e metodológicas fundamentadas na concepção materialista dialética de homem e mundo. O homem é aqui entendido como um ser social e histórico, ligado às condições sociais em um determinado tempo, sociedade esta que é produção histórica dos homens que, através do trabalho produzem sua vida material. Homem e sociedade vivem em uma relação de mediação, transformando e constituindo um ao outro (BOCK, 2015).

De acordo com a concepção sócio-histórica o sujeito se apropria da produção histórica da humanidade em sua atividade, nas relações sociais e com outros sujeitos. A partir destas relações pode transformar esta história e esta realidade. A constituição do homem não ocorre através de uma absorção imediata do meio, mas por um movimento constante de subjetivação da realidade e desta forma este sujeito torna-se um ser único (ROSA, 2003). A subjetividade é entendida como um conjunto de experiências do indivíduo, constituída a partir de suas ações e de sua inserção social. (GONÇALVES, 2003).

Todos os elementos internos, ou seja, do mundo psicológico (pensamento, memória, consciência, percepção, atenção, fala, vontade, formação de conceitos e emoção) são concebidos nas relações do homem com seu mundo físico e social. Através fundamentalmente de mediações como a linguagem, o homem vai desenvolvendo sua consciência, sua forma de significar o mundo e este conjunto psicológico de significações, único e pessoal, orientam o homem em suas ações (KAHHALE, 2003).

De acordo com Bock (2010, p. 44), “os sujeitos constroem sentidos a partir de suas vivências, do significado do discurso, da ideologia dominante e de suas necessidades. O sentido é irredutivelmente pessoal, único, mas carrega consigo os elementos da vida social coletiva.”.

Em síntese, concebe-se:

“[...] o homem como ativo, social e histórico. A sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material. As ideias, como representações da realidade material. A realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas ideias. E a história, como movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda a produção de ideias, incluindo a ciência e a psicologia” (BOCK, 2001, apud OZELLA, 2003, p. 8).

Nessa perspectiva, o período que compreende a adolescência e juventude difere da concepção vigente, reproduzida pela tradição ocidental, de que esta é uma fase natural, inerente e própria do desenvolvimento humano, que é marcada por conflitos, rebeldia e conturbações ligadas aos hormônios e à sexualidade. O conceito de adolescência nesta abordagem assume uma compreensão enquanto uma construção histórica, constituída socialmente, um fato que passou a fazer parte da cultura enquanto significado, ou seja, um momento interpretado e construído pelos homens (OZELLA, 2003).

Na sociedade moderna, a sofisticação tecnológica que passou a permear o mercado de trabalho, assim como o desemprego estrutural, trouxe a exigência de aumentar o tempo de formação escolar e o adiamento da inserção dos jovens no trabalho (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015). As características que compõem esta fase da vida, como a rebeldia, instabilidade, conflitos e busca de identidade, são explicadas por esta contradição: os jovens já possuem força de trabalho e capacidades cognitivas, afetivas e de reprodução para ingressar no mundo adulto, mas são impedidos por necessidades sociais (capitalistas), o que os torna dependentes do adulto por mais tempo, adiando sua autonomia e condições de sustento. Ou seja, é alguém que deixa de experimentar suas potencialidades na realidade social e testar suas possibilidades e limites, está apta para muitas coisas, mas ainda não tem autorização para fazê-las (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015).

Neste estudo utilizar-se-á o termo juventude seguindo a definição utilizada pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS) que compreende como juventude a população dos 15 a 24 anos (BRASIL, 2010), pois entende-se que uma escolha profissional, especialmente para os jovens que vivem que do trabalho, nem sempre acontece durante a adolescência, período que finda aos 19 anos (BRASIL, 2018).

A juventude é assim entendida como uma etapa da vida que foi produzida historicamente, existe como experiência de seu tempo, como expressão de relações sociais e culturais e é, portanto, uma etapa que se desenvolve na sociedade, um momento histórico significado, interpretado e construído pelos homens. A orientação profissional que se fundamenta nesta perspectiva busca contribuir para que os jovens compreendam este processo

e se apropriem de suas determinações, tornando-os capazes de interferir no mundo social (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015).

Para a abordagem sócio-histórica a orientação profissional é “um conjunto de intervenções que visam a apropriação dos determinantes de escolha. Estes determinantes é que levam à compreensão das decisões a serem tomadas e possibilitam a elaboração de projetos” (BOCK, 2001, apud AGUIAR, BOCK e OZELLA, 2015, p. 213).

Entende-se como determinantes de escolha as relações com a família, mercado de trabalho, ideologia dominante, valores, grupos de amigos, meios de comunicação, e o atual emprego (em geral para jovens de classes menos favorecidas). Cada uma destas determinações é significada diferentemente dependendo da faixa etária, do grupo, da classe social e cultural (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015).

O sujeito, no processo de reflexão sobre o futuro e sobre qual trabalho escolher, analisa sobre o que gosta de fazer e o que será uma boa escolha, tem a possibilidade de ponderar sobre a condição concreta da sua vida, apreender sua história e seus conflitos e assim, reconhecer as determinações com as quais deverá lidar para efetuar sua escolha, com a possibilidade de ressignificar e produzir novos sentidos subjetivos (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015).

A ressignificação das relações e experiências de vida cria condições para que o indivíduo desenvolva uma postura de indagação e estranhamento diante daquilo que está naturalizado, de modo a compreender o mundo além das aparências para que construa projetos de vida baseado numa concepção totalizadora para melhor escolher. De acordo com Bock (2001 apud AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015, p. 214), “a melhor escolha profissional é aquela que consegue dar conta (reflexão) do maior número de determinações para, a partir delas, construir esboços de projetos de vida profissional e pessoal.”.

Nessa perspectiva o sujeito tem liberdade de escolha, mas estas escolhas não negam os determinantes sociais. Sujeito e sociedade são elementos de um mesmo processo. Para compreender o processo de escolha, é preciso estudar o movimento pessoal de cada jovem (seus sentidos subjetivos) e o conjunto de significações e condições sociais (objetivas) onde está inserido (BOCK, 2010).

Sendo assim, a orientação profissional com os jovens da classe que vive do trabalho na perspectiva sócio-histórica, além de contribuir para criar condições reflexivas necessárias às escolhas profissionais e preparar para sua inserção no mundo do trabalho de forma crítica e consciente, deve instrumentar estes jovens para se apropriarem de conhecimentos que desenvolvam sua autonomia como seres políticos e sociais (BOCK, 2010).

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Nas seções anteriores apresentamos as bases teóricas da pesquisa. Nesta seção, serão apresentados os percursos metodológicos, ou seja, o que Gerhardt e Silveira (2009) compreendem como o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo.

O presente estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, aplicada e descritiva. De acordo com Minayo (2016), a pesquisa qualitativa responde a temas muito específicos. Ela se ocupa de questões que não podem ou não deveriam ser quantificáveis, ocupa-se do âmbito dos significados, aspirações e motivos, das crenças, valores e atitudes. Trata-se de uma pesquisa aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35) e também como uma pesquisa descritiva, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009) pretende retratar os fatos e fenômenos de uma determinada realidade.

Definida a pesquisa em seu modo aplicada e descritiva, determinou-se que o procedimento da pesquisa foi realizado por meio de um estudo de caso. O estudo de caso, como sugerem Gil (2010) e Gazzaniga, Heatherton e Halpern (2018), consiste em uma investigação minuciosa do conhecimento a respeito de um indivíduo ou grupo/comunidade, descrevendo os eventos ou experiências que levam a ou resultam de um determinado aspecto excepcional.

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul – Sede. Foram sujeitos da pesquisa 22 jovens de uma turma do segundo ano do Ensino Médio Integrado, curso Técnico em Agropecuária (o curso tem duração de três anos), turma 2019.

A pesquisa foi aprovada⁴ pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Catarinense. Entendendo que a entrevista se constitui de um conjunto de questões sobre o tema em questão, mas oportuniza e até incentiva que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal (GERHARDT e SILVEIRA, 2009), foi adotada como estratégia de coleta de dados a entrevista semiestruturada (APÊNDICE B).

Para investigar acerca dos fatores que influenciaram os estudantes pela escolha do curso de Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, foi realizada uma entrevista semiestruturada com cada estudante.

⁴ Constam como Apêndices o Termo de Assentimento (APÊNDICE C), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D), o Termo de Autorização para Gravação de Voz (APÊNDICE E), bem como o Parecer de Aprovação emitido pelo Comitê de Ética (APÊNDICE F).

3.1 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), coletar dados é buscar informações para explicar o fenômeno ou o fato que o pesquisador quer descobrir. Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, realizou-se contato com o Instituto Federal Catarinense para expor o objetivo e relevância da pesquisa, e desta forma oficializar o convite para que os estudantes participassem da mesma.

Com a aprovação da instituição, a pesquisa foi apresentada de maneira coletiva aos estudantes do segundo ano do Curso Técnico Integrado em Agropecuária, durante o segundo semestre de 2019, momento em que foi explicado como seria realizada a coleta de dados, uso das informações e sigilo. As entrevistas foram realizadas individualmente e não houve tempo limite definido, permitindo explorar a temática conforme as necessidades da pesquisadora e de cada entrevistado. O local, data e horário das entrevistas foram definidos conforme disponibilidade dos entrevistados, da pesquisadora e da instituição, ficando para as quintas-feiras, no período vespertino. Com relação ao registro de dados, as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra mediante o consentimento dos participantes.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Para análise das informações coletadas por meio das entrevistas foi utilizada a metodologia de análise de conteúdos, que é um método que se caracteriza como “um conjunto de técnicas das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 44) e possibilita ir além das aparências do que se está comunicando, sendo possível acessar o que está por trás dos conteúdos declarados.

Desta forma, por meio da análise das questões recorrentes estabeleceram-se categorias de análise e buscaram-se inferir valores, sentimentos, intenções e ideologias dos estudantes entrevistados em segmentos específicos do conteúdo, determinados pela frequência com que algumas expressões, palavras e sentenças apareceram nas entrevistas. Não foram desconsideradas, porém, a exploração de expressões pertinentes e significativas para o estudo, independente da frequência com que estas surgiam nas entrevistas, pois nem sempre a importância de uma mensagem pode ser medida pela frequência com que ocorre. De acordo com Ludke e André (1986, p. 43) “certas informações e observações, aparentemente isoladas e discrepantes, podem vir a se constituir em importantes elementos de elucidação das questões do estudo”.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS, DE SEUS PAIS E LÓCUS DA PESQUISA

Os sujeitos desta pesquisa foram 22 jovens, com idades entre 15 e 18 anos, cursando o segundo ano do Ensino Médio Técnico Integrado em Agropecuária na sede do Instituto Federal campus Rio do Sul/SC. A escolha por este grupo foi resultado de uma ideia inicial do projeto de realizar novas intervenções com a turma no ano posterior, quando estariam no terceiro ano, porém, a situação de uma pandemia do Coronavírus (COVID-19) interrompeu abruptamente as aulas presenciais, impossibilitando a continuidade da pesquisa e a aplicação do Produto Educacional de maneira presencial com os estudantes.

Cabe inicialmente fazer uma breve caracterização do nível de escolaridade e situação profissional dos pais dos jovens entrevistados. Sobre a profissão dos pais e mães, a que aparece em maior número é a de agricultores (31,82%). As mães agricultoras apresentam escolarização de ensino fundamental completo (42,86%) ou incompleto (42,86%) e ensino médio completo (14,28%).

Resultado semelhante foi observado na profissão e escolarização dos pais. Os pais agricultores (31,82%) apresentam ensino fundamental completo (57,14%) ou incompleto (28,57%) e apenas um possui ensino médio completo (14,28%).

Dentre os pais que não são agricultores, as profissões são as mais diversas, como eletricista, servidor público, marceneiro, pedreiro, freteiro, torneiro mecânico, mecânico, motorista de ônibus e madeireiro. Apenas 13,64% dos pais tem graduação e/ou curso técnico.

Entre as mães a segunda profissão com maior destaque foi a do ramo de confecção de roupas (18,18%), nestas ocupações também o nível de escolaridade é o de ensino fundamental completo (25%) ou incompleto (25%), e ensino médio (50%). Dentre as mães que têm graduação (9,10%) estão as profissões de professora e pedagoga. Outras mães (31,82%) apresentaram profissões diversas como cozinheira, diarista e lojista.

Embora os resultados mostrem que a minoria dos pais apresenta ensino médio ou curso superior, a maioria dos jovens desta pesquisa relatou sobre a importância de cursar uma graduação e que os pais são os grandes incentivadores quanto à realização de um curso superior. Pelos dados apresentados, nota-se que a maioria destes jovens já está em uma etapa de ensino superior à que os seus pais cursaram.

Parece ser consenso entre os estudantes entrevistados de que quanto maior a escolaridade, maiores são as chances de ter um emprego garantido e maiores rendimentos, e que para alcançar isso é preciso estudar. Esta crença apoia-se ou é motivada pelas concepções liberais e de meritocracia, em que se propaga que o sucesso profissional depende de esforço e muita preparação. Estas concepções encontram apoio na teoria do capital humano, para a qual, de acordo com Candiotti (2002) o estudo é um investimento que o sujeito faz em próprio futuro através da educação. É, portanto, entendido como um estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores de níveis e de saúde que potenciam a força de trabalho e que difunde a crença de que a ascensão e mobilidade social tem um caminho garantido através da escolaridade, a qual garante empregos bem remunerados (Frigotto, 2011)

De acordo com Enguita (1993 apud CANDIOTTO, 2002) a ideologia meritocrática é visível em quase todas as esferas da vida social, mas principalmente na vida econômica e na escola. Mercado e escola individualizam o que são relações ou diferenças de classe, convertem os problemas sociais em problemas individuais e atribuem ao sujeito a responsabilidade pela sua condição, ou seja, se existem aqueles que têm mais capital é por que se esforçaram e trabalharam mais, sacrificaram o lazer e pouparam para investir. O entendimento de enfatizar o indivíduo separado de suas relações sociais ignora a desigualdade de oportunidade que é própria da sociedade capitalista.

Porém, Antunes (2018) denuncia que ao mesmo tempo em que se amplia o contingente de trabalhadores em escala global, há uma enorme redução de empregos, e aqueles que se mantêm empregados testemunham uma degradação dos direitos sociais e conquistas históricas, consequência da lógica destrutiva do capital, que expulsa do mundo produtivo até mesmo os que têm melhores formações em direção a subempregos, trabalho informal, intermitente e precarizado. Desta forma, mesmo com níveis mais elevados de formação, não há garantia de emprego e nem de boa remuneração. Frigotto (2015) destaca que o ideário do capital humano se situa no contexto da crença do pleno emprego e integração de toda força de trabalho e reforça que se trata apenas de uma crença, pois o capitalismo necessita de um exército de reserva.

O discurso dominante é de que é preciso estudar e alcançar níveis cada vez mais altos de formação escolar, e assim busca-se responsabilizar o jovem por seu fracasso ou sucesso profissional e oculta um mercado de trabalho que expulsa um número significativo de jovens qualificados, muitos dos quais, pós-graduados (ANTUNES, 2018).

Mesmo com níveis superiores, não há mais a garantia de uma colocação no mercado de trabalho. Esta dificuldade não tem relação apenas com a qualificação, mas com restrições impostas pelas leis do capitalismo e as transformações no mundo do trabalho (GALDINI; BERZIN, 2003).

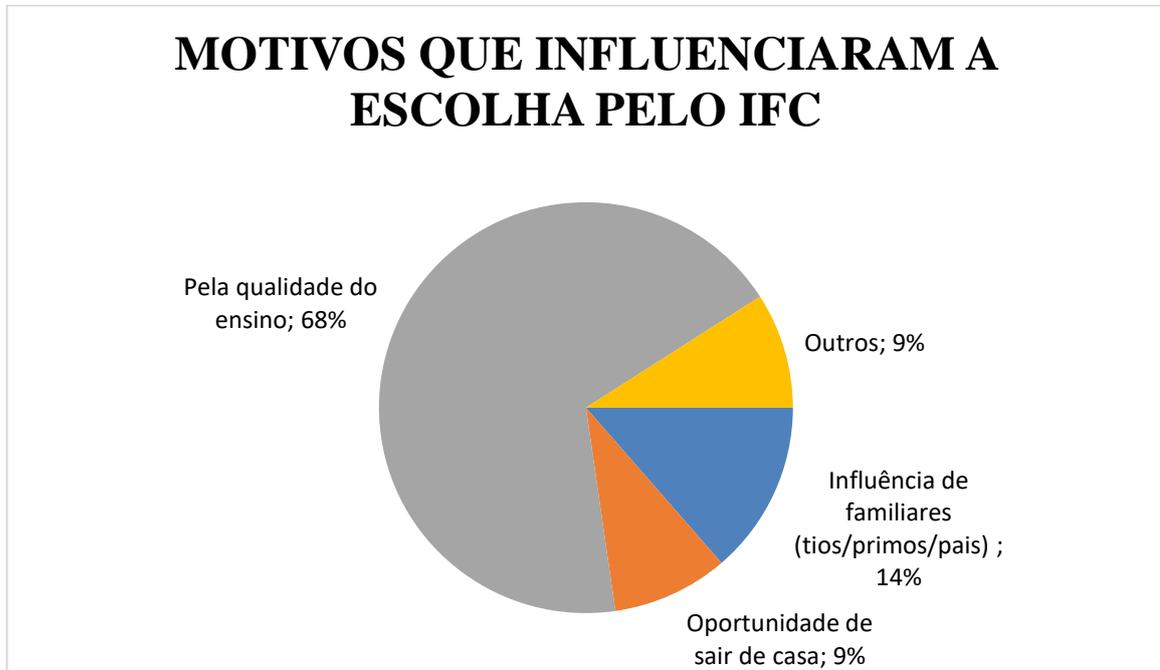
4.2 A ESCOLHA PELO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, OFERECIDO PELO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Para atingir um dos objetivos desta pesquisa, que era o de compreender os fatores que influenciaram na decisão quanto à escolha do Instituto Federal Catarinense para cursar o ensino médio integrado, foram realizadas questões como: o por que escolheu o Instituto Federal Catarinense para cursar o ensino médio integrado, sobre o interesse e os motivos que fizeram escolher o curso técnico integrado de agropecuária e se alguém influenciou sua decisão quanto ao curso.

Observou-se que a maioria dos estudantes (68,18%) optou pela escolha da instituição por receberem informações de parentes e amigos sobre a qualidade de ensino. O Curso Técnico em Agropecuária apresenta-se como uma escolha secundária, ou seja, a primeira escolha é da instituição, depois a possibilidade de cursos. Nesta narrativa pode-se inferir que ao entrar no IF já havia a intenção de dar continuidade a outros níveis de ensino, o que difere da hipótese levantada nesta pesquisa de que os jovens haviam escolhido um curso técnico sem a intenção de prosseguir para um curso superior.

O Gráfico 1, a seguir, expõe os motivos que influenciaram a escolha pelo Instituto Federal Catarinense.

Gráfico 1 – Motivos que influenciaram a escolha pelo Instituto Federal Catarinense



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Os dados revelam que 68% dos estudantes escolheram o Instituto Federal Catarinense pela qualidade de ensino, o que demonstra novamente a intenção dos jovens de continuar em um curso de nível superior, 14% motivados pela influência de familiares (tios, primos, pais), 9% pela oportunidade de sair de casa e 9% por outros motivos (por querer viver em alojamento, por gostar da área rural).

Os estudantes percebem a instituição como espaço que oferta ensino de qualidade, que melhor prepara para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares, diferente das escolas públicas estaduais de suas cidades. Os estudantes percebem e relatam a má qualidade de ensino nas escolas públicas estaduais, mas esta condição é naturalizada, como se a desqualificação fosse uma característica natural do serviço público.

O vestibular e o ENEM não são colocados em suspeição pelos sujeitos da pesquisa, não se questiona sobre sua validade ou necessidade, é um processo de seleção também naturalizado.

O fato de que um número significativo de estudantes revelou escolher o Instituto Federal por este apresentar melhor qualidade de ensino, e assim melhor preparar para vestibulares e ENEM, revela que os jovens da classe que vive do trabalho buscam uma instituição que não

ofereça somente um curso técnico, mas uma formação que possibilite realizar escolhas profissionais, que exigem educação propedêutica e lhes deem a chance de ingressar em uma universidade.

Referente à escolha entre os cursos de Agropecuária e Agroecologia, a maioria dos estudantes apontou ter optado pelo curso de Agropecuária por este apresentar maior número de vagas disponíveis. Apenas dois estudantes relataram que receberam informações de que o curso de Agropecuária tem mais campo de atuação e maiores possibilidades de emprego. Novamente fica explícito que a intenção dos jovens não era a profissionalização, e sim o ingresso na instituição. Os jovens buscaram uma escola pública, gratuita e de qualidade que permitisse, apesar da origem de classe, sonhar com a faculdade.

4.3 CONTINUIDADE DOS ESTUDOS

Em relação ao objetivo que buscou verificar como os jovens do Ensino Médio Integrado elaboram seus projetos profissionais os resultados encontrados que dizem respeito ao desejo de continuidade dos estudos em curso superior ou não, mostram que apenas 23% dos estudantes não pretendem seguir para um curso superior, e destes, 80% revelaram a intenção de atuar como técnico agrícola. Dos jovens que pretendem seguir para um curso superior, 47% têm como primeira opção de curso superior o curso de Agronomia, enquanto que 53% revelou a intenção de realizar cursos diversos em outras instituições.

Uma questão que pode influenciar a decisão quanto à necessidade de um curso de nível superior é a percepção que os jovens têm acerca da desvalorização de um curso técnico em relação a um curso superior, tanto em termos salariais quanto ao de acesso profissional. Esta percepção confirma a apropriação do discurso dominante, de que é preciso alcançar níveis cada vez mais elevados de formação como forma de garantir empregabilidade e sucesso profissional.

O fato de que a maioria dos estudantes planeja realizar um curso superior contradiz com algumas pesquisas que indicam que os estudos têm presença pequena no projeto de vida futura de jovens de classes populares, sobrepondo-se questões como família e trabalho (BOCK; LIEBESNY, 2003).

4.4 DETERMINANTES DAS ESCOLHAS PROFISSIONAIS

Embora a maioria dos jovens tenha referido que pretende fazer um curso superior em universidade pública, nos relatos dos estudantes este fato parece estar mais relacionado ao que

consideram como melhor qualidade de ensino e não às suas condições financeiras. Porém, ao serem questionados quanto as reais condições de conseguirem se manter financeiramente, muitos citaram que contam com o apoio e o esforço dos pais para poderem estudar. Alguns jovens revelaram que conciliarão o trabalho com a graduação, para que a família não fique sobrecarregada com as despesas financeiras. Esta informação retrata a importância da profissionalização em nível médio para o projeto futuro destes jovens. Segundo Kuenzer (2002) para a maioria dos jovens trabalhar é a única possibilidade de dar continuidade aos estudos em nível superior.

As razões alegadas para as escolhas profissionais mencionadas se pautaram, em sua maioria, pela identificação pessoal e gostos pessoais. Embora seja necessário e desejável fazer escolhas a partir de preferências e gostos pessoais foi dada pouca ênfase a aspectos como condições de trabalho destas profissões, as reais possibilidades de cursar tal formação e a realidade do mercado de trabalho. A capacidade de o jovem analisar estes aspectos é de fundamental importância na reflexão, que deve fazer ao planejar o futuro profissional, isso porque no capitalismo o trabalho se manifesta como produtor de mercadorias que geram riqueza para o capital, enquanto o trabalhador troca sua força de trabalho por uma retribuição financeira, a qual é condição necessária para assegurar alguma condição de vida e cidadania (Kuenzer, 2002).

Estas razões também refletem, em sua totalidade, valores que estão no âmbito da individualidade como um dos determinantes de escolha, fato que demonstra a absorção das características da ideologia dominante, nenhum dos estudantes citou qualquer motivo relacionado ao compromisso social ou coletivo, ou seja, motivos que poderiam demonstrar alguma preocupação com a sociedade como um todo. Não houve sequer uma correlação entre a profissão almejada e a contribuição social que ela, seguramente, há de conter. Os jovens buscam adaptação à realidade que está dada, não se veem como agentes de transformação ou mudanças.

A questão que buscou identificar a autonomia da decisão de estudar no IF e no curso de Técnico em Agropecuária constatou que, com apenas uma exceção, os demais relataram que a decisão de estudar no IF foi dos próprios estudantes e que os pais apoiaram a escolha.

A observação dos jovens de que não percebem expectativas ou pressões, dificuldades ou problemas de ordem familiar em suas decisões quanto a futuras escolhas profissionais parece contradizer a literatura na área de orientação profissional, que deposita na relação familiar os principais conflitos e dificuldades para a tomada de decisões profissionais. De acordo com Levenfus e Nunes (2010), o conteúdo predominante relativo à decisão de uma escolha

profissional entre os jovens refere-se à influência por parte dos pais. Nesta pesquisa não houve nenhum relato que se aproximasse desta afirmativa. Sem nenhuma exceção, quando questionados sobre qual a maior dificuldade encontrada para decidir qual profissão seguir, os jovens apontaram sobre em qual profissão gostariam mais de trabalhar ou quais profissões melhor se ajustam às suas características pessoais.

Segundo a percepção dos estudantes, a família não participa ativamente de suas escolhas profissionais e não expressa expectativas quanto à preferência por alguma profissão. No entanto, parece haver uma influência indireta da família quanto às escolhas profissionais, pois 45,4% dos estudantes pesquisados têm como opção de curso técnico ou superior atividades que estão direta ou indiretamente relacionadas com as profissões ou atividades laborais dos pais. Tal fato comprova a hipótese de nossa pesquisa de que os jovens tendem a fazer escolhas profissionais a partir de seu universo vivencial.

4.5 MUNDO DO TRABALHO E SUCESSO PROFISSIONAL

A respeito do mundo do trabalho as menções fazem referências às restrições e a competitividade que se apresentam para a atuação profissional. Alguns jovens o percebem como algo difícil, que causa medos e inseguranças.

Ainda assim, os jovens, sem exceção, mostraram-se confiantes e otimistas quanto a conseguirem realizar seus planos profissionais, e deram pouca ênfase a este determinante, sempre exaltando que a realização dos seus projetos é algo que depende do esforço individual empreendido. Destaca-se nessa convicção o quanto suas construções subjetivas estão permeadas pelo ideal liberal. A ideologia dominante torna-se parte da subjetividade de cada indivíduo, a partir do sentido que cada sujeito atribui às suas experiências e torna-se determinante quanto às escolhas profissionais. Desta forma, quando um jovem expressa que seu sucesso profissional depende exclusivamente de seu esforço pessoal revela o quanto ele absorveu e subjetivou um dos valores da ideologia dominante.

A pesquisa também identificou o que os jovens consideram como sucesso profissional. Em sua maioria relataram que fazer o que se gosta é a parte mais importante de uma profissão. A questão financeira também se apresentou como um dos fatores importantes relacionados ao sucesso profissional. Em alguns relatos, o retorno financeiro aparece como uma consequência lógica de se fazer o que gosta e fazer bem. Fica bastante evidente no relato dos estudantes que o sucesso profissional é algo individual e que se consegue com esforço pessoal.

5 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO MANUAL

Ao decidir por este objeto de pesquisa, simultaneamente já se pensou que não se poderia apenas compreender melhor a questão que nos propomos a analisar, mas também encontrar maneiras concretas para ampliar as possibilidades de tratar esta temática. Desta forma, foram apreciados inúmeros artigos acerca dos processos de orientação profissional, diferentes teorias e abordagens, na busca por um caminho que atendesse verdadeira e concretamente as necessidades dos jovens que se encontram com os dilemas das escolhas profissionais.

Encontramos as possibilidades para uma abordagem alternativa na crítica de Celso João Ferretti às abordagens tradicionais e hegemônicas de orientação profissional e na teoria sócio-histórica, abordada por Silvio Bock. Ferretti revela o quanto a orientação profissional assume princípios liberais apesar das incontestáveis restrições impostas aos sujeitos pelas desigualdades socioeconômicas, enquanto a abordagem sócio-histórica busca superar a ideia de uma sociedade pronta e acabada assim como transcender a crença de um sujeito pré-determinado.

A construção foi um intenso ir e vir, por vezes muitas dúvidas surgiram quanto a se realmente estávamos conseguindo ir além daquilo que já está descrito na literatura. Foram feitas sucessivas e profundas reflexões com o propósito de fundamentar a metodologia em desenvolvimento, buscando o que parecia o caminho mais apropriado. Ao trilhar um percurso permeado de incertezas, em um constante exercício de autocrítica percebeu-se a necessidade de ajustar e harmonizar o caminho a ser percorrido pelo processo reflexivo proposto.

Dada a constatação, na etapa de coleta de dados, que os jovens entrevistados vêm organizando suas decisões profissionais com base no senso comum com ênfase na meritocracia, definiu-se que o Produto Educacional teria por objetivo ampliar sua visão sobre o mundo do trabalho, suas contradições e limites. Por ter como foco a escola, considerou-se que os profissionais da educação seriam os agentes que levariam tal reflexão aos alunos, o que determinou a escolha do formato do Produto Educacional: um manual, a ser usado por essas pessoas.

A intenção inicial de avaliação do produto era sua aplicação pela pesquisadora juntamente com docentes e outros profissionais da área de ensino, com a turma de 3º ano do curso de agropecuária – integrado ao ensino médio, pois os estudantes entrevistados no ano anterior estariam, agora, nessa turma e, em vias de definirem a escolha da profissão.

No entanto, em virtude da situação de uma pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), e em atendimento aos decretos estaduais de Santa Catarina (SC), as atividades

presenciais dos cursos do IFC foram suspensas a partir do dia 17 de março de 2020, mediante deliberação do Conselho Superior (Consuper) expressas na Resolução 018/2020 (IFC, 2020). Diante desse contexto, a forma de aplicação do produto precisou ser alterada.

Após a produção do conteúdo e diagramação, o manual e o formulário para avaliação foram enviados por e-mail para os profissionais que, segundo a proposta do manual, poderiam atuar junto aos estudantes para a intervenção pretendida, tais como: professores, assistentes sociais, psicólogos e pedagogos do Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul – Sede. No corpo do e-mail a pesquisadora explicou a sobre a pesquisa e o manual, e solicitava aos profissionais que realizassem a leitura do material, que seguiu anexo, e posteriormente, respondessem ao formulário de avaliação (disponível no link gerado pelo Google Formulários).

O processo de avaliação do manual (resposta ao formulário pelos profissionais do Instituto Federal) foi realizado entre os dias 28 de setembro e 13 de outubro de 2020. Dos 195 profissionais (105 docentes e 90 técnicos em assuntos educacionais) que receberam o e-mail solicitando a avaliação do manual, apenas 09 responderam às questões propostas, muito abaixo das expectativas de respostas. Dentre os profissionais que avaliaram o produto estão professores, pedagoga, assessora de ensino, psicóloga e assistente social. Cabe destacar que o e-mail foi reencaminhado por três vezes, buscando reforçar o convite à avaliação do produto em questão, porém, sem êxito quanto a obtenção de um número maior de avaliadores. Desta forma, temos a ciência que os resultados apresentados são relativos.⁵

Os avaliadores consideraram que os conteúdos abordados no manual demonstram embasamento científico (88,9%); que as bases teóricas utilizadas e defendidas no manual são pertinentes e abordadas de forma clara (100%); que o manual traz contribuições relevantes para auxiliar os jovens em seu planejamento profissional (100%); que os conhecimentos abordados no manual ampliaram seu conhecimento sobre questões relacionadas ao processo de escolha profissional dos jovens do ensino médio integrado (77,8%); que a metodologia sugerida no manual, técnicas e reflexões para desenvolver com os jovens, são pertinentes e úteis para o processo de reflexão sobre o processo de escolhas profissionais (77,8%); que o manual tem uma linguagem clara, mesmo atendendo o rigor científico (100%); que a qualidade visual do manual torna a leitura mais fácil e produtiva (100%).

A última questão da avaliação solicitava aos avaliadores que deixassem seu comentário, fizessem sugestões, elogios ou críticas sobre o material. Um dos avaliadores fez a seguinte ponderação:

⁵ As perguntas e respostas do questionário encontram-se no Apêndice G.

O material tem grande relevância para o trabalho pedagógico com estudantes de ensino médio integrado. Eles são sujeitos do processo de escolha profissional, mas não tem toda a informação necessário para tal. O guia subsidia a profissional a trabalhar com mais adequação esse processo de escolha (PROFESSOR A).

Outro relato, de outro professor:

Achei super interessante o manual, pois mostra ao estudante um processo reflexivo acerca daquilo que em muitas das vezes é a maior decisão de sua vida. Sempre fui um crítico de sobrecarregar os jovens a decidir o seu futuro numa idade de tantas incertezas. Porém, com vista ao manual isso clarifica ideias e até mesmo mostra alguns caminhos por onde o educando pode seguir sem se sentir pressionado pela sociedade ou até mesmo pela família (PROFESSOR B).

Avaliamos que a partir do retorno obtido no formulário de avaliação, é possível assumir que o modo como ocorreu a aplicação, diverso do que foi inicialmente projetado, atingiu um número menor de pessoas, além disso, nos tirou a possibilidade de sentir a aplicação do produto e assim, fazermos os ajustes e a considerações necessárias. Porém, como todas as avaliações foram positivas, há indicativos que o Produto Educacional proposto pode ser um importante instrumento de orientação profissional para os estudantes do ensino médio dos Institutos Federais Catarinense.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada buscou compreender como os jovens da classe que vive do trabalho elaboram suas escolhas profissionais e, a partir disso, propor um manual para que os profissionais da educação possam ajudá-los nesse processo. As hipóteses levantadas para os questionamentos propostos na pesquisa foram de que a condição econômica dos jovens seria um determinante em suas escolhas profissionais, condicionando a realização de cursos superiores “possíveis” e não necessariamente aqueles desejados pelos jovens, assim como também, poderia ser um impeditivo para o ingresso no ensino superior pela necessidade de trabalhar em vez de dar continuidade aos estudos.

Partiu-se então do pressuposto que estes jovens tenderiam a não seguir para um curso superior, pois, um curso técnico em nível médio, poderia fornecer os recursos necessários para o exercício profissional, principalmente na área rural, da qual se origina a maioria dos alunos do curso pesquisado. Esta pressuposição não se confirmou, pois, apenas 23% dos jovens não desejam cursar uma graduação. A pesquisa revelou que a maioria dos estudantes (77%) pretende dar continuidade a outros níveis de ensino.

Ficou evidente ainda que as crenças dominantes entre os jovens entrevistados estão fortemente fundamentadas nos princípios da teoria do capital humano, os quais preconizam de que quanto maior a escolaridade, maiores são as chances de ter um emprego garantido e maiores rendimentos, e que para alcançar isso é necessário um investimento em seu próprio futuro através da educação garantindo um acúmulo de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores de níveis intelectuais e de saúde que potenciam a força de trabalho difundindo a ideia de que a ascensão e mobilidade social tem um caminho garantido através da escolaridade, a qual garante empregos bem remunerados.

Ainda com relação à primeira hipótese não houve indicativos diretos de que a condição econômica dos estudantes com os quais ocorreu a coleta de dados possa caracterizar uma limitação quanto ao desejo de cursar o ensino superior. Embora a maioria dos jovens tenha referido que pretende fazer um curso superior em uma universidade federal, tal fato está relacionado à qualidade de ensino e não às condições financeiras familiares. Porém, ao serem questionados quanto as reais condições para manter-se financeiramente nestas instituições, muitos deles revelam o esforço dos pais e a intenção de trabalhar para complementar a renda para poderem estudar.

Os jovens pesquisados refletem a realidade da maioria dos jovens das classes menos favorecidas na sociedade brasileira para os quais trabalhar é a única possibilidade de dar

continuidade aos estudos em nível superior. Tal fato reforça a importância dos cursos de ensino médio integrado à educação profissional, cuja conclusão permite para que os jovens trabalhem e com isso possam efetivar seus planos de seguir para outros níveis de ensino.

A segunda hipótese que conduziu esta pesquisa era a de que estes jovens fariam suas escolhas dentre as profissões que estão em seu universo vivencial. Esta hipótese foi fortemente confirmada, 46% dos jovens relataram o desejo de seguir em profissões que estão diretamente relacionadas com a profissão dos pais. Da mesma forma, a escolha pelo curso técnico em agropecuária confirma esta hipótese, considerando que 50% dos jovens têm relação direta com o meio rural.

A análise das entrevistas mostrou que estes jovens têm princípios e valores ancorados em uma concepção individualista, meritocrática e com uma forte tendência a se encaixar em uma realidade que está dada. Diante destes resultados, que evidenciam o quanto os jovens estão submersos em crenças liberais que pouco ou nada representam sua realidade, elaborou-se um roteiro para um processo reflexivo sobre o mundo do trabalho que objetiva favorecer a reflexão com os jovens sobre estes conceitos e em quais princípios estão fundamentados, e assim tornar possível perceber o quanto o processo de escolha profissional sofre influências de uma ideologia dominante que busca responsabilizar unicamente os jovens por seus sucessos e fracassos, desconsiderando todo um sistema que necessita de um exército de reserva de jovens desempregados e marginalizados para garantir que a roda do capitalismo continue a girar. Assim, o Produto Educacional aqui apresentado busca atentar para as várias nuances que caracterizam a vida em sociedade, dentre os quais a formação da subjetividade e o funcionamento do mundo do trabalho.

As constatações desta pesquisa reafirmam a necessidade de um trabalho de orientação profissional, mas não uma orientação profissional que reforce as concepções liberais de sujeito e sociedade, e assim endosse a responsabilidade única e exclusivamente dos jovens por suas escolhas. Mas, uma orientação profissional crítica, através de um processo reflexivo com referenciais teóricos que questionem este modelo de sociedade, quem tem como uma de suas características, a necessidade de excluir muitos para manter os privilégios de poucos.

Essa clareza orientou a elaboração do Produto Educacional, em formato de manual, a ser utilizado por profissionais da educação (docentes e/ou outros profissionais existentes na escola tais como pedagogos, psicólogos, assistentes sociais) com o objetivo de orientar a reflexão dos jovens sobre o mundo do trabalho e, a partir disso, realizar uma escolha profissional mais segura e consciente.

Após a criação do produto, ele seria aplicado junto à turma de terceiro ano do curso de ensino médio integrado em agropecuária do IFC – Campus Rio do Sul (turmas com as quais foi feita a coleta de dados no ano anterior), juntamente com professores e outros profissionais que aceitassem a proposição. Mas, com a suspensão das atividades presenciais devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19), aplicação do produto precisou ser alterada de maneira abrupta e inesperada.

O envio do manual para leitura e análise pelos profissionais do campus Rio do Sul foi a possibilidade encontrada para a conclusão do trabalho, mas apesar de os retornos de quem avaliou o manual serem positivos, perdeu-se muito da riqueza do momento presencial, reduzindo a possibilidade de “sentirmos” a aplicação deste processo reflexivo pelos professores com os estudantes e assim, termos a possibilidade de fazermos os devidos ajustes e modificações que somente a prática poderia proporcionar. Contudo, os aspectos positivos salientados pelos avaliadores indicam que o manual tem potencial de se tornar um instrumento de reflexão para os jovens que estão no processo de escolhas profissionais, permitindo que o façam de maneira mais segura e consciente.

REFERÊNCIAS

- ABADE, Flávia Lemos. Orientação profissional no Brasil: uma revisão histórica da produção científica. **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-24, jun. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902005000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira.; BOCK, Ana Mercedes Bahia.; OZELLA, Sérgio. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, Ana Mercedes Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 201-220.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. O sentido subjetivo atribuído à escolha profissional: um estudo com jovens de camadas populares. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 253-276.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314215003>>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2015.
- ASIMOV, Isaac. “A profissão”. In: _____. **Nove amanhãs**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BOCK, Ana Mercedes Bahia; LIEBESNY, Brônia. Quem eu quero ser quando crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens de São Paulo. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 203-222.
- BOCK, Ana Mercedes Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional**. A abordagem sócio-histórica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Orientação profissional para classes pobres.** São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7760.

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 2004. p. 18.

_____. Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jun. 2005. Seção 1, p. 4.

_____. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 23 set. 1909, p. 6975.

_____. Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Regulamento da Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 30 jan. 1942. Seção 1, p. 2749.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. p. 11429, col. 1.

_____. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 12 dez. 1971. Seção 1, p. 6377.

_____. Lei n. 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 out. 1982. Seção 1, p. 19839.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as leis de diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1.

_____. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 ago. 2013. p. 1.

_____. **Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CANDIOTTO, Cesar. Aproximações entre capital humano e qualidade total na educação. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 19, p. 199-216, jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602002000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 mai. 2020.

FERRETTI, Celso João. **Uma nova proposta de Orientação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. A mulher e a escolha vocacional. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 16, p. 20-40. 1976.

FERRETTI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória Nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200385&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar. 2020.

FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 90-100. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra: 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 168-194, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana Gonçalves de (Org.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. p. 18-35.

_____. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, [S.l.], v. 13, n. 20, 2015.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011.

GALDINI, Danilca Rodrigues; BERZIN, Juliana. O sofrimento do jovem psicólogo na busca do primeiro emprego: uma análise psicossocial da exclusão. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 315-345.

GAZZANIGA, Michael; HEATHERTON, Todd; HALPERN, Diane. **Ciência Psicológica**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: OZELLA, Sérgio (Org.).

Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003. p. 41-62.

HEEREN, Marcelo Velloso; SILVA, Marta Leandro da. O princípio de autonomia dos institutos federais e sua política educacional em oposição à reforma do ensino médio. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S.l.], v. 13, n. 10, p. 1-19, mar. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/61995>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. Resolução n. 18, de 27 de março de 2020. Dispõe sobre a realização de atividades de ensino remotas nos cursos de Qualificação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Técnico de Nível Médio e Superiores ofertados pelo Instituto Federal Catarinense (IFC) em virtude da Pandemia COVID-19. **Conselho Superior do IFC**, Blumenau, SC, 27 mar. 2020.

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Gravidez na adolescência: orientação materna no pré-natal. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 91-101.

KUENZER, Acacia Zeneida (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KUENZER, Acacia Zeneida. O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 70, p. 15-39, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2019.

_____. Reforma da educação profissional ou ajuste ao regime de acumulação flexível? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 5 n. 3, p. 491-508, nov. 2007/fev. 2008. Disponível em <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/include/mostrarpdf.cfm?Num=183>>. Acesso em: 03 ago.2020.

LEVENFUS, Rosane Schotgues. Orientação vocacional ocupacional: à luz da psicanálise. In: _____ (Org.) **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre: Artes médicas, 1997. p. 227-243.

LEVENFUS, Rosane Schotgues; NUNES, Maria Lucia Tiellet. Principais temas abordados por jovens vestibulandos centrados na escolha profissional. In: LEVENFUS, Rosane Schotgues. SOARES, Dulce Helena P. (Orgs.) **Orientação vocacional profissional**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed: 2010.

LEVENFUS, Rosane Schotgues. SOARES, Dulce Helena P. (Orgs.) **Orientação vocacional profissional**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed: 2010.

LOPES, Conceição. Mulheres pioneiras, mulheres de renome: as engenheiras agrônomas pernambucanas da primeira metade do século XX (Década de 40). **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, Recife, vol. 4, p. 65-82, 2007.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

MELO-SILVA, Lucy Leal; LASSANCE, Maria Célia Pacheco; SOARES, Dulce Helena Penna. A orientação profissional no contexto da educação e trabalho. **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 31-52, dez. 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902004000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; MEIRELLES, Zilah Vieira. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 135-140. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-311x1997000600012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2019.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200355&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MOURA, Dante Henrique. FILHO, Domingos Leite Lima. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 109-129, 2017.

MOURA, Leila Silva de. Juventude e trabalho: o sentido do trabalho para o jovem aprendiz. **Revista científica da FASETE**. v. 3, p. 216-227. 2017. Disponível em: <https://www.fasete.edu.br/revistarios/media/revistas/2017/14/juventude_e_trabalho.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

NEIVA, Kathia Maria Costa. **Escala de Maturidade para a Escolha Profissional (EMEP)**. São Paulo: Vetor, 1999.

NEVES, Diana Rebelo et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à *Scientific Periodicals Electronic Library*. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 318-330, abr./jun. 2018.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 83-89, mai. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692001000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2019.

OLIVEIRA, Denize Cristina de et al. Representações sociais do trabalho: uma análise comparativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 763-773, mai. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2019.

OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. **Candidatos ao concurso vestibular da área biológica em São Paulo**. Pesquisas Educacionais. 6. ed. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1972.

OLCZYK, Simone Voltolini. **(Re)construindo olhares: caminhos metodológicos para conhecer os jovens do ensino médico integrado**. Blumenau, 2020. 116 p. Artigo (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau.

OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PACHECO, Eliezer Moreira (Org.). **Fundamentos políticos e pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: Editora IFRN, 2015.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

ROSA, Elisa Zaneratto. Da rua para a cidadania: a construção de sentidos na construção da travessia. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 167-200.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da Politecnia. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2018.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Gestão ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado**. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SPARTA, Mônica. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 1-11, dez. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2018.

SUHR, Inge Renate Fröse. **Ensino médio:** possibilidade de ampliação da inserção laboral da classe que vive do trabalho. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

TUPPY, Maria Isabel Nogueira. A educação profissional. In: OLIVEIRA, R.P. ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil:** níveis e modalidades na Constituição e na LDB. São Paulo: Xamã, 2007. p. 38-53.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

[Link para o Produto Educacional \(PE\).](#)

METODOLOGIA DO PROCESSO REFLEXIVO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO PARA JOVENS DO ENSINO MÉDIO

ROSELI BONFANTE

INGE RENATE FROSE SUHR

1 PARA COMEÇO DE CONVERSA: POR QUE UMA METODOLOGIA DO PROCESSO REFLEXIVO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO PARA JOVENS DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE?

A metodologia do processo reflexivo SOBRE O MUNDO DO TRABALHO para jovens do ensino médio ora apresentada busca ir ao encontro dos princípios que regem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O Instituto Federal (IF), como uma política pública, assume a função social de contribuir para a construção de uma sociedade menos desigual e mais solidária. Preconiza um projeto democrático e popular comprometido com a emancipação dos setores excluídos da sociedade, buscando superar o preconceito de classe e a submissão da educação à lógica do capital, propondo, de maneira contra hegemônica, que a educação esteja ligada ao mundo do trabalho numa perspectiva democrática e de justiça social (PACHECO, 2015).

Mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades. É um microcosmo da sociedade, que embora tenha especificidade, é capaz de revelá-la (FIGARO, 2008, p. 92).

A metodologia proposta reconhece a escola pública como um dos poucos espaços em que estudantes, especialmente os jovens das classes populares, têm acesso a todos os tipos de conhecimento que possam lhes permitir melhor compreender as relações sociais e produtivas das quais participam e que este espaço precisa assumir um compromisso social de romper com

toda e qualquer condição que reproduza exclusão. Sendo assim, é preciso garantir aos estudantes do ensino médio, os quais, nesta etapa da vida, estão delineando suas escolhas profissionais, um tempo-espaço em que possam se ver como participantes ativos de uma sociedade que não está pronta/concluída e assim, possibilitar que possam assumir uma atitude ativa diante dos desafios que a inserção ao mundo do trabalho apresenta. Entende-se que esta intervenção contribuirá para que o Instituto Federal efetive seu papel institucional de ofertar educação integral.

As temáticas e o conteúdo selecionados para este processo reflexivo foram definidas a partir do resultado de pesquisa realizada em 2019, com jovens do segundo ano do curso de Agropecuária, técnico integrado ao ensino médio no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Rio do Sul. O estudo buscou compreender os fatores que influenciam os jovens na escolha profissional. Para realização da pesquisa, de cunho qualitativo, foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevista semiestruturada e a Escala de Maturidade para a Escolha Profissional – EMEP (exclusiva para uso de psicólogos). Participaram da pesquisa vinte e dois estudantes.

Os dados revelados através da escala mostraram que a maioria os jovens encontram-se com nível de maturidade adequado (na média e acima da média) para a escolha profissional. Possuem adequada capacidade para a tomada de decisão profissional, apresentam atitudes importantes e conhecimentos necessários para a efetivação desta escolha, preocupam-se com suas escolhas profissionais e empreendem ações para efetivá-la, suas decisões estão fortemente ligadas a questões internas e não externas e/ou a outros, apresentam uma boa percepção de suas características pessoais e um bom conhecimento da realidade educativa e socioprofissional.

Porém, a análise dos dados colhidos através da entrevista semiestruturada, revelou que estes jovens têm princípios e valores ancorados numa concepção individualista, meritocrática e uma forte tendência a se adaptarem às exigências e demandas da realidade do mundo do trabalho como está, sem perceberem seus determinantes nem a sua possibilidade de transformação. Entendendo que o objetivo dos IF é proporcionar uma educação integral, baseada no trabalho como princípio educativo, ou seja, compreender a realidade do trabalho para além da mera execução de atividades, é preciso facultar um processo reflexivo para que os jovens possam tomar decisões com maior discernimento da sociedade em que vive. Desta forma, justifica-se a viabilização de espaço e tempo para refletir sobre estes conceitos e em quais princípios estão fundamentados, propostos nesta metodologia.

Embora a abordagem sócio-histórica adotada nesta metodologia possa divergir à visão de mundo de muitos sujeitos envolvidos neste processo, tanto de professores e mediadores

quanto dos jovens, tal fato deve ser percebido como algo positivo, pois tal circunstância incita que todos possam fazer uma revisão crítica das concepções que os direcionam. Nesse sentido, Kuenzer traz que

“[...] o conhecimento é fruto da práxis coletiva, a partir do embate de posições divergentes no processo de construção dos consensos possíveis: nesse sentido, o conhecimento é provisório, parcial e historicamente determinado; é processo de produção, e tão mais rico quanto melhor se explicitem, discutam e aprofundem as divergências” (KUENZER, 2002, p. 15).

2 CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PREDOMINANTE

Considera-se de fundamental importância fazer uma breve crítica acerca das teorias em orientação profissional com o objetivo de tornar explícita a ideologia que as impregna e assim compreender sua função na sociedade em que vivemos. Desde o seu surgimento, a orientação profissional no Brasil pautou-se pelas ideias de que este processo é diretivo e o papel do orientador profissional é o de fazer diagnósticos, prognósticos e indicações das ocupações certas para cada indivíduo (SPARTA, 2003). Historicamente, seu principal objetivo tem sido o de auxiliar o sujeito no processo de escolha de uma profissão. Supõe-se que o indivíduo que ainda não se decidiu quanto a qual profissão seguir precisa de auxílio técnico para identificar e utilizar informações sobre si e sobre as opções ocupacionais e assim fazer uma escolha adequada.

Tradicionalmente o trabalho de orientação profissional/vocacional atinge as camadas médias e altas da população brasileira, firmando-se como um fenômeno dos estratos mais privilegiados da população reproduzindo a função ideológica de manutenção da sociedade de classes, típicas do capitalismo. Nesta perspectiva, a intervenção em orientação profissional tem a função de mascarar a realidade e ocultar os determinantes sociais, econômicos e políticos, isolando o indivíduo e responsabilizando-o por sua condição. Dito de outro modo, busca ajustar o sujeito à estrutura ocupacional preexistente, reproduzindo a ordem social vigente, seguindo a lógica do capital (BOCK, 2010).

Grande parte dos estudos em orientação profissional está apoiada na visão liberal de sujeito, não considerando os determinantes sociais, políticos e econômicos, mas apenas o indivíduo como responsável por suas escolhas e decisões, assim como atribui a ele toda a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso. Fica assim compreendido que, especialmente aos jovens de classes populares, fica reservado o seu ajustamento à estrutura ocupacional vigente, um sujeito produtivo que contribua para o aumento da mais valia da classe dominante, detentora do controle da produção (BOCK, 2010).

Ferretti (1988) desvela que a orientação profissional dominante está intimamente ligada aos princípios liberais. Observa-se o princípio da individualidade, considerando que a escolha profissional é algo individual em que predominam fatores biopsicológicos que resultam em características próprias que orientam as escolhas e, portanto devem ser respeitadas; o princípio da liberdade do indivíduo de optar por diferentes alternativas de escolha, pressupondo que todos podem escolher e por isso são responsáveis pelas decisões tomadas e suas consequências; e o

princípio da igualdade perante a liberdade de opção, ou seja, todos tem igual oportunidade de escolher seu caminho profissional. O individualismo, a liberdade e a igualdade são os axiomas básicos do liberalismo, os quais constituem, igualmente, os princípios gerais da orientação profissional tradicional.

3 UM PROCESSO DE REFLEXÃO PELA ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA

O objetivo do processo de reflexão com jovens que estão delineando sua vida profissional deverá ser uma intervenção ampla, voltada para a construção de um projeto de vida e com capacidade de análise crítica da realidade social, criando possibilidades para que o jovem amplie e transforme a consciência que possui sobre si e sobre o mundo do trabalho a partir de uma perspectiva sócio histórica.

Perspectiva sócio-histórica.

“O importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas, mas que elas vão sempre mudando, afinam ou desafinam” (Guimarães Rosa, 1983).

O homem é aqui entendido como um ser social e histórico, ligado às condições sociais em um determinado tempo, numa sociedade que é produção histórica dos homens que, através do trabalho produzem sua vida material. Homem e sociedade vivem em uma relação de mediação, transformando e constituindo um ao outro (BOCK, 2015).

O sujeito se apropria da produção histórica da humanidade em sua atividade, nas relações sociais e com outros sujeitos. A partir destas relações pode transformar esta história e esta realidade. A constituição do homem não ocorre através de uma absorção imediata do meio, mas por um movimento constante de subjetivação da realidade e desta forma este sujeito torna-se um ser único (ROSA, 2003). A subjetividade é entendida como um conjunto de experiências do indivíduo, constituída a partir de suas ações e de sua inserção social. (GONÇALVES, 2003).

Todos os elementos internos, ou seja, do mundo psicológico, são concebidos nas relações do homem com seu mundo físico e social. Através fundamentalmente de mediações como a linguagem, o homem vai desenvolvendo sua consciência, sua forma de significar o mundo e este conjunto psicológico de significações, único e pessoal, orientam o homem em suas ações (KAHHALE, 2003).

De acordo com Bock (2010, p. 44), “os sujeitos constroem sentidos a partir de suas vivências, do significado do discurso, da ideologia dominante e de suas necessidades. O sentido é irreduzivelmente pessoal, único, mas carrega consigo os elementos da vida social coletiva”. A cultura torna-se parte da natureza humana e molda o seu funcionamento psicológico.

Para Vygostsky, citado por Bock (2006), as funções superiores (pensamento, memória, consciência, percepção, atenção, fala, vontade, formação de conceitos e emoção) mediadas pela linguagem, resultam da internalização do social. Todo processo de construção da subjetividade humana tem sua base na relação da atividade do homem com uma atividade significada, ou seja, o homem não internaliza os objetos, nem os gestos, mas sua significação, conferindo-lhe um sentido pessoal.

Parte-se da ideia de que o projeto de vida é uma ação do indivíduo de escolher um dentre os futuros possíveis diante das possibilidades e limites socioeconômicos e culturais, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substância em objetivos passíveis de serem perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida.

As dúvidas quanto às escolhas profissionais não podem ser colocadas exclusivamente no sujeito. É preciso compreender que o trabalho é uma atividade social, sendo assim, deve-se considerar que a insegurança e as dúvidas das pessoas ao terem que escolher uma profissão estão relacionadas à complexidade da organização da sociedade com o objetivo de produzir bens. Assim, os desafios enfrentados para fazer uma escolha profissional são criados pela complexidade do processo de produção, pela divisão social e técnica do trabalho (FERRETTI, 1988).

A partir destas premissas é que o processo de reflexão aqui apresentado foi desenvolvido. Redireciona-se o foco das abordagens tradicionais deslocando-o da escolha de uma profissão para a reflexão sobre o trabalho. Desta forma, mais do que esperar que os jovens finalizem este processo plenamente seguros quanto à escolha de uma profissão espera-se que possam refletir sobre si, suas escolhas e sobre a realidade social e sua inserção nessa realidade. Constitui-se como um conjunto de intervenções que visam tornar conhecido todos (ou o maior número possível) de determinantes que influenciam as escolhas.

4 OUTRA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL É POSSÍVEL?

Pensar sobre orientação profissional é também pensar na fase da vida em que comumente na atualidade a sociedade espera que esta decisão aconteça, que na atualidade corresponde à adolescência. De acordo com Bock (2004), em quase todas as produções teóricas sobre o assunto a adolescência é tida como uma fase natural do desenvolvimento humano com características universais, tomada como uma fase difícil, de rebeldia e conflitos que precisa ser superada. Um momento intermediário entre a infância e a vida adulta, inerente ao processo biológico, oculta-se nesse processo, todo o processo social que constitui a adolescência.

Já na abordagem sócio-histórica a adolescência é tida como uma construção histórica, constituída socialmente, um fato que passou a fazer parte da cultura, um momento significado, interpretado e construído pelos homens (OZELLA, 2003). A adolescência foi criada pelo homem e só é possível compreendê-la a partir da sua inserção na totalidade, na qual este fato foi produzido, e é esta totalidade que a constitui e lhe dá sentido (BOCK, 2004).

A partir da modernidade, marcada por revoluções industriais, ocorreram grandes modificações na forma de vida, o trabalho sofisticou-se e passou exigir maior tempo de formação, a qual seria adquirida na escola. Além da necessidade de maior formação, o desemprego estrutural, que é constitutivo da sociedade capitalista também exigiu o adiamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Desta forma, a escola passou a reunir os jovens em um mesmo espaço afastando-os do trabalho por algum tempo e, ao mesmo tempo, preparando-os para trabalharem, seja direta ou indiretamente (BOCK, 2004).

A extensão do tempo de escola e o distanciamento da família, além da aproximação com um grupo de iguais, foram consequências de exigências sociais e dão origem a um novo grupo social com padrão coletivo de comportamento, a juventude/adolescência (BOCK, 2004).

A escolha profissional vai sendo construída socialmente à medida que a produção se complexifica. A mulher não escolhia, o escravo não escolhia. Em outras épocas não havia escolha profissional, por exemplo, se o pai era ferreiro o filho também seria, a criança era introduzida no trabalho (sem curso e sem escolha) a partir da vivência dos adultos à sua volta. Essa escolha se tornou necessária por causa da complexificação do trabalho, o que exige mais tempo de escola. O ato de fazer uma escolha profissional para os jovens é algo que passou a existir devido às transformações da sociedade e é uma característica da atualidade.

A reflexão acerca das escolhas profissionais que se fundamenta na perspectiva aqui defendida, busca contribuir para que os jovens compreendam este processo e suas múltiplas determinações, tornando-os capazes de interferir no mundo. Trata-se de “um conjunto de

intervenções que visam a apropriação dos chamados determinantes de escolha. Estes determinantes é que levam à compreensão das decisões a serem tomadas e possibilitam a elaboração de projetos” (BOCK, 2001, apud AGUIAR, BOCK; OZELLA, 2015, p. 213).

Entende-se como determinantes de escolha as relações com a família, mercado de trabalho, ideologia dominante, valores, grupos de amigos, meios de comunicação, e o atual emprego (em geral para jovens de classes menos favorecidas). Cada uma destas determinações é significada diferentemente dependendo da faixa etária, do grupo, da classe social e cultural (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015).

O sujeito, no processo de reflexão sobre o futuro e sobre qual trabalho escolher, analisa o que gosta de fazer e o que será uma boa escolha, tem a possibilidade de ponderar sobre as condições concretas da sua vida, apreender sua história e seus conflitos e assim, reconhecer as determinações com as quais deverá lidar para efetuar sua escolha, com a possibilidade de ressignificar e produzir novos sentidos subjetivos (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015).

A ressignificação das relações e experiências de vida cria condições para que o indivíduo desenvolva uma postura de indagação e estranhamento diante daquilo que está naturalizado, tido como normal e imutável, de modo a compreender o mundo além das aparências para que construa projetos de vida baseado numa concepção de que todos os fenômenos são complexos e fazem parte de uma totalidade. A concepção de totalidade (KOSIK, 2010) é que precisamos compreender cada fenômeno indo além dele, verificando as múltiplas determinações. Para o autor, a primeira impressão que temos de qualquer fenômeno é parcial, incompleta, e precisamos nos distanciar buscando referencial teórico para entender melhor.

De acordo com Bock (2001 apud AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2015, p. 214), “a melhor escolha profissional é aquela que consegue dar conta (reflexão) do maior número de determinações para, a partir delas, construir esboços de projetos de vida profissional e pessoal”.

A perspectiva sócio-histórica salienta que o sujeito tem liberdade de escolha, mas que estas escolhas não negam os determinantes sociais. Estes determinantes não são absolutos, sempre haverá um espaço de decisão, de ação, e quanto mais o sujeito compreender essas determinações, mais terá condições de decidir acertadamente (BOCK, 2010).

Sendo assim, a reflexão para as escolhas profissionais na perspectiva sócio-histórica, além de contribuir para criar condições educativas necessárias às escolhas profissionais e preparar para sua inserção no mundo do trabalho de forma crítica e consciente, deve instrumentalizar estes jovens para se apropriarem de conhecimentos que desenvolvam sua autonomia como seres políticos e sociais (BOCK, 2010).

Neste sentido, é condição fundamental em um instrumento de orientação profissional a de promover a compreensão da realidade socioeconômica, com informações históricas e dados socioeconômicos fundamentais, e a reflexão de como ela incide em suas escolhas e suas subjetividades.

Esta perspectiva de orientação profissional tem inquestionável relevância para favorecer uma leitura crítica e reflexiva da realidade do mundo do trabalho, possibilitando a conscientização sobre as causas estruturais das dificuldades encontradas pelos jovens tanto para a decisão acerca de uma profissão, quanto no que se refere à inserção no trabalho propriamente dito. Busca desmistificar a crença que atribui exclusivamente ao sujeito a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso na vida profissional, além de proporcionar um conjunto de conhecimentos que, incorporados, fazem crescer o capital cultural (VALORE; CAVALLET, 2012).

Ainda nesta linha, essa proposta de orientação profissional pretende contribuir para desmistificar a crença de *nasceu para isso, vocação interior, homem certo no lugar certo, escolha certa, escolhas para a vida toda*, ignorando a construção histórica daquilo que se costuma chamar vocação, bem como dos estruturantes do mercado de trabalho na sociedade atual: capitalista, globalizada e quem a produção flexível como forma hegemônica.

A **produção flexível** é baseada no uso de tecnologias que contribuem para o aumento da produtividade industrial. Nesse sentido, as tecnologias industriais contribuem ativamente para a elevação da **produção** no menor tempo possível. Para Gounet (1999), esse sistema se baseia na resposta imediata às variações da demanda, deixando de produção em

À luz dos novos paradigmas, com base no modelo japonês de organização e gestão do trabalho, a linha de montagem vai sendo substituída pelas células de produção, o trabalho individual pelo trabalho em equipe, o supervisor desaparece e o engenheiro desce ao chão da fábrica, o antigo processo de qualidade dá lugar ao controle internalizado, feito pelo próprio trabalhador. Na nova organização, o universo passa a ser invadido pelos novos procedimentos de gerenciamento: as palavras de ordem são qualidade e competitividade (KUENZER, 2000, p. 32).

Essa forma de gestão do trabalho demanda outro tipo de trabalhador, com capacidade de resolver problemas e trabalhar em equipes, com maior competência na língua oral e escrita, mas principalmente, mais flexível, adaptável, que aceite as mudanças como algo natural e bom.

Compreender como a sociedade, e, portanto, o mundo do trabalho, se estrutura, permite a superação de mitos que individualizam as decisões, responsabilizando unicamente o jovem pela escolha profissional. Além disso, permite que o jovem entenda que tal escolha pode ser refeita a qualquer tempo e que o trabalho é apenas uma das facetas do ser humano. Tal

abordagem pode diminuir a pressão que as pessoas sofrem para que não errem na escolha profissional, que não percam tempo, pois em uma sociedade competitiva isso seria uma grande desvantagem. É preciso enfatizar a experiência que poderá advir mesmo de escolhas que, aparentemente, tenham sido equivocadas.

A orientação profissional não deve limitar-se a trabalhar o momento da escolha profissional, mas sim, apoiar-se na noção de projeto de vida, o qual apresenta com maior clareza a proposta de ação. O projeto configura-se como um conjunto de representações referentes à situação presente, ao futuro desejado e os meios para alcançá-lo, e assim, criam-se as estratégias de ação. Deve conter em sua essência o questionamento sobre quais meios utilizar e prever as possíveis dificuldades, resistências ou impossibilidades (UVALDO; SILVA, 2010).

Neste contexto, e seguindo a ideia de construção de um projeto profissional, a orientação profissional deve permitir que o jovem desenvolva a competência de fazer análises diante de cada encruzilhada profissional (atual ou futura), os seus limites, as oportunidades, ganhos e perdas com cada possibilidade de escolha, estabelecendo estratégias de curto e longo prazo, fazendo os ajustes possíveis e disponíveis dentro das condições concretas de cada sujeito (UVALDO; SILVA, 2010).

5 HÁ SENTIDO EM UMA METODOLOGIA DO PROCESSO REFLEXIVO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO PARA JOVENS DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE?

Historicamente, os filhos de trabalhadores brasileiros vivenciaram (e ainda vivenciam) uma luta constante para serem reconhecidos em sua construção profissional, sendo-lhes relegado, quase que invariavelmente, o trabalho manual ou com pouco conteúdo intelectual, precarizados no que se refere às condições de realização e à remuneração. Soma-se a isso um processo de exclusão dos jovens dos níveis mais elevados de ensino, contribuindo para a manutenção e ampliação do exército de reserva, o que, para Antunes (2018), é essencial para que a roda do capitalismo continue a girar.

O trabalho no Brasil, principalmente quando é manual, tem sido visto como algo negativo, em razão do sistema escravocrata, que deixou marcas profundas na construção das representações sobre o trabalho como atividade social e humana, de modo que todo e qualquer trabalho manual e que exige esforço físico é considerado um trabalho desqualificado, pois estes eram destinados aos escravos (MANFREDI, 2016).

A partir da industrialização e urbanização da sociedade brasileira, a visão do trabalho passou a ser ideologicamente construída como sendo uma atividade nobre e moralizante, passando a ser incentivado, estimulado. Essa concepção moralizante persiste na sociedade brasileira atual, sendo apontado inclusive como um dos fatores que explicam o crescente número e incentivo aos adolescentes e jovens a ingressarem prematuramente no primeiro emprego (MOURA, 2017).

O modo como se organiza o trabalho sob o capitalismo produz no campo da ideologia a defesa da inserção precoce no trabalho para os jovens de baixa renda. Se por um lado esses jovens são levados a crer que o trabalho remunerado é única forma de enfrentar as dificuldades encontradas em sua condição social e econômica, por outro, a sociedade em geral o considera como estratégia privilegiada para a remissão de crimes e marginalidade (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

O discurso que relaciona jovens pobres a transgressões e que vê no trabalho a solução para a remissão da criminalidade é intensamente propalado pela sociedade brasileira e elide o fato que quanto mais precoce for a inserção no trabalho, mais precarizada ela será, dentre outros fatores pela falta de níveis mais avançados de escolarização (SUHR, 2014).

Popularmente, com base na ideologia dominante, o trabalho assume uma perspectiva moralizante, contribuindo para a constituição de uma subjetividade que o coloca como

superação da condição de degradação, elevando os sujeitos ao patamar de alguém merecedor de respeito e digno socialmente, destinando-lhes um lugar na sociedade. Nessa lógica, a submissão à disciplina do trabalho e ao sofrimento que porventura ele traga quando é em postos precarizados, se justifica por um reconhecimento social. O sujeito que não trabalha não é reconhecido como um indivíduo com boa conduta moral (MOURA, 2017).

Esse discurso é, na verdade, falacioso, principalmente na atualidade, em que não há necessidade, do ponto de vista do capital, de inserir todos no trabalho (há máquinas que realizam tarefas rotineiras e repetitivas com maestria) nem no consumo (cada vez mais a produção está direcionada a nichos de mercado). Mas, domina o senso comum.

Além da crença no aspecto edificante do trabalho, nas classes populares há a necessidade real de colaborar com o orçamento familiar. Desta forma, família e sociedade incentivam o ingresso de jovens ao mundo do trabalho, de modo que a maioria dos jovens brasileiros da classe que vive do trabalho exerce alguma atividade remunerada para contribuir com a renda familiar e cobrir gastos pessoais impossíveis de serem arcados pela família. Importa assinalar que o ingresso precoce no trabalho tende a prender o jovem num círculo vicioso de precarização. Com baixo nível de formação, os postos de trabalho disponíveis são os mais simples, com condições e remuneração mais baixas. Interrompendo os estudos para trabalhar, os jovens da classe que vive do trabalho dificilmente conseguirão acessar postos de trabalhos menos precarizados.

Já em 2004, Suhr indicava que os jovens das classes populares egressos do ensino médio, estavam ocupados em funções de baixo conteúdo intelectual, geralmente no setor terciário da economia, que não exigiam domínio de habilidades e competências cognitivas mais desenvolvidas. Mesmo para tais funções que, em princípio não demandariam a conclusão do ensino médio, este era exigido no momento da seleção, embora outros elementos, como aspectos comportamentais e até aparência física se revelassem como os que realmente definiam a contratação.

O discurso favorável ao ingresso dos jovens no mundo do trabalho para além da complementação da renda familiar e do aspecto dignificante aponta também para sua condição de aprendizagem e qualificação para sua formação profissional. No entanto, as funções desempenhadas por estes jovens em nada diferem das funções desenvolvidas por outros trabalhadores, pois não há uma preocupação com a qualificação intelectual, de forma que nada ou quase nada se acrescenta à sua educação profissional (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

O ingresso no mercado de trabalho como caráter formador mascarando-se de aprendizado oculta a verdadeira essência da inserção deste jovem no mundo do trabalho, ou

seja, do benefício do empregador sobre o empregado, pois o jovem que precisa trabalhar o mais cedo possível e, sem experiência nem formação específica, aceita as condições impostas pelo empregador, que tem a possibilidade de escolher a mão de obra e o quanto quer pagar, sem os encargos exigidos pela legislação brasileira (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

Em 2014, Suhr conclui sua tese afirmando que a conclusão do ensino médio se tornou

“[...] a mediação privilegiada para formar um grande contingente de trabalhadores facilmente adaptáveis a várias modalidades de trabalho, contribuindo para a flexibilidade por meio da desqualificação. Isso porque o capital depende cada vez menos do trabalho qualificado e a educação geral viabiliza a participação em treinamentos com foco nas diversas ocupações em que o trabalhador será inserido no longo de sua vida, nos diversos pontos da cadeia produtiva” (SUHR, 2014, p. 154).

Apenas uma minoria de jovens que se inserem precocemente no trabalho tem uma experiência enriquecedora nas atividades que desempenha no que se refere a oportunidades futuras ou uma iniciação que pode abrir portas para postos de trabalho menos precarizados. Para muitos jovens trabalhar significa, na verdade, sacrificar seu futuro, uma vez que precisam trabalhar e estudar ou em muitos casos abandonar a escola por causa do trabalho (OLIVEIRA; ROBAZZI, 2001).

Com as transformações ocorridas nas relações do mundo do trabalho, especialmente para o jovem das classes que vivem do trabalho, o ingresso no mundo do trabalho está cada vez mais incerto. Por um lado, o discurso de que é preciso estudar e alcançar níveis cada vez maiores de formação escolar, e por outro, um mercado de trabalho que expulsa um número significativo de jovens qualificados, muitos dos quais, pós-graduados (ANTUNES, 2018).

A dificuldade de inserção no trabalho não tem relação apenas com a qualificação, mas com restrições impostas pelo metabolismo social do capitalismo e, conseqüentemente, as transformações na organização do trabalho. Mesmo com níveis superiores de formação, não há mais a garantia de colocação e/ou permanência no mercado de trabalho.

Essa realidade é dissimulada pelo discurso do mérito e do empreendedorismo, ideologias que contribuem para que os sujeitos acreditem serem eles próprios os responsáveis por suas conquistas e fracassos, dependendo unicamente de seus esforços. Desta forma, recai sobre o próprio sujeito a responsabilidade pelo desemprego (GALDINI; BERZIN, 2003) e, conseqüentemente, pela perda de status perante a sociedade.

A pesquisa que fundamentou este produto educacional buscou compreender os fatores que influenciam os jovens na escolha profissional. Partiu-se da hipótese de que a condição econômica dos jovens pesquisados seria um determinante na escolha profissional e de que estes

jovens, por serem oriundos de classes menos favorecidas tenderiam a não seguir para um curso superior, pois, um curso técnico em nível médio, poderia fornecer os recursos necessários para o exercício de alguma profissão. Esta pressuposição não se confirmou. A pesquisa revelou que a maioria dos estudantes pretende dar continuidade a outros níveis de ensino. Ficou evidente que as crenças dominantes entre os jovens entrevistados estão fortemente fundamentadas nos princípios do capital humano, os quais preconizam de que quanto maior a escolaridade, maiores são as chances de ter um emprego garantido e maiores rendimentos, e que para alcançar isso é necessário um investimento em seu próprio futuro através da educação garantindo um acúmulo de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores de níveis intelectuais e de saúde que potenciam a força de trabalho difundindo a ideia de que a ascensão e mobilidade social tem um caminho garantido através da escolaridade, a qual garante empregos bem remunerados.

A pesquisa também mostrou que a maioria dos estudantes tem a intenção de realizar cursos diversos em outras instituições, o que poderia caracterizar um comprometimento no princípio da verticalização enquanto itinerário formativo. Isso, porém, não deve ser considerado um problema, pois a formação recebida não foi perdida nem será descartada mesmo que o jovem mude de área. Isso porque tais conhecimentos ajudaram a constituir a subjetividade desses jovens, sua visão de mundo, inclusive para indicar que a área cursada no ensino médio não é o que desejam para sempre em suas vidas.

A abordagem sócio histórica, que fundamenta este produto educacional, entende que a constituição do ser humano é histórica e não natural. Isso significa que cada pessoa é um sujeito histórico, com características que vão se constituindo a partir das relações que se estabelecem no tempo e no espaço histórico em que vive, desenvolvendo suas potencialidades, mas sempre circunscritas por determinantes sociais e econômicos. Nessa concepção não há uma vocação *a priori*, há uma construção do sujeito que, dependendo da realidade em quem vive, poderá ou não desenvolver determinadas habilidades.

Nesta perspectiva, as diversas formas assumidas pelo trabalho resultam de um processo histórico, seu desenvolvimento e propagação são simultâneos às transformações dos modos e relações de produção, à organização da sociedade como um todo e das formas de conhecimento humano (NEVES, 2018).

Tendo claro que para pensar sobre projetos de futuro – que incluam a escolha profissional – vai muito além de mera decisão individual baseada em vocação ou inclinações, é imprescindível que os jovens aprendem a pensar a realidade social e suas multideterminações como algo fundamental a ser considerado quando do planejamento do futuro profissional, não

como um impedimento para suas realizações e desejos profissionais, mas como algo que na verdade conforma esses desejos afeta suas escolhas.

Defendemos que há sim, modos de promover no decorrer do ensino médio integrado, um processo reflexivo sobre a configuração do mundo do trabalho na atualidade para que os jovens possam planejar seu futuro profissional com base em dados concretos. E que o estudante da EPT tem o direito de construir um projeto de futuro, baseado na reflexão sobre o funcionamento da sociedade, refletindo sobre seus limites e possibilidades.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. O sentido subjetivo atribuído à escolha profissional: um estudo com jovens de camadas populares. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 253-276.
- AGUIAR, Wanda Maria Junqueira.; BOCK, Ana Mercedes Bahia.; OZELLA, Sérgio. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, Ana Mercedes Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015, p. 201-220.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622004000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Orientação profissional para classes pobres**. São Paulo: Cortez, 2010.
- BOCK, Ana Mercedes Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- FERRETTI, Celso João. **Uma nova proposta de Orientação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1988.
- FIGARO, Roseli. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 90-100. 2008.
- GALDINI, Danilca Rodrigues; BERZIN, Juliana. O sofrimento do jovem psicólogo na busca do primeiro emprego: uma análise psicossocial da exclusão. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 315-345.
- GOUNET, Tomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Gravidez na adolescência: orientação materna no pré-natal. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 91-101.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

KUENZER, Acacia Zeneida (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Concepções de adolescência veiculadas pela mídia televisiva: um estudo das produções dirigidas aos jovens. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 41-62.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

NEIVA, Kathia Maria Costa. **Escala de Maturidade para a Escolha Profissional (EMEP)**. São Paulo: Vetor, 1999.

NEVES, Diana Rebelo et al. Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à *Scientific Periodicals Electronic Library*. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 318-330, abr./jun. 2018.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 83-89, mai. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692001000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2019.

OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PACHECO, Eliezer Moreira (Org.). **Fundamentos políticos e pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: Editora IFRN, 2015.

ROSA, Elisa Zaneratto. Da rua para a cidadania: a construção de sentidos na construção da travessia. In: OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 167-200.

SPARTA, Mônica. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. **Rev. bras. orientac. prof.**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 1-11, dez. 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902003000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2018.

SUHR, Inge Renate Fröse. **Ensino médio: possibilidade de ampliação da inserção laboral da classe que vive do trabalho**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

VALORE, Luciana Albanese; CAVALLET, Luiza Helena Raittz. Escolha e orientação profissional de estudantes de curso pré-vestibular popular. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 354-363, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Uvaldo, M. C. C.; Silva, F. F. Escola e escolha profissional: um olhar sobre a construção de projetos profissionais. In: LEVENFUS, Rosane Schotgues. SOARES, Dulce Helena P. (Orgs.) **Orientação vocacional profissional**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed: 2010.

6 MÃOS...E CÉREBRO À OBRA

Feitas as devidas considerações teóricas acerca do processo reflexivo em questão, apresenta-se a seguir a metodologia para a ação. Ação que é conduzida pela reflexão. A sistematização consiste em desenvolver discussões e debates, os quais serão planejados de modo a utilizar conteúdos, recursos de ensino e técnicas em que o tema principal seja o trabalho e todas as suas implicações na sociedade brasileira. Não se trata somente de abordar conceituações teóricas sobre o trabalho, mas realizar uma análise crítica a partir das percepções dos jovens quanto a este tema com o objetivo de oferecer aos participantes a oportunidade de reflexão sobre o mundo do trabalho nas suas múltiplas dimensões, sociais, políticas e pessoais, indo além, portanto, da mera informação profissional.

A metodologia proposta não deve configurar-se como algo cristalizado, mas servir de norteador, devendo-se ajustar de acordo com o contexto, os objetivos do grupo de jovens e o estilo dos mediadores.

Mediador será aquele que estiver desenvolvendo as atividades deste processo de reflexão. Compreende os professores (as), psicólogo(a)s, assistentes sociais e pedagógicos.

O encadeamento das temáticas, inserção ou exclusão de conteúdos e/ou atividades podem ocorrer de acordo com as demandas que os jovens trouxeram no decorrer da execução do processo de reflexão. Não há uma receita pronta e definitiva, o envolvimento dos jovens e seus questionamentos no decorrer do processo delinearão o fazer.

A estruturação a seguir configura-se como uma sugestão do encadeamento dos temas a serem discutidos. Será necessário avaliar em que contexto a orientação acontecerá, se em grupos de jovens formados para este fim (como atividade extraclasse) ou se fará parte de temas e conteúdos abordados em disciplinas no próprio contexto da sala de aula com toda a turma (3º ano).

Sem desconsiderar a possibilidade de formação de pequenos grupos que poderiam ser mediados por um psicólogo ou assistente social e ser realizado em atividades extraclasse, avalia-se que este trabalho possa ser mais significativo se incorporado em conteúdos afins nos planos de aula das disciplinas existentes, com jovens do terceiro ano, e com a participação de

professores que tenham afinidade com as temáticas, com o cuidado de que não haja descaracterização da proposta nem da abordagem teórica e venha a se tornar apenas mais uma matéria ou conteúdo de curso.

É importante que haja um coordenador do processo, que poderá ser um psicólogo, assistente social ou um assistente pedagógico.

6.1 RECOMENDAÇÕES AO COORDENADOR

A atuação em orientação profissional, embora historicamente atribuída ao psicólogo, não deve ficar restrita a este profissional, podendo ser exercida por outros profissionais, desde que com alguns conhecimentos importantes neste campo de intervenção. Para Bock (2006) a originalidade de uma nova perspectiva de orientação profissional está justamente na participação de profissionais de diversas áreas.

Coerente com essa concepção, a proposta elaborada e descrita a seguir tem como característica não utilizar testes e instrumentos restritos aos psicólogos, de modo que possa ser utilizado, além do psicólogo, por outros profissionais (como pedagogos, assistentes sociais, educadores sociais, orientador educacional e professores) que trabalhem com jovens em processo de escolhas profissionais. Uma maior chance de êxito para que se alcance os objetivos propostos neste processo de reflexão dependerá da escolha de profissionais, doravante denominados mediadores, que tenham apropriação e domínio do tema que abordarão com os jovens.

A seleção destes mediadores deverá ser feita pelo coordenador, o qual também poderá formalizar o convite. Sugere-se a participação de:

- Professores de história, geografia ou sociologia que tenham familiaridade com questões do mundo de trabalho, aspectos sociais, econômicos e educacionais de nossa sociedade;
- Psicólogo ou assistente social, que tenham maior apropriação dos temas que se referem a abordagem sócio-histórica e a concepção de homem e de mundo que embasa esta teoria, assim como conhecimentos de perspectivas teóricas acerca de juventude e adolescência.
- Professores de artes, de língua portuguesa, educação física (ex: português pode partir de um texto sobre a obsolescência programada das mercadorias para discutir como se organiza a produção e depois usar esse texto para trabalhar conteúdos de língua.

Educação física pode discutir a questão da domesticação dos corpos, dos estereótipos de gênero que induzem homens e mulheres para uma ou outra profissão...).

Ao coordenador caberá reunir o grupo de profissionais que atuará no projeto, apresentar a proposta, discutir e deliberar com os participantes quem abordará cada tema com os jovens (se será algum professor ou profissional do departamento pedagógico), delineando quando e como as temáticas serão abordadas. A sugestão é que os conteúdos sejam abordados em aulas relacionadas aos temas, com os professores escolhidos para serem mediadores, assim como os temas abordados por psicólogos, assistentes sociais e pedagógicos sejam incluídos em aulas afins em que estes profissionais façam a abordagem destes conteúdos acompanhados dos professores das disciplinas em questão. Se o grupo de mediadores julgar necessário, poderão ser realizados encontros para aprofundamento dos temas que serão trabalhados com os jovens, utilizando material de leitura, vídeos e outros recursos sugeridos neste instrumento.

O coordenador poderá também, desde que seja de comum acordo com os mediadores, organizar o material e o espaço necessário caso não seja usada a sala de aula. Seu papel principal é o de co-ordenar, ou seja, ajudar a ordenar a ação, dando organicidade, sentido, garantindo um fluxo de processo que garanta a efetivação de todas as etapas assumidas coletivamente.

6.2 RECOMENDAÇÕES AOS MEDIADORES

Uma maior chance de êxito para que se alcance os objetivos desta intervenção estão estreitamente vinculados à seleção do material utilizado, bem como o domínio de seu conteúdo e a utilização de uma didática que facilite a sua compreensão, respeitando a abordagem e os princípios antepostos,

Possivelmente, a partir das questões propostas para a discussão com os jovens surgirão outros questionamentos que podem remeter a narrativas permeadas por valores e percepções dos ideais liberais dominantes de nossa sociedade. Diante de tais questões o mediador deverá assumir uma postura de questionar estes valores a partir da abordagem teórica que fundamenta este instrumento de orientação profissional.

Sua conduta será a de levantar questões para o debate, problematizar as percepções equivocadas e ampliar o olhar dos jovens acerca dos conhecimentos sobre o mundo do trabalho, por meio de reflexões. O mediador não deverá preocupar-se em dar respostas “certas”, mas auxiliar no processo de tomada de consciência acerca dos fatores que envolvem a escolha profissional numa realidade complexa como a atual.

Primeira temática:

**Discutir e ampliar a compreensão
acerca do conceito de trabalho**

Aborda o trabalho sob a forma de exercício profissional e sua realização no âmbito da sociedade brasileira bem como todas as implicações sociais, econômicas, políticas e culturais tomadas como totalidade. Trata das principais características do mundo de trabalho atual, desemprego, a ideologia dominante e as crenças acerca de sucesso profissional.

Sugestão de mediador:

Professores de história, geografia, sociologia, português.

Terceira temática:

Autoconhecimento

Aborda questões acerca das concepções inatista e sócio-histórica de homem, defendendo a segunda. Embasado na abordagem que fundamenta este instrumento busca fazer com que os jovens percebam que não somos seres predeterminados. Para isso, reflete-se sobre a imagem e percepção que cada um tem de si e de que somos seres em constante processo de transformação.

Sugestão de mediador:

Psicólogos (as) e assistentes sociais

Segunda temática:

**Identificação dos determinantes que
envolvem uma escolha**

Versa sobre as condições necessárias para a realização de uma escolha pessoal, dos fatores e determinantes que a influenciam. Traz questionamentos como: o que significa escolher? Que fatores devem ser considerados para realizar uma escolha profissional assertiva? O que é satisfação profissional? Quais as implicações de uma escolha errada?

Sugestão de mediador:

Psicólogos (as) e assistentes sociais,
assistentes pedagógicos

Quarta temática:

Um olhar para fora

Busca chamar a atenção dos jovens para questões que envolvem os problemas e necessidades da sociedade atual e de que forma eles podem firmar um compromisso de serem atuantes em suas profissões na busca por melhorar tais condições.

Sugestão de mediador:

Psicólogos (as) e assistentes sociais,
assistentes pedagógicos

* Estas temáticas poderão subdividir-se em tantos momentos quanto o coordenador, em conjunto com os demais envolvidos no processo, julgar necessários.

7 PRIMEIRA TEMÁTICA: O HOMEM E O TRABALHO

“O mundo do trabalho só pensa em dinheiro e não na felicidade, naquilo que a gente vai fazer” (Gabriela, 16 anos).

“O mundo do trabalho é assim: ou a gente corre atrás ou ele corre atrás da gente, ele tá lá em cima, é como se fosse uma escada, ou tu sobe a escada, estuda e busca uma adequação profissional ou tu cai e fica suscetível a qualquer emprego que cai lá de cima, aí tu tem que se adequar com o que sobra” (Nilton, 17 anos).

7.1 OBJETIVOS

- ✓ Discutir sobre as principais características do mundo do trabalho;
- ✓ Refletir sobre a configuração do trabalho no âmbito da sociedade brasileira.
- ✓ Desmistificar o preceito de “igualdade de oportunidades” numa sociedade que é marcada pelos princípios do capitalismo e assim refletir sobre a crença na meritocracia.

7.2 PROPOSTA DE AÇÃO

Sugere-se que para trabalhar esta temática sejam realizados dois encontros, de aproximadamente 1h30min cada. As dinâmicas e técnicas que seguem são sugestões, os mediadores e o coordenador poderão avaliar quanto à necessidade de fazer mais do que dois encontros, quanto à necessidade de ampliação do tempo sugerido para os encontros e a inserção de novas práticas para abordar esta temática com os jovens.

Assistir ao curta-metragem: “Ilha das flores”. O documentário aborda temas como o consumismo, desigualdade social, fome e pobreza, gerados pelo sistema capitalista. Ilha das Flores é um local na cidade de Porto Alegre destinado ao depósito de lixo. O curta apresenta a trajetória de um tomate, desde a colheita ao descarte por uma dona de casa, até a chegada ao lixão da ilha, onde crianças disputam alimentos que não serviram de alimento para os porcos.

Após a exibição do documentário poderá ser promovido um ciclo de debates, apontando cenas que retratam o consumismo, a geração de riqueza e exclusão social.

- ✘ Discussão em pequenos grupos, seguidas de uma apresentação acerca do que foi debatido para todos os participantes;

Fazer a leitura do conto: “A profissão” de Isaac Asimov (1977). É um conto que descreve a situação de dois jovens que vivem a situação da escolha profissional. O texto aborda assuntos como aquisição de conhecimento, escola, o uso dos testes vocacionais, vocação, dons, família, mercado de trabalho, competição, ascensão social entre outros temas bastante comuns no processo de escolha profissional.

O conto poderá ser lido em duplas ou pelo grande grupo. Poderá ter como objetivo fazer a identificação dos determinantes e características comuns ao que os próprios jovens podem estar vivenciando.

- ✘ Rodas de conversas, formando um círculo, todos os estudantes debatem o tema proposto;

7.3 QUESTÕES NORTEADORAS

As questões apresentadas a seguir têm o objetivo de orientar o debate e a reflexão, são questões importantes para serem discutidas com os jovens. Não devem ser lidas para os estudantes, mas sim provocar o debate. Após cada pergunta segue um breve texto que auxiliará o mediador a direcionar a discussão.

Mediador, lance a pergunta aos jovens e observe suas respostas, procure fazê-los refletir com outras perguntas, buscando ampliar seus conhecimentos acerca do que lhes foi perguntado.

7.3.1 O que é trabalho?

“a gente é agricultor, a minha mãe não trabalha, no caso” (Emily, 15 anos).

Desde os mais antigos tempos o trabalho é uma atividade social central para a garantia da sobrevivência de homens e mulheres, assim como para a organização e funcionamento das sociedades (MANFREDI, 2016). Durante a história da humanidade o trabalho adquiriu diferentes sentidos, a depender do contexto, momento político, econômico e cultural. Passou de

uma ação que tinha por objetivo garantir a sobrevivência do indivíduo e sua coletividade para servir à geração de lucro (OZELLA, 2003).

Para Saviani (2007), o trabalho é a essência do homem, o que o homem é, o é pelo trabalho. Diferentemente dos animais que se adaptam à natureza, o homem busca adaptar a natureza a si, ajustando-a para suas necessidades, age sobre ela e a transforma, esta prática é o que conhecemos com o nome de trabalho. É um processo histórico, pois se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo.

Para Ozella (2003), a partir do trabalho o homem não somente se constrói como, também, cria relações com os outros homens e nesse processo que é único, os homens se reconhecem como tal, enquanto trabalhadores e cidadãos. Sendo assim, o trabalho como atividade humana, como produção material e constituição de si mesmo possibilita as construções concretas e intelectuais, contribuindo para a estruturação do psiquismo e existência humana.

Na maioria das sociedades pré-industriais, prevaleceu um sistema de produção de bens materiais dirigidos para necessidades materiais e imateriais limitadas e pouco variáveis, ou seja, uma economia de subsistência. Até o surgimento do capitalismo o trabalho é indissociável de seus fins e da vida social em seu conjunto. É autônomo e independente. Quem trabalha decide o que, como, quando e em que ritmo fazer. O processo de trabalho é controlado pelo trabalhador, os meios de produção e instrumentos de trabalho, bem como as técnicas para sua elaboração, por serem rudimentares, estão à disposição de todos e dominadas por qualquer um que queira ter acesso, independente de escolaridade ou disponibilidade financeira (MANFREDI, 2016).

O processo de transformação do trabalho para a forma como popularmente o conhecemos hoje, assumindo as características do capitalismo, tem início com a priorização da produção de bens para a troca, para os mercados, inicialmente com produtos agrícolas e posteriormente com produtos fabricados em oficinas e fábricas. O trabalho fabril submeteu o homem à máquina, estabelecendo um ritmo mecânico de tempo e intensidade, ao qual o trabalhador tem que se subordinar, surge assim o modelo de produção fordista. De um processo de trabalho variado, de múltiplas tarefas distintas que resultam em variedade, passa-se para a produção desmembrada em tarefas simples, com foco para a economia de tempo, com rotinas calculadas, padronizadas e monótonas (MANFREDI, 2016).

7.3.2 Como está organizada a forma de trabalho em nossa sociedade atual? Quais suas principais características e implicações?

A organização do trabalho no Brasil segue, de modo geral, as determinações econômicas impostas pelo capitalismo na sua atual fase de acumulação. É necessário esclarecer ao jovem que o sistema capitalista trata o trabalhador como uma simples mercadoria capaz de produzir outras. E que o trabalho está cada vez mais fragmentado e a escolha de uma profissão, na verdade, é a escolha de uma pequena parte de todo o processo.

De acordo com Antunes (2006, p. 19),

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho implantadas no espaço produtivo, estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços, (...), mas quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, pode-se também constatar que o fordismo periférico e subordinado, que foi aqui estruturado, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram e estão sendo assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro.

O desemprego estrutural é uma das consequências deste novo estágio do capitalismo, assim como a diminuição do operariado tradicional, alterando qualitativamente a forma do trabalho nas indústrias. Assim, ocorrem dois fenômenos contraditórios nos requisitos necessários para o exercício do trabalho: de um lado a intelectualização de uma parte da classe trabalhadora e, por outro, uma grande desqualificação pelo trabalho multifuncional (BOCK, 2010).

Diferentes mudanças marcam profundamente o mundo do trabalho hodierno como a exclusão dos trabalhadores com idades próximas aos 40 anos, considerados “idosos” pelo capital; a inclusão precoce e criminosa de crianças nas mais diversas atividades produtivas; a expansão do setor de serviços e do terceiro setor; o crescimento do trabalho em domicílio; a transnacionalidade; e o aumento significativo do trabalho feminino, absorvidos principalmente no universo de trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado e com níveis de remuneração, em média, inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores masculinos (ANTUNES, 2004).

Sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho relativas aos jovens, Antunes (2004) destaca:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectivas de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (ANTUNES, 2004, p. 339).

No século XXI ao mesmo tempo em que o contingente de trabalhadores e trabalhadoras se amplia, há uma redução extensa dos empregos, aqueles que conseguem se manter empregados presenciam a dissolução dos direitos sociais e a ruína das conquistas históricas (ANTUNES, 2018).

A relação entre o trabalhador e as organizações adquiriu importância fundamental a partir da Revolução Industrial. O mercado de trabalho, enquanto espaço em que ocorrem relações entre indivíduo, instituições e sociedade, modifica-se constantemente, dando origem a múltiplas formas de compreender como estas relações podem se efetuar.

Mercado de trabalho é um termo que se refere as formas existentes de trabalho, sendo prestadas de forma manual ou intelectual, ou seja, as pessoas trocam sua mão de obra/ experiência por um salário e/ou benefício.

O mercado de trabalho atual é algo flutuante: a profissão que hoje pode ser promissora, daqui a algum tempo pode ser estar saturada, ou seja, mais oferta do que procura, havendo o rebaixamento do salário. A instabilidade e insegurança são traços constitutivos dos tempos atuais.

O jovem que ingressa no mercado de trabalho vigente encontra menos segurança em relação as atribuições e nas chances de carreira, assim como uma maior exigência de flexibilização. O modelo antecedente que tinha como base a segurança, estabilidade e regularidade cada vez mais é substituído por outro que privilegia a possibilidade de mudanças na formação e no trabalho.

7.3.3 Qual a ideologia dominante em nossa sociedade?

Numa determinada sociedade coexistem ou polarizam-se diversas ideologias. No entanto, a classe dominante, ao deter os meios de produção material, possui também os mecanismos e instrumentos de produção simbólico-ideológica (representações e discursos, signos e símbolos, condutas e atitudes). Por ideologia entende-se a leitura da realidade realizada pela classe dominante e que postula sua universalidade, não necessariamente falsa (é real para aquela classe que possui condições sociais e econômicas para consumir os conceitos desta ideologia), mas com compromisso de classe.

A sociedade brasileira está fortemente ancorada em ideais liberais nos quais o individualismo, a liberdade e a igualdade são os três axiomas básicos. Na ideologia liberal acredita-se que o indivíduo basta a si próprio, pelo seu esforço para desenvolver-se, para tornar-se este ou aquele sujeito, para assumir esta ou aquela posição social, para ter ou não uma profissão que o realize.

De acordo com Ferretti (1988, p. 32), “O individualismo acredita terem os indivíduos atributos diferentes e que a cada pessoa dever-se-ia possibilitar desenvolvê-los, em competição com os demais, ao máximo de sua capacidade”. Desse esforço competitivo resultam os méritos pessoais de cada um e sua merecida ascensão social.

Neste sentido, o indivíduo é compreendido como causa e consequência de si mesmo, é tomado como a-histórico e individualizado, sendo que a materialidade, a relação com os outros e tudo que diz respeito a sua vida concreta não é considerado. Neste prisma, o mundo é um cenário neutro, não determinante, que não influi neste suposto livre desenvolvimento das aptidões individuais. Deste modo: “se o indivíduo permanece estacionário, se degrada seu potencial ou se o desenvolve, a responsabilidade por tal situação não cabe a outrem sendo ao próprio indivíduo” (FERRETTI, 1988. p. 32).

Por esse raciocínio, o individualismo não só admite como justifica as desigualdades sociais, uma vez que se todos os indivíduos não possuem as mesmas aptidões, e se todos não as desenvolvem igualmente ou no mesmo ritmo (por falta de esforço), nada mais natural que alguns ocupem posições mais baixas que outros na estrutura social (FERRETTI, 1988. p. 32).

O segundo axioma básico do liberalismo é o de que o indivíduo é “livre” para ser quem ele deseja ser, para ser pobre ou ser rico, para ter uma profissão que o satisfaça ou para submeter-se a exploração. “O princípio da liberdade presume que um indivíduo seja tão livre quanto outro para atingir uma posição social vantajosa, em virtude de seus talentos e aptidões” (FERRETTI, 1988. p. 33).

O terceiro princípio parte do pressuposto de que todos os indivíduos são iguais, para desenvolver suas aptidões a partir de seu esforço. Não se trata de igualdade material, pois esta é decorrente do próprio esforço e conquistas de cada um, qualquer pessoal tem igual oportunidade perante a lei, de conseguir seu progresso pessoal e posição social vantajosa, cabendo aos talentosos e/ou trabalhadores melhor posição social e mais riqueza (FERRETTI, 1988. p. 34).

Mediador: Toda a discussão sobre os princípios do liberalismo resultará de outros questionamentos importantes a serem feitos aos estudantes, lance as perguntas a seguir:

- ✓ Todos os jovens têm as mesmas condições de fazer escolhas (profissionais)?
- ✓ Um jovem que precisa trabalhar e estudar tem as mesmas oportunidades que os jovens que só estudam?
- ✓ A escassez econômica que obriga uma criança/adolescente a trabalhar é responsabilidade desta criança não ter condições adequadas para estudar?

7.3.4 Por que não há emprego para todos?

“Vejo que vai ser difícil arrumar um emprego, por que é muita gente por ai.” (Vilmar, 16 anos).

O modo de produção capitalista e as transformações no mundo do trabalho produzem a necessidade de um desenvolvimento desigual de acumulação de riqueza e ampliação da miséria. Ao mesmo tempo em que se amplia o contingente de trabalhadores há uma redução imensa dos empregos, e aos que se mantém empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais, consequência da lógica destrutiva do capital (ANTUNES, 2018).

Os grandes saltos tecnológicos no capitalismo avançado intensificam os processos produtivos automatizados, como consequência há uma significativa redução dos postos de trabalho, ou seja, cada vez mais máquinas e robôs eliminam a força de trabalho (ANTUNES, 2018).

Uma análise do capitalismo atual evidencia um mecanismo que expulsa da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes. Este processo tem clara funcionalidade para o capital, ao intensificar o bolsão de desempregados reduz ainda mais a remuneração da força de trabalho em amplitude global, através da retração salarial dos que se encontram empregados (ANTUNES, 2018).

7.3.5 Uma boa formação e níveis maiores de formação garantem empregos?

“[...] hoje em dia, fazer faculdade, ela só te forma mais, antigamente era um bônus quem tinha faculdade, hoje já é mais concorrido, por que praticamente todo mundo faz faculdade” (Nilton, 17 anos).

O discurso em voga dita que o desemprego tem como causa a baixa escolaridade da população brasileira e somente os mais qualificados e com maiores níveis de ensino terão possibilidades de encontrar empregos. Implícita ou explicitamente culpa-se o desempregado pelo seu próprio desemprego. Porém, no estágio do capitalismo brasileiro atual utiliza-se intensamente a tecnologia no processo produtivo para o enxugamento da força de trabalho e a substituição maciça de trabalhadores o que acaba por gerar um descarte de um grande contingente de trabalhadores.

Sendo assim, a dificuldade em ingressar no mercado de trabalho não tem relação apenas com a qualificação, mas com restrições impostas pelas leis do capitalismo e as transformações no mundo do trabalho. Mesmo com níveis superiores de formação, não há mais a garantia uma colocação no mercado de trabalho.

7.3.6 Como a educação se relaciona com os processos produtivos em nossa sociedade?

A história da educação no Brasil acompanha o movimento das determinações econômicas, políticas e sociais de todo o movimento do capital. As incessantes alterações nas configurações no capitalismo exigem uma nova conformação ético-política às alterações das relações sociais capitalistas, tendo em vista sua reprodução, assim como a organização e sujeição das classes dominadas (NEVES; PRONKO, 2008).

As diversas modificações promovidas na educação estão fortemente marcadas por sua funcionalidade a este modelo de desenvolvimento econômico (capitalismo) historicamente adotado no país. Inicialmente, o modelo econômico de exportação agrícola (lavoura rudimentar e agroindústria açucareira) e extrativismo (atividades mineradoras), trabalhos predominantemente práticos, não exigiam nenhuma qualificação, e portanto, não havia preocupação com a educação das classes trabalhadoras, a maioria constituída de escravos africanos e índios (Moura, 2010). Sob esta conjuntura, de relações de produção e trabalho escravo do Brasil colônia, que assinala a composição inicial da nossa sociedade, foi se consolidando o trabalho manual como impróprio às camadas da população economicamente favorecidas (TUPPY, 2007).

Nestas circunstâncias, até o século XIX não houve iniciativas sistemáticas características da educação profissional, destinadas a preparar para uma ocupação ou profissão. A aprendizagem dos ofícios era realizada assistematicamente na colônia, no próprio fazer dos ajudantes e aprendizes. A educação sistemática, escolar, propedêutica, existia apenas para as elites com o objetivo de formar dirigentes (MOURA, 2010). Com as novas demandas do campo econômico no início do século XX, a educação profissional que inicialmente teve uma perspectiva assistencialista e com o objetivo de amparar órfãos, desvalidos e desprovidos de sorte, começou a ser organizada para formar operários minimamente qualificados para o exercício profissional (MOURA, 2010).

A dualidade entre formação para o trabalho e a educação propedêutica vai sublinhar toda a história da educação brasileira. Desde o seu surgimento houve uma clara distinção entre a educação das elites e das classes trabalhadoras. A educação propedêutica sempre esteve voltada para a formação dos dirigentes da elite, para o trabalho intelectual (MOURA, 2010). A educação profissional esteve reservada às classes de baixa renda com o objetivo de formar para o trabalho manual (SCHENKEL, 2012).

De acordo com Ramos (2010), é preciso construir um projeto de ensino médio que transcenda a dualidade entre formação específica e formação geral, que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para o sujeito, sujeito este que tem uma vida, cultura e história. Este projeto deve desenvolver possibilidades formativas que considerem as diversas necessidades socioculturais e econômicas dos indivíduos que os constituem, que estes indivíduos sejam reconhecidos não apenas como um projeto de mão de obra, trabalhadores de um futuro incerto, mas como sujeitos de direitos.

Dividida em níveis e modalidades a escola é pertinente à hierarquização estabelecida na produção capitalista de mercadorias, assim, desde o seu surgimento a escola carrega em si uma dupla finalidade: de formação técnica e a conformação ético-política para o trabalho e vida em sociedade. Estas finalidades vão se modificando de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e mudanças nas relações de produção, relações de poder e relações sociais, de forma que fique garantida a reprodução material da existência e a coesão social, ou seja, uma sociabilidade das massas trabalhadoras que contribua para a reprodução ampliada do capital e para a obtenção do seu consentimento para as relações de exploração e dominação burguesa (NEVES; PRONKO, 2008).

Não obstante, ainda que a escola exista sob influência predominantemente da concepção de mundo burguesa e atrelada às necessidades da reprodução da força de trabalho do modo de produção capitalista, contraditoriamente, ela se constitui também em demandas da classe

trabalhadora, pois, tendo acesso ao conhecimento elaborado estes sujeitos encontram condições para o enfrentamento da exploração do capital, sendo, portanto, um importante espaço de luta por melhores condições de trabalho, de alargamento do grau de conscientização política e de formulação de uma concepção de mundo emancipatória das relações sociais vigentes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, mai./ago. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314215003>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

ASIMOV, Isaac. A profissão. In: _____. **Nove amanhã: Contos de um futuro próximo**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1977.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional para classes pobres**. São Paulo: Cortez, 2010.

FERRETTI, Celso João. **Uma nova proposta de Orientação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1988.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 58-79.

NEVES, L.M.W.; PRONKO, M.A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2018.

SCHENKEL, Cladecir Alberto. **Gestão ambiental: perfil profissional e formação em cursos superiores de tecnologia e de bacharelado**. 2012. 348 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

TUPPY, Maria Isabel Nogueira. A educação profissional. In: OLIVEIRA, R.P. ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2007. p. 38-53.

8 SEGUNDA TEMÁTICA: IDENTIFICANDO OS DETERMINANTES DE ESCOLHA

8.1 OBJETIVO

- ✓ Provocar uma reflexão junto aos jovens sobre as condições necessárias para efetuar uma escolha profissional, dos fatores e determinantes que influenciam nesta tomada de decisão.

8.1 PROPOSTA DE AÇÃO

Sugere-se que para trabalhar esta temática sejam realizados dois encontros, de aproximadamente 1h30min cada encontro. As dinâmicas e técnicas que seguem são sugestões, os mediadores e o coordenador poderão avaliar quanto à necessidade de fazer mais do que dois encontros, quanto à necessidade de ampliação do tempo sugerido para os encontros e a inserção de novas práticas para abordar esta temática com os jovens.

Realizar a seguinte dinâmica com os jovens⁶:

Material: giz ou fita crepe

Desenha-se uma linha no chão, com giz ou fita crepe. Um dos extremos da linha representa a total autonomia pessoal quanto à escolha e decisão sobre uma profissão. O outro extremo representa a presença de fatores determinantes que interferem nas escolhas profissionais. Inicialmente os jovens se posicionam no centro da linha e após cada afirmativa lida pelo mediador (descritas a seguir) deverá dar um passo em direção ao extremo ao qual este jovem se identifica com a frase lida pelo professor.

Sugestão de afirmativas para a técnica (o mediador deverá ampliar o número de afirmativas, buscando questões diretamente relacionadas aos jovens do grupo, os próprios jovens poderão sugerir afirmativas que refletem seus dilemas):

- ✓ Posso escolher cursar qualquer graduação sem preocupar-me com questões financeiras.
- ✓ A satisfação pessoal é a condição mais importante para determinar minha escolha.
- ✓ O meu sucesso profissional depende unicamente do meu esforço e dedicação.

⁶ Técnica descrita no livro: BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional:** a abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2006. Foram realizadas algumas modificações da técnica original

- ✓ Não preciso me atentar para o mercado de trabalho para fazer minha escolha profissional.
- ✓ O vestibular seleciona os mais preparados, por isso não preciso me preocupar.

A sugestão é que a cada questão apresentada pelo mediador e após a decisão do jovem pela escolha de um ou outro extremo aconteça uma breve discussão acerca da escolha. Questiona-se aos jovens, diante dos seus comentários, se eles gostariam de mudar esta condição e quais as chances reais para viabilizar esta mudança. É importante que eles percebam que há determinantes que interferem nas suas escolhas, independente da sua vontade, esforço e dedicação. Contudo, é importante sempre enfatizar que há um espaço para escolhas, mesmo circunscrita por alguns determinantes.

Nesta técnica, assim como em todas as outras estratégias de intervenção, o mediador deverá promover a contribuição de todos na tentativa de dirimir as dúvidas e dilemas colocados pelos jovens.

Realizar a seguinte técnica com os jovens: Técnica dos bombons⁷

Material: uma caixa de bombons sortidos e conhecidos pelos jovens.

Todos deverão estar sentados em um grande círculo. O mediador passará a caixa para que cada participante escolha um bombom. Em seguida, solicita-se a cada jovem o motivo pelo qual escolheu aquele bombom. Observando a explicação dada pelo jovem, todos tecem comentários acerca da sua exposição de motivos, buscando associar o ato da escolha do bombom com as escolhas profissionais.

A seguir, serão explanados alguns exemplos de comentários e como eles podem ser associados com a escolha profissional.

- “Não escolhi, peguei o primeiro que vi”, “estava todo mundo esperando, então peguei rápido o primeiro que vi”, “não escolhi direito, se eu tivesse mais tempo teria pensando mais”.
 - Respostas como esta podem gerar comentários acerca da urgência em escolher uma profissão “no tempo certo”, pois há expectativa da família, dos amigos de que todos devem terminar o ensino médio sabendo o que querem fazer. É preciso desmistificar a ideia de que existe um momento certo para saber a profissão qual profissão seguir, e de

7 Técnica apresentada por Rosane Schotgues Levenfus.

que a escolha errada implica em um erro que não tem solução. Sempre é possível mudar, redirecionar e até mesmo escolhas que podem parecer erradas podem ensinar algo.

- “escolhi este por que gosto de qualquer um que tenha amendoim”, “gosto de qualquer um que seja de chocolate branco”.
 - Pode-se refletir com os jovens sobre escolhas de profissões que são realizadas baseadas em questões bastante específicas, por exemplo: “escolhi medicina veterinária por que gosto de animais”, escolhi técnico em agropecuária por que gosto da área rural. Certamente, gostar de questões centrais de uma profissão é importante, porém, há muitos outros fatores que deverão ser avaliados e que consistem em uma profissão.
- “fiquei com muitas dúvidas, por que gosto de muitos”.
 - Enfatiza-se que muitas escolhas podem ser difíceis por gostarmos de todas as opções, mas qualquer escolha implica em abrir mão de uma quando escolhe outra. É importante é que se consiga ficar satisfeito com a escolha que fez, aceitando o fato de que não é possível escolher tudo.
- “escolhi este bombom por que tem bastante propaganda na televisão, deve ser bom”.
 - Evidencia-se o poder da mídia e propagandas e de como isso pode interferir nas escolhas. A mídia costuma valorizar certas profissões em detrimento de outras.
- “aquele que eu queria já pegaram”.
 - Sublinha-se quanto a questão de valorizar mais o trabalho ou profissão de outra pessoa, achar que somente se sentirá feliz e satisfeito se fizer “aquela” atividade, acreditar que aquela era sua “verdadeira vocação”. Enfatiza-se sobre a importância de sentir-se satisfeito com nossas escolhas e reconhecer que existem aspectos positivos e negativos em todas as profissões.

Não existem intervenções e associações prontas e certas, as explicações dos jovens quanto à escolha do bombom serão diversas e inúmeras, o importante é conseguir aproveitar e associar dentro do possível cada momento para trabalhar a questão da escolha profissional com o modo como o jovem escolheu o bombom.

O objetivo é que os jovens tenham a oportunidade de fazer uma reflexão sobre como as escolhas podem ser feitas, quais critérios são utilizados e como estes critérios podem gerar angústias ou tranquilidade, dependendo da interpretação que podem ser feitas.

8.3 QUESTÕES NORTEADORAS

As questões apresentadas a seguir têm o objetivo de orientar o debate e a reflexão, são questões importantes para serem discutidas com os jovens. Não devem ser lidas para os estudantes, mas sim provocar o debate. Após cada pergunta segue um breve texto que auxiliará o mediador a direcionar a discussão.

Mediador, lance a pergunta aos jovens e observe suas respostas, procure fazê-los refletir com outras perguntas, buscando ampliar seus conhecimentos acerca do que lhes foi perguntado.

8.3.1 O que significa “escolher” em nossa sociedade?

A perspectiva sócio-histórica afirma que não há plena liberdade de escolha e nem plena determinação social. Destaca que de acordo com a classe social do sujeito, este tem mais ou menos liberdade para decidir, contudo, esta escolha sempre será multideterminada (BOCK, 2010). Entende-se que mesmo em situações bastante limitadas o sujeito pode encontrar possibilidades de transformação e mudanças, ele deve reconhecer que existem oportunidades de intervir sobre as condições sociais através de ações individuais ou coletivas que possibilitarão intervenções em sua trajetória de vida.

Além dos determinantes concretos, como as condições econômicas que impedem o jovem de realizar um curso porque não tem condições de frequentar uma faculdade, as escolhas estão permeadas por construções subjetivas de sua vivência social, a partir do sentido que cada pessoa dá para suas experiências. Sendo assim, a ideologia dominante, as formas de trabalho, o funcionamento do mercado de trabalho, o papel da educação, os valores e grupos de pertencimento tornam-se parte da subjetividade de cada indivíduo, a partir do sentido que cada sujeito atribui às suas experiências e tornam-se determinantes quanto às escolhas profissionais. Desta forma, quando um jovem expressa que seu sucesso profissional depende exclusivamente de seu esforço pessoal revela o quanto ele absorveu e subjetivou um dos valores da ideologia dominante (liberal).

Na perspectiva sócio-histórica a escolha profissional se constitui como qualquer outra escolha, um momento de ruptura e conflito e é por meio da resolução deste conflito, observando os determinantes desta decisão que se chegará a uma opção.

8.3.2 Quais as implicações de uma escolha errada?

“Pra quem pensa em fazer faculdade, você começa a fazer faculdade e pensa assim: eu amo essa área, mas depois de um tempo é capaz de enjoar, daí você gastou cinco anos da sua vida fazendo aquilo pra depois de um tempo perder essa vontade” (Liedson, 16 anos).

É comum os jovens acreditarem que há uma idade certa e uma única oportunidade para fazer a escolha profissional e que esta escolha é para a vida toda. É preciso enfatizar que a possibilidade de mudança sempre estará presente, e que é possível aprender mesmo quando se acredita ter feito a escolha errada de um curso ou profissão. Durante toda a vida haverá experiências sociais e relações com outras pessoas que poderão alterar os interesses profissionais.

8.3.3 Quais fatores deverão ser considerados para realizar uma boa escolha?

Os jovens deverão observar e analisar muitos fatores para realizar uma escolha profissional:

- Observar cuidadosamente todas as tarefas e encargos que envolvem as profissões desejadas e analisar se gostarão de fazer tais coisas, porém, muitas vezes só descobrirão se gostarão ou não de fazer algo quando praticarem;
- Conversar com profissionais da área, ainda assim deve-se ter claro que serão analisadas preferências de outras pessoas, com outras características e gostos pessoais.
- Associar as coisas que gostam de fazer com a profissão, todavia uma profissão envolve muitas outras questões, por exemplo, alguém que escolhe medicina veterinária porque gosta de animais deverá conhecer todas as práticas que envolvem o fazer do médico veterinário que não necessariamente seja lidar com animais. Deve-se enfatizar também que os gostos pessoais são mutáveis.
- Por fim, qualquer escolha envolve sempre um ato de coragem, mesmo avaliando todas as variáveis possíveis não há garantias de que foi a melhor escolha. Não existe indicador capaz de apontar previamente com total certeza qual a melhor escolha.

Enfatiza-se que a escolha sempre remeterá a um conflito ou dilema, pois escolher significa optar entre possibilidades que são igualmente atrativas e também com desvantagens, portanto sempre haverá perdas e ganhos.

REFERÊNCIAS

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional**. A abordagem sócio-histórica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Orientação profissional para classes pobres**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEVENFUS, Rosane Schotgues. SOARES, Dulce Helena P. (Orgs.) **Orientação vocacional profissional**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed: 2010.

9 TERCEIRA TEMÁTICA: AUTOCONHECIMENTO: O HOMEM SÓCIO-HISTÓRICO

“Quando vim pra cá queria ser veterinária, aí eu vim pra cá e comecei a duvidar se era isso mesmo que eu queria, por que comecei a aprender o outro lado, a questão mais com planta, aí eu comecei a me interessar, as coisas mudam” (Emily, 15 anos).

9.1 OBJETIVOS

- ✓ Levar os estudantes a perceberem que não somos seres predeterminados.
- ✓ Refletir sobre a imagem e percepção que cada um tem de si e de que somos seres em constante processo de transformação.

9.2 PROPOSTA DE AÇÃO

Sugere-se que para trabalhar esta temática sejam realizados dois encontros, de aproximadamente 1h30min cada encontro. As dinâmicas e técnicas que seguem são sugestões, os mediadores e o coordenador poderão avaliar quanto à necessidade de fazer mais do que dois encontros, quanto à necessidade de ampliação do tempo sugerido para os encontros e a inserção de novas práticas para abordar esta temática com os jovens.

Realizar a seguinte dinâmica com os jovens: Tribunal do júri

Para promover o debate acerca da concepção de homem sócio-histórico sugere-se a seguinte dinâmica: Dividem-se os participantes em dois grupos. Cada um terá que defender uma tese, como em um tribunal de júri.

Cada grupo deverá justificar e exemplificar sua tese, buscando comprová-la. O texto com a primeira tese deverá ser entregue apenas para o grupo que defenderá esta tese, o qual deverá lê-lo entre si, elaborar sua explanação e preparar a defesa sobre esta tese, utilizando informações do texto e buscando dar exemplos de como esta teoria pode ser observada de maneira concreta.

O texto com a segunda tese deverá ser entregue apenas para o grupo que defenderá esta tese, que deverá também ler entre si, elaborar sua explanação e planejar sua defesa, buscando defender sua teoria utilizando de exemplos. Cada grupo poderá ter um advogado de defesa, que fará perguntas ao grupo que está fazendo sua defesa, a fim de aprofundar ou contestar a

explanação do grupo adversário, para que os jovens possam ampliar seus conhecimentos e a consciência crítica. O mediador poderá ser o juiz. Ao final, faz-se uma discussão com o grande grupo e avalia-se as defesas. A expectativa é que os jovens ouçam os argumentos a favor e contra cada tese, para que possam ampliar a discussão, criticar e até mesmo modificar seu ponto de vista. Espera-se que os jovens possam compreender que a crença em uma perspectiva de inatismo não encontra uma fundamentação que a sustente, que foi criada em um determinado tempo-espaço, que não representa uma totalidade.

✓ A primeira tese refere-se a considerar que o homem nasce predeterminado para as profissões. A aproximação dos indivíduos com uma ou outra profissão se dá por certas características, um perfil que o sujeito tem e que são pré-requisitos para determinadas profissões.

Primeira tese: O inatismo é a crença em aptidões que já nascem com o sujeito, faz crer que o indivíduo tem uma ocupação/profissão adequada na sociedade. Uma boa escolha profissional é aquela que consegue harmonizar o perfil pessoal com o perfil da profissão. O indivíduo, ao longo do seu desenvolvimento, vai cristalizando suas características inatas e passa a apresentar determinadas aptidões e interesses que se identificam com alguns perfis exigidos por determinadas profissões. Cada profissão exige um determinado perfil pessoal. O perfil pessoal é identificado a partir de uma série de testes e inventários que revelarão quais são as aptidões e o perfil do sujeito e assim, ele deverá comparar em quais profissões suas características se encaixam. A partir de uma escolha profissional acertada, este indivíduo tem a chance de ascender socialmente.

Sugestões de contestação para o advogado de acusação:

- ➔ Apresente uma série de características exigidas por algumas profissões e questione se as características em questão não podem ser atribuídas a inúmeras outras profissões:
- ➔ Apresente alguns exemplos de pessoas que tiveram satisfação e sucesso profissional mesmo quando atuaram em ocupações bastante diferentes;

✓ A segunda tese refere-se a considerar o homem como histórico-social, ou seja, se constitui nas relações sociais e no seu contexto histórico.

Segunda tese: Para essa concepção o homem não é preconcebido e, portanto, não existe vocação inata, O homem se constitui nas relações sociais, nas relações com o outro, entende-se que ele se constrói a partir do que vive, da internalização do vivido. Nesta concepção, o homem é um ser ativo, na medida em que age na natureza e produz cultura; é um ser social, na medida em que se relaciona com o outro, pelo trabalho, e é um ser histórico na medida em que relação e produção se constituem de formas diferentes em cada período histórico (Bock, 2001, p. 47). A identidade é mutável durante

toda a vida, cada indivíduo vai se apropriando das relações sociais que vivencia e esta concepção será a base para o entendimento da escolha profissional.

Contestação para o advogado de acusação:

- ➔ Se as pessoas nascem com disposições inatas para determinadas profissões, como fazer caso a profissão para a qual o sujeito nasceu com predisposição tenha deixado de existir?

Parecer do juiz:

É preciso contestar as crenças que remetem ao conceito de vocação para desmistificar a escolha profissional como herança genética ou um *chamado divino*, pois estas concepções servem para legitimar as desigualdades sociais. Entendendo que as diferenças são biopsicológicas ou de ordem religiosa justificam-se os posicionamentos do indivíduo nas sociedades e assim, camuflam a realidade econômica e socialmente injusta.

O pensamento de que existe uma vocação inata surgiu na idade média, especificamente no feudalismo, quando a sociedade se estratificava em camadas sociais e uns deviam obrigações aos outros. Essa condição de classe era dada pela circunstância do nascimento, se era família nobre ou de plebeus. A posição e ocupações na sociedade eram transmitidas de pai para filho, como uma determinação divina, tal crença recebeu respaldo com a força da igreja que legitimou esta ordem social. Assim, o conceito de vocação que imperava era o religioso, era um chamado divino que determinava uma missão aos indivíduos. A ordem social era determinada pela “vontade de Deus”, por isso não podia ser questionada (Bock, 2006).

Com a revolução industrial sustentada pela ideologia liberal houve uma mudança radical no conceito de vocação. A posição do indivíduo no capitalismo não é mais determinada pelo divino, mas conquistada pelo seu esforço e trabalho. A ideologia liberal prega a igualdade entre os homens e por isso a ideia de que “Deus quer a sociedade assim” não encontrou mais respaldo. Passou-se a justificar as diferenças encontradas na sociedade por explicações biológicas. Agora o orgânico fundamenta as diferenças individuais e sociais. Se o sujeito não se “deu bem na vida” (de acordo com os parâmetros da sociedade atual) é por que não soube utilizar sua verdadeira vocação (Bock, 2006).

Realizar a seguinte dinâmica com os jovens:

Esta atividade está dividida em algumas etapas e tem o objetivo de oportunizar ao jovem para pensar sobre as suas características pessoais e provocar uma reflexão a partir da imagem que os outros têm dele.

A primeira etapa consiste em solicitar aos jovens que escrevam uma espécie de carta, eles poderão escolher para quem escreverão (pode ser para os pais, um amigo ou parente). Serão informados que a carta não será enviada, a menos que os jovens queiram eles mesmos fazerem a entrega. Nesta carta, os jovens contarão como eram antes de iniciar o ensino médio na escola em que estão, quais eram seus objetivos, seus sonhos, características pessoais (ansioso, tímido, solitário, etc), e deverão dizer como estão agora, o que mudou e o que permanece. Em seguida, os jovens são convidados a compartilhar a vivência (sem necessariamente ler a carta, que é pessoal e poderá ser mantida em sigilo se o jovem assim o quiser) e apontar questões que considerou como importantes mudanças ou não mudanças.

Em uma segunda etapa no mesmo encontro, cada participante escreverá seu nome em pequeno papel e colocará em um pote ou pacote. Em seguida, cada participante sorteará um nome. Pede-se então aos jovens que deem um presente (imaginário) ao sujeito do nome sorteado e justifiquem sua escolha, orienta-se que pode ser qualquer presente, material ou não, grande ou pequeno, caro ou barato, o importante é que tenha alguma relação com quem receberá. Em seguida, cada jovem revela o nome sorteado, o presente escolhido e quais características observadas naquela pessoa que o fez escolher aquele presente. A pessoa que recebe o presente dirá se acha que o presente tem a ver ou não com ela e por quais motivos.

Em uma terceira etapa ou como uma alternativa desta atividade realiza-se um novo sorteio, agora os jovens deverão dar pistas da pessoa sorteada para que os outros tentem adivinhar quem é, novamente as pistas deverão ser as qualidades e atributos (não físicos) da pessoa em questão. Após a revelação do sujeito, ele dirá se se identifica com as características atribuídas a ele ou não e por qual motivo.

Em uma quarta possibilidade poderá se fazer uma nova rodada com um novo sorteio de nomes. Desta vez os jovens deverão escrever breves cartas para o membro sorteado, expressando a imagem que tem da pessoa. As cartas poderão ser lidas, exploradas e confirmadas ou não pelo sujeito que recebeu. Os jovens também poderão revelar ao grupo o conteúdo da carta e o grupo também poderá se manifestar se observa as características atribuídas pelo autor da carta ao jovem. Uma alternativa é a discussão acontecer em duplas, entre o sujeito que escreveu a carta e quem a recebeu.

A expectativa é que os jovens percebam que a visão que os outros têm dele nem sempre é a mesma que o jovem tem a respeito dele mesmo, que pessoas diferentes podem ter imagens diferentes acerca de um mesmo jovem. Fazer este tipo de exercício leva ao autoconhecimento, porque expõe imagens que quase nunca são verbalizadas. A finalidade é que cada jovem reflita sobre as imagens que o grupo formou a respeito dele, analisando se é uma imagem que somente

aquele grupo tem ou se pode ser generalizada para outros grupos dos quais participas. Não é objetivo desta atividade relacionar características dos jovens com profissões específicas, nem tampouco identificar características positivas para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercedes Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional**. A abordagem sócio-histórica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Orientação profissional para classes pobres**. São Paulo: Cortez, 2010.

OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

10 QUARTA TEMÁTICA: O OLHAR PARA FORA: ASSUMINDO UM COMPROMISSO SOCIAL

10.1 OBJETIVOS

- ✓ Chamar a atenção dos jovens para questões que envolvem os problemas e necessidades da sociedade atual e de que forma eles podem firmar um compromisso de serem atuantes em suas profissões na busca por melhorar tais condições.
- ✓ Oportunizar o estabelecimento de um *contrato coletivo*, de forma a se darem conta que a ação individual também reflete no fazer comunitário.

10.2 PROPOSTA DE AÇÃO

Sugere-se que para trabalhar esta temática seja realizado um encontro, de aproximadamente 1h30min. As dinâmicas e técnicas que seguem são sugestões, os mediadores e o coordenador poderão avaliar quanto à necessidade de fazer mais do que um encontro, quanto à necessidade de ampliação do tempo sugerido para os encontros e a inserção de novas práticas para abordar esta temática com os jovens.

Realizar a seguinte dinâmica com os jovens: Técnica da Teia Grupal ⁸.

Material: Um novelo de lã ou barbante, que permita ser jogado e se desenrole com facilidade.

Esta dinâmica consiste em dispor o grupo em círculo, sentados ou de pé. O mediador jogará o novelo de lã ou linha a um dos participantes, este deve enrolar a linha em seu dedo e dizer ao grupo como ele participa da sociedade em que vive*, (pode haver variação sobre a pergunta que o jovem terá que responder). Após responder a pergunta, o jovem deverá jogar o novelo a outro participante que deverá repetir a ação, todos devem receber o novelo e responder à questão elencada.

* O jovem poderá ter dúvidas sobre sua participação na sociedade. O mediador deverá esclarecer que todos participamos da sociedade, seja no papel de filhos, estudantes, trabalhadores, etc.

As questões que seguem podem ser realizadas pelo mediador aos jovens durante a realização da dinâmica:

Como eu participo da sociedade que vejo em minha volta?

Como eu poderia de participar ativamente na sociedade?

O que eu penso dos ideais desta sociedade?

Em que medida eu me reconheço ou não nestes ideais?

Ao final, solicita-se que observem o desenho criado, e reflète-se sobre como todos estão interligados, e por esta razão a importância de nos responsabilizarmos pelas nossas ações. Solicita-se que um dos jovens solte a ponta da linha que segura e a partir da alteração da “teia” questiona-se com os participantes o quanto cada um é importante neste desenho, observando que quando um participante (ou mais) solta a linha, ou seja, “abre mão de sua responsabilidade” sua atitude refletirá em todo um coletivo.

Realizar a seguinte atividade com os jovens:

Solicitar aos participantes que escrevam uma carta na qual se comprometem a desenvolver uma atividade, independente de qual seja, com responsabilidade social, ou seja, expressarão de que forma buscarão contribuir para uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

LEVENFUS, Rosane Schotgues. SOARES, Dulce Helena P. (Orgs.) **Orientação vocacional profissional**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed: 2010.

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados pessoais:

Identificação:

Idade:

Cidade de origem:

Composição familiar:

Com quem reside:

Dados socioeconômicos: (constam nos documentos da escola)

Informações sobre o histórico profissional das pessoas da família:

Qual a profissão da mãe?

Qual a escolaridade da mãe?

Qual a profissão do pai?

Qual a escolaridade do pai?

Alguém da família tem a profissão que você está cursando?

Qual a escolaridade dos irmãos/irmãs?

Qual a profissão dos irmãos/irmãs?

Informações sobre o interesse do estudante por esta área?

Como tomou conhecimento do curso de Agropecuária do Instituto Federal?

Como surgiu o interesse por esta área?

Aponte os motivos que fizeram você escolher o curso de agropecuária?

Alguém influenciou sua decisão quanto ao curso?

Por que escolheu o Instituto Federal Catarinense, sede, Rio do Sul, para cursar o ensino médio integrado?

Sente-se satisfeito com o curso?

Quais meios utiliza para se informar sobre a área escolhida?

Se pudesse escolher outra área de atuação, qual seria?

Se sim, por que esta não foi a primeira opção?

Informações sobre o planejamento profissional futuro

Pretende fazer um curso de graduação?

Se sim, qual?

Em qual instituição?

Por que?

Se não, por que?

Expectativas sobre o futuro profissional?

Quais os planos profissionais para depois da graduação (ou do ensino médio caso não faça graduação)?

Quais as suas expectativas acerca do mundo do trabalho para a profissão que você escolheu?

Acredita que se sentirá realizado em sua profissão?

Por qual motivo?

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO

TERMO DE ASSENTIMENTO – TA

Você está sendo convidado a participar em uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigada pela atenção, compreensão e apoio.

Eu, _____ residente e domiciliado

_____,
portador da Carteira de Identidade, RG _____, nascido(a) em ____/____/_____,

concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário da pesquisa: UM ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA VERTICALIZAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS E O PROCESSO DE ESCOLHA PROFISSIONAL DE POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA. Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

1. O estudo refere-se a compreender os fatores que influenciaram a escolha profissional pelo curso Técnico em Agropecuária, integrado ao ensino médio no Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul e se esses fatores também influenciam nos processos de verticalização do itinerário formativo nas escolhas pelo ensino superior, na mesma ou em outra instituição.
2. Participarão da pesquisa os estudantes do terceiro ano do ensino médio integrado, curso Técnico em Agropecuária, do Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul/SC.
3. Para conseguir os resultados desejados, a pesquisa será realizada utilizando os seguintes instrumentos: entrevista semiestruturada e Escala de Maturidade para a Escolha Profissional – EMEP. Para auxiliar na obtenção dos dados será utilizado gravador, papel e caneta durante as entrevistas.
4. Se, no transcorrer da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar pela pesquisadora Roseli Bonfante, responsável pela pesquisa, no telefone (47) 999888103 ou no endereço: Rua XV de novembro, 118, 1º andar. Centro – Rio do Sul/SC

5. No tocante aos riscos da pesquisa que deverão ser considerados estão: desconforto emocional pelo tema ou pela gravação da entrevista, cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista e/ou ao responder à Escala de Maturidade para a Escolha Profissional – EMEP. Será solicitado à instituição em que será realizada esta pesquisa a disponibilização de um espaço reservado e tranquilo para reduzir ao máximo qualquer incomodo causado pela aplicação dos instrumentos de coleta de dados desta pesquisa. Será reforçado sobre a garantia do sigilo e assegurando a possibilidade de desistência da pesquisa a qualquer tempo, assim como liberdade para não responder a qualquer pergunta da entrevista.

6. Com referência aos benefícios deste estudo pode-se considerar que essa pesquisa oferecerá informações importantes sobre a verticalização e o processo de escolha profissional de adolescentes possibilitando um conhecimento mais amplo e profundo acerca da temática exposta, de forma que os conhecimentos obtidos a partir da pesquisa venham a contribuir para a realização de ações institucionais que objetivem criar condições para que os sujeitos reflitam criticamente sobre suas escolhas profissionais

7. Tenho a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bem-estar físico;

8. As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados. Serão utilizados nomes fictícios, respeitando os princípios contidos na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Posteriormente, as informações serão organizadas, analisadas, divulgadas e publicadas.

9. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa. Estarão disponíveis diretamente com a pesquisadora ou no Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau – Rua Bernardino José de Oliveira – nº 81 – CEP 89070-270 – Blumenau – SC – Fone (47) 3702-1700.

10. Não receberei nenhum ressarcimento ou indenização para participar desta pesquisa.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Rio do Sul, _____ de _____ de _____

Sujeito Pesquisado

Responsável pelo projeto: Roseli Bonfante

Endereço para contato: Rua XV de Novembro – Sl 11. Bairro Centro. CEP 89.160-033 – Rio do Sul/SC

Telefones para contato: (47) 999888103

E-mail: roseli.bonfante@edu.riodosul.sc.gov.br / cladecir.schenkel@ifc.edu.br

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Rua das Missões, 100 – CEP 89051-000 – Blumenau – SC
– Fone (47) 3331-7800.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

PAIS/RESPONSÁVEIS

Seu dependente legal está sendo convidado a participar em uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração e de seu dependente legal neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser de vocês. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar que seu dependente legal participe ou caso ele queira desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a vocês. Se você concordar que ele participe basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigada pela atenção, compreensão e apoio.

Eu, _____ residente e domiciliado

_____, portador da Carteira de Identidade, RG _____, nascido(a) em ____/____/____, responsável por _____

concordo de livre e espontânea vontade *que meu dependente legal participe como voluntário* da pesquisa: **UM ESTUDO SOBRE O PRINCIPIO DA VERTICALIZAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS E O PROCESSO DE ESCOLHA PROFISSIONAL DE POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA.**

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

O estudo refere-se a compreender os fatores que influenciaram a escolha profissional pelo curso Técnico de Agropecuária, integrado ao ensino médio no Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul e se esses fatores também influenciam nos processos de verticalização do itinerário formativo nas escolhas pelo ensino superior, na mesma ou em outra instituição.

Participarão da pesquisa os estudantes do terceiro ano do ensino médio integrado, curso Técnico de Agropecuária, do Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul/SC.

Para conseguir os resultados desejados, a pesquisa será realizada utilizando os seguintes instrumentos: questionário socioeconômico, entrevista semiestruturada e Escala de Maturidade

para a Escolha Profissional – EMEP. Para auxiliar na obtenção dos dados será utilizado gravador, papel e caneta durante as entrevistas.

Se, no transcorrer da pesquisa, eu tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar pela pesquisadora Roseli Bonfante, responsável pela pesquisa, no telefone (47) 999888103 ou no endereço: Rua XV de novembro, 118, 1º andar, Centro – Rio do Sul/SC.

No tocante aos riscos da pesquisa que deverão ser considerados estão: desconforto emocional pelo tema ou pela gravação da entrevista, cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista e/ou ao responder à Escala de Maturidade para a Escolha Profissional – EMEP. Será solicitado à instituição em que será realizada esta pesquisa a disponibilização de um espaço reservado e tranquilo para reduzir ao máximo qualquer incômodo causado pela aplicação dos instrumentos de coleta de dados desta pesquisa. Será reforçado sobre a garantia do sigilo e assegurando a possibilidade de desistência da pesquisa a qualquer tempo, assim como liberdade para não responder a qualquer pergunta da entrevista.

Com referência aos benefícios deste estudo pode-se considerar que essa pesquisa oferecerá informações importantes sobre o processo de escolha profissional de adolescentes possibilitando um conhecimento mais amplo e profundo acerca da temática exposta, de forma que os conhecimentos obtidos a partir da pesquisa venham a contribuir para a realização de ações institucionais que objetivem criar condições para que os sujeitos reflitam criticamente sobre suas escolhas profissionais.

Seu dependente legal tem o direito de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bem-estar físico. Também é assegurado ao participante o respeito à sua privacidade, a garantia de confidencialidade das informações pessoais, a indenização por dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei, e o ressarcimento das despesas decorrentes de sua participação na pesquisa.

As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados. Serão utilizados nomes fictícios, respeitando os princípios contidos na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Posteriormente, as informações serão organizadas, analisadas, divulgadas e publicadas. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa. Estarão disponíveis diretamente com a pesquisadora ou no Instituto Federal Catarinense – Campus Blumenau – Rua Bernardino José de Oliveira – nº 81 – CEP 89070-270 – Blumenau – SC – Fone (47) 3702-1700.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos sujeitos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará disponível para atendê-lo. O CEPSH do IFC está localizado no IFC-Campus Camboriú, atendendo pelo telefone (47) 2104-0882 e endereço eletrônico cepsh@ifc.edu.br.

Responsável pelo sujeito Pesquisado

Pesquisadora

Responsável pelo projeto: Roseli Bonfante

Endereço para contato: Rua XV de novembro – Sl 11. Bairro Centro. CEP 89.160-033 – Rio do Sul/SC

Telefones para contato: (47) 999888103

E-mail: roseli.bonfante@edu.riodosul.sc.gov.br / cladecir.schenkel@ifc.edu.br

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Rua das Missões, 100 – CEP 89051-000 – Blumenau – SC – Fone (47) 3331-7800.

APÊNDICE E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada: UM ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA VERTICALIZAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS E O PROCESSO DE ESCOLHA PROFISSIONAL DE POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Roseli Bonfante a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora citada em garantir-me os seguintes direitos:

Pelo presente instrumento autorizo a exibição e utilização de minha imagem, voz e todo o conteúdo gerado por mim para fins da realização do Projeto de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) sendo oferecido pelo Instituto Federal Catarinense;

O AUTORIZANTE permite ao AUTORIZADO utilizar sua imagem (vídeo e fotografia), voz (áudio e gravação) em todo o material criado em meio impresso, analógico ou digital tais como: jornal, revista, site de notícias, TV, CD, DVDs, rádio, fotografias, vídeos, bem como sua disseminação via Internet, sem limitação de tempo ou do número de inserções/exibições, em território nacional, através de qualquer processo de transporte de sinal ou suporte material existente conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais);

Poderei ler a transcrição de minha gravação;

Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;

Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;

Qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;

Os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora e após esse período, serão destruídos e,

Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Rio do Sul, Santa Catarina, _____ de _____ de _____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE F – PARECER DE APROVAÇÃO EMITIDO PELO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM ESTUDO SOBRE O PRINCÍPIO DA VERTICALIZAÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS E O PROCESSO DE ESCOLHA PROFISSIONAL DE POPULAÇÕES DE BAIXA RENDA

Pesquisador: ROSELI BONFANTE

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 14604619.7.0000.8049

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.410.223

Apresentação do Projeto:

Segundo a autora “ uma das contribuições mais importantes desse trabalho é compreender o processo de escolha de jovens que pertencem à camada pobre da população e como essa população elabora seus projetos profissionais. É salutar criar condições para que o sujeito tenha maiores condições de observar sua realidade histórica, econômica e social, bem como fazer uma avaliação de si próprio com o objetivo de auxiliar na construção de escolhas profissionais consistentes e conscientes. Sendo assim, esta pesquisa buscará contribuir para o compromisso social que a prática em orientação profissional deve assumir com este público, pretendendo auxiliar o jovem estudante a pensar de maneira consciente e crítica sobre seu futuro profissional, preparado para se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o.” A autora destaca que “outra contribuição deste trabalho é compreender como ocorrem esses processos de escolhas profissionais no contexto de um Instituto Federal que tem na verticalização dos processos formativos um de seus pilares.” A metodologia utilizada é a qualitativa, utilizando os seguintes instrumentos: questionário socioeconômico, entrevista semiestruturada e a escala de maturidade para a escolha profissional – EMEP

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender os fatores que influenciaram a escolha profissional pelo curso de agropecuária,

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc-camboriu.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 3.410.223

técnico integrado ao ensino médio no Instituto Federal Catarinense – Campus Rio do Sul e se esses fatores de verticalização do itinerário formativo nas escolhas pelo ensino superior, na mesma ou em outra instituição.

Objetivo Secundário:

Compreender os fatores que influenciam na decisão quanto a escolha do Instituto Federal Catarinense para cursar o ensino médio integrado;

Explorar qual a representação social do Instituto Federal Catarinense para os estudantes pesquisados;

Verificar como os estudantes do ensino médio integrado elaboram seus projetos profissionais;

Elaborar um projeto de orientação profissional para os estudantes do Instituto Federal Catarinense como produto educacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios informados são:

“Riscos:

No tocante aos riscos da pesquisa que deverão ser considerados estão: desconforto emocional pelo tema ou pela gravação da entrevista, cansaço ou aborrecimento ao responder a entrevista e/ou ao responder à Escala de Maturidade para a Escolha Profissional – EMEP. Será solicitado à instituição em que será realizada esta pesquisa a disponibilização de um espaço reservado e tranquilo para reduzir ao máximo qualquer incomodo causado pela aplicação dos instrumentos de coleta de dados desta pesquisa. Será reforçado sobre a garantia do sigilo e assegurando a possibilidade de desistência da pesquisa a qualquer tempo, assim como liberdade para não responder a qualquer pergunta da entrevista.

Benefícios:

Com referência aos benefícios deste estudo pode-se considerar que essa pesquisa oferecerá informações importantes sobre o processo de escolha profissional de adolescentes possibilitando um conhecimento mais amplo e profundo acerca da temática exposta, de forma que os conhecimentos obtidos a partir da pesquisa venham a contribuir para a realização de ações institucionais que objetivem criar condições para que os sujeitos reflitam criticamente sobre suas escolhas profissionais”

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto atende aos aspectos teóricos e metodológicos exigidos em uma pesquisa desta

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc-camboriu.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 3.410.223

natureza e também as resoluções que embasam o sistema CEP/CONEP (Resolução 510/16).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O projeto apresenta todos os elementos exigidos pela Resolução 510/16.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo está aprovado, pois está de acordo com as prerrogativas éticas exigidas na Resolução CNS 510/16.

As pendências abaixo listadas foram atendidas:

Pendência 1 (Plataforma/projeto): informar a metodologia no RESUMO.

Pendência 2: A folha de rosto deve estar assinada pelo Diretor do Campus ou DDE e pelo pesquisador responsável, nesse caso do campus Blumenau

TCLE/TALE:

Pendência 3: Garantir ao participante o ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa; conforme orienta a Resolução 510/2016

Pendência 4: Garantir ao participante ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; conforme orienta a Resolução 510/2016

Pendência 5: Apresentar uma breve explicação sobre o que é o CEPESH, conforme modelo

Considerações Finais a critério do CEP:

Recomenda-se manter o CEPESH do IFC informado, sempre que houver mudanças no protocolo, por meio de submissão para análise da Emenda de protocolo, bem como solicita-se apresentar o Relatório final (12 meses após a aprovação) - Conforme Resolução CNS 510/16.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1365466.pdf	17/06/2019 16:28:40		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	17/06/2019 16:27:58	ROSELI BONFANTE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_corrigido.pdf	17/06/2019 16:19:16	ROSELI BONFANTE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE.pdf	17/06/2019 15:59:45	ROSELI BONFANTE	Aceito

Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

Bairro: CENTRO

CEP: 88.340-055

UF: SC

Município: CAMBORIU

Telefone: (47)2104-0882

E-mail: cepsh@ifc-camboriu.edu.br



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 3.410.223

Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/06/2019 15:59:45	ROSELI BONFANTE	Aceito
Outros	anuencia_reitoria_ifc_Rio_do_Sul.pdf	27/05/2019 10:47:47	ROSELI BONFANTE	Aceito
Outros	anuencia_reitoria.pdf	27/05/2019 10:45:31	ROSELI BONFANTE	Aceito
Outros	Termo_de_Aceite.pdf	27/05/2019 10:40:44	ROSELI BONFANTE	Aceito
Outros	termo_de_assentimento.pdf	27/05/2019 10:39:23	ROSELI BONFANTE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMBORIU, 25 de Junho de 2019

Assinado por:
Isadora Balsini Lucio
(Coordenador(a))

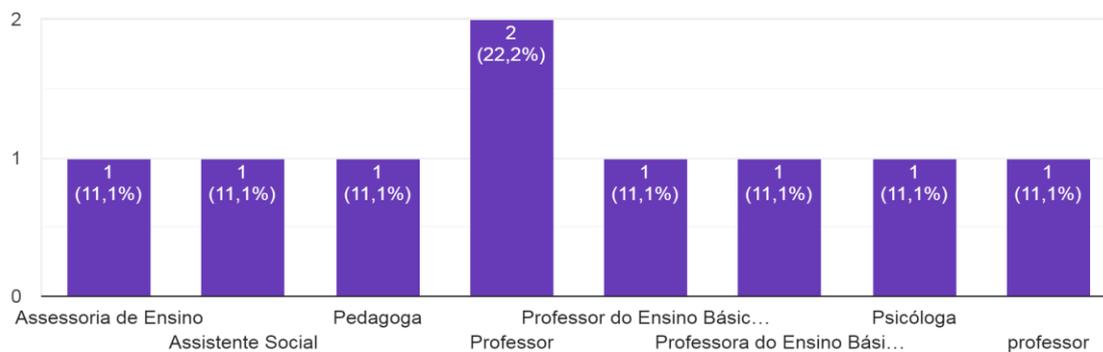
Endereço: RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016
Bairro: CENTRO **CEP:** 88.340-055
UF: SC **Município:** CAMBORIU
Telefone: (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc-camboriu.edu.br

APÊNDICE G – PERGUNTAS E RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

Gráfico 2 – Resultado da pergunta referente à função

Função:

9 respostas

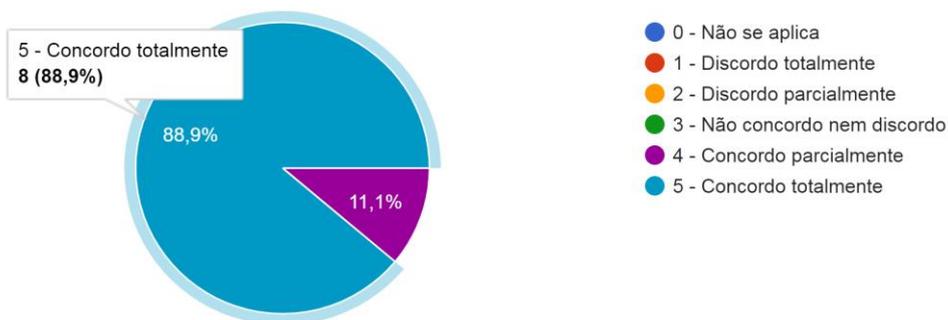


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Gráfico 3 – Resultado da pergunta 1

1. Os conteúdos abordados no manual demonstram embasamento científico.

9 respostas

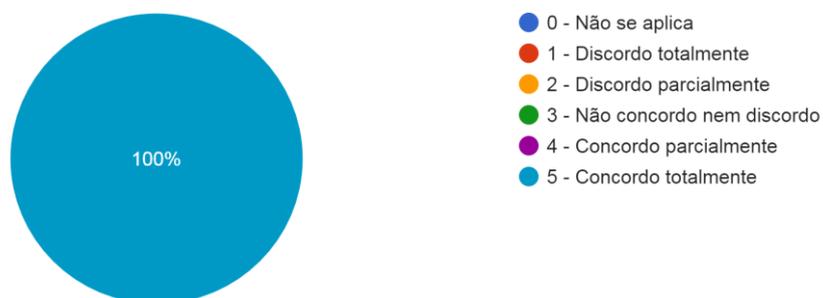


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Gráfico 4 – Resultado da pergunta 2

2. As bases teóricas utilizadas e defendidas no manual são pertinentes e abordadas de forma clara.

9 respostas

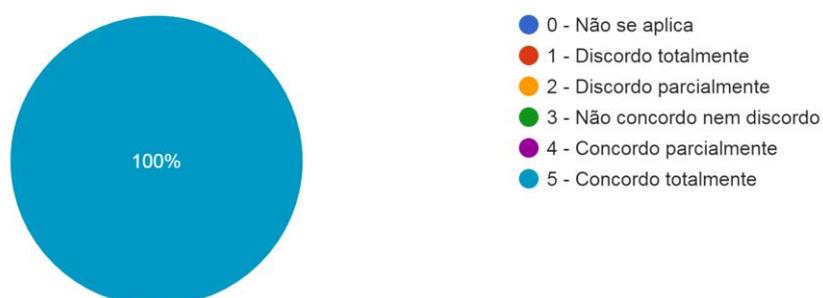


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Gráfico 5 – Resultado da pergunta 3

3. O manual traz contribuições relevantes para auxiliar os jovens em seu planejamento profissional.

9 respostas

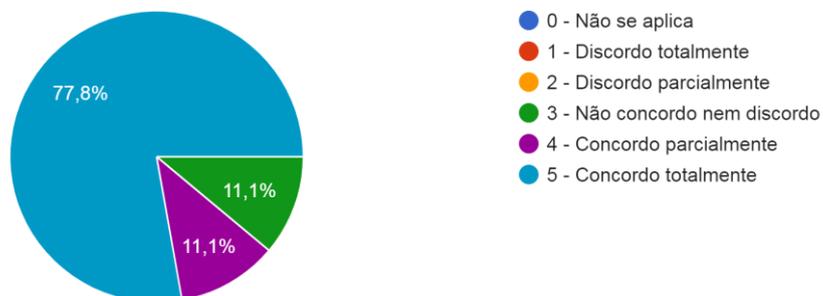


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Gráfico 6 – Resultado da pergunta 4

4. Os conhecimentos abordados no manual ampliaram meu conhecimento sobre questões relacionadas ao processo de escolha profissional dos jovens do ensino médio integrado.

9 respostas

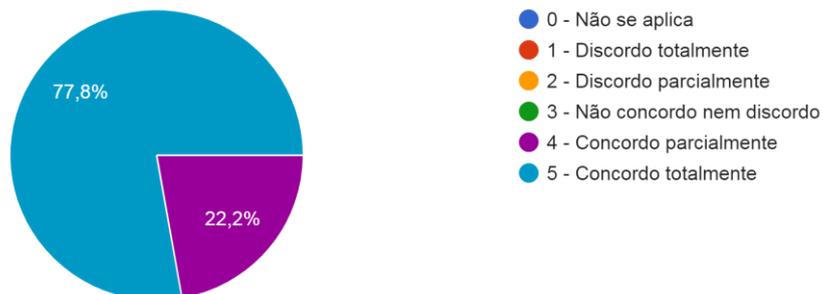


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Gráfico 7 – Resultado da pergunta 5

5. A metodologia sugerida no manual, técnicas e reflexões para desenvolver com os jovens, são pertinentes e úteis para o processo de reflexão sobre o processo de escolhas profissionais.

9 respostas

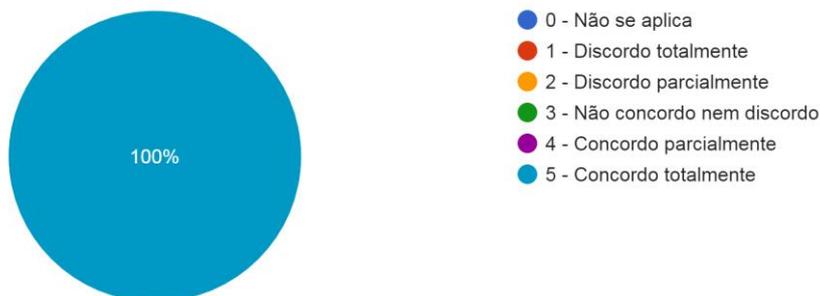


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Gráfico 8 – Resultado da pergunta 6

6. O manual tem uma linguagem clara, mesmo atendendo o rigor científico.

9 respostas

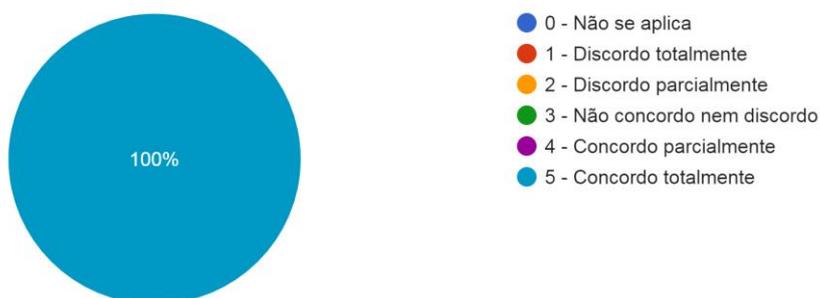


Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Gráfico 9 – Resultado da pergunta 7

7. A qualidade visual do manual torna a leitura mais fácil e produtiva.

9 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

8. Questão Aberta: Nesse espaço, você pode deixar seu comentário, fazer sugestões, elogios ou críticas sobre esse material.

Quadro 1 – Respostas da Questão Aberta

Parabéns por essa produção! Bora torná-la vida vivida!

O material tem grande relevância para o trabalho pedagógico com estudantes de ensino médio integrado. Eles são sujeitos do processo de escolha profissional, mas não tem toda a informação necessário para tal. O guia subsidia a profissional a trabalhar com mais adequação esse processo de escolha. Talvez pudesse ter dois *exercícios" em anexo: um para os profissionais que precisam de dados nessa orientação; e outro para trabalhar com os estudantes. Uma espécie de mapa vocacional.

Achei o manual extremamente rico e claro tanto para quem é da área, quanto para demais profissionais da educação, assim como para quem está em processo formativo.

Parabéns pelo trabalho, Rose! Gostei bastante.

Já avaliei outros trabalhos por isso me sinto à vontade para fazer algumas considerações...

1. Texto com carga autoral consistente;
2. Referencial teórico pertinente e harmônico à proposta de trabalho;
3. Concepções claras de conceitos e argumentos;
4. Boa relação entre metodologia e conteúdo;
5. Cuidado estético (organização, diagramação e cores utilizadas);
6. Observância a Língua Portuguesa;

Em geral o trabalho ficou muito bom!!! Parabéns à autora e à orientadora!

Inicialmente quero parabenizar a Roseli pela proposta de produto educacional e suas possibilidades de aplicação. Muito bem elaborado, objetivo, de fácil leitura e interessante. Percebo o Manual como um excelente instrumento para enriquecer a atuação profissional, especialmente daqueles que atuam no âmbito da política de educação, independente da área de formação (tendo como exemplo a realidade do nosso campus onde atuamos em um setor com profissionais de distintas formações). Somos todos educadores e lidamos no cotidiano com um cenário que promove insegurança, angústia, indecisão em muitos! Aulas em período integral, pouco tempo para socialização e convivência entre a comunidade escolar acabam nos distanciando. Mas o fato de atuarmos em um campus em que os estudantes em sua grande maioria permanecem em tempo integral associado ao regime de internato, essas manifestações se tornam mais evidentes. Muitas vezes os relatos no processo de ameaça e/ou desistência de curso, dialogam com as angústias referente à formação escolar/profissional, a exemplo do que já ouvi: “isso não é pra mim”, “não tenho vocação pra isso”, “estou aqui por causa dos meus pais”, “não tive muita escolha, tive que vir estudar aqui porque na minha cidade é pior”, “não quero ser igual meus pais...” E muitas vezes nos escapam os argumentos que possam contrariar o senso comum e também nos falta ‘tempo’ para fazer estes adolescentes refletirem sobre os determinantes que contribuem para estas angústias e decisões. Confesso que me senti algumas vezes de mãos atadas ao dialogar com adolescentes vivenciando estes conflitos. No que diz respeito a execução da proposta, creio que possam aparecer divergências, fato sinalizado no próprio documento. Por conta disso, acredito que os mediadores e demais profissionais que se colocarem a disposição para executar a proposta devem se preparar e aprofundar as temáticas antes de iniciá-la e entendendo indispensável a participação docente, especialmente dos componentes curriculares citados de modo a enriquecer o debate, aprofundando a questão acerca dos determinantes sócio-históricos.

Achei super interessante o manual, pois mostra ao estudante um processo reflexivo acerca daquilo que em muitas das vezes é a maior decisão de sua vida. Sempre fui um crítico de sobrecarregar os jovens a decidir o seu futuro numa idade de tantas incertezas. Porém, com vista ao manual isso clarifica ideias e até mesmo mostra alguns caminhos por onde o educando pode seguir sem se sentir pressionado pela sociedade ou até mesmo pela família.

Parabéns pelo material com visual atrativo despertando o interesse a leitura e pela iniciativa de produzir um material que leve o jovem a reflexão do seria uma escolha profissional consciente e cidadã.

Ótimo trabalho.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).